

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS



PROCESSO:

00980/2026

02/03/2026

GABINETE DO PREFEITO/SEMFIPA

ASSUNTO

Encaminha Ofício Nº 111/2026-GAB - Solicitando Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo Quentinha para Atender ao Gabinete do Prefeito.



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

FOLHA:	01/26
PROC:	0980/26
GABINETE	

Ofício nº 0980/2025-GAB

Caxias(MA.), 02 de março de 2026.

Exmo. Sr.

OTHON LUIZ MACHADO MARANHÃO

M.D. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO FAZENDÁRIA
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminhamos a Vossa Excelência Documento de Formalização de Demanda – DFD (em anexo), **FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA (a La Carte)**, para formalidades cabíveis, para atender as demandas do Gabinete da Prefeitura Municipal de Caxias.

Informamos que as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 07 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

UNIDADE: 01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJ/ATIV: MANUT. E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO

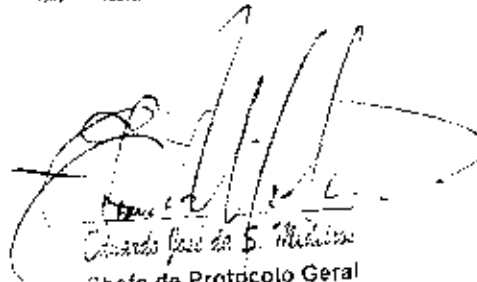
DOTAÇÃO: 04.122.0002.2002.0000 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS

Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima consideração.

Atenciosamente,


Merandulina de Castro Bezerra
Chefe de Gabinete

ESTADO DO MARANHÃO	
Prefeitura Municipal de Caxias	
Protocolo Número	0980/26
Nº. de Ordem	
Caxias/MA	02/03/2026


Eduardo José da S. Matos
Chefe de Protocolo Geral
Mat. 12796-2



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

FOLHA: 02
Nº: 0480/26
GABINETE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA-DFD

INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DA ÁREA RESPONSÁVEL

Sector Requisitante	GABINETE DO PREFEITO
Responsável pela formalização da demanda	MERANDULINA DE CASTRO BEZERRA
Cargo/Função	CHEFE DE GABINETE

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Empresa especializada para Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias.

PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

Não houve a elaboração do Plano de Contratação Anual para 2026.

Id do item no PCA	Descrição
	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA: (Quentinha e à La Carte).

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA:

1. Trata-se do fornecimento de alimentação pronta, para atender ao Gabinete do Prefeito e as demais secretarias da Prefeitura Municipal de Caxias.
2. Destina-se aos servidores da prefeitura e demais órgãos vinculados.

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO E QUANTITATIVO:

- 1.1. Para atender a demanda estima-se a prestação de serviços, conforme quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

ITEM	UND.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO
01	UND	5.000	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.
02	UND	3.000	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.
03	UND	3.000	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com caxi", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.
04	UND	3.000	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.
05	UND	3.000	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.
06	UND	3.000	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO A CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

FOLHA: 03
Data: 09/03/26
GABINETE

Prorrogação do contrato:

☒ Sim ☐ Não

A aquisição depende de indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outra demanda:

☐ Sim ☒ Não

Indicação para abertura do processo, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade: 10/03/2026.

Data prevista para contratação: 29/05/2026

Grau de Prioridade (em conformidade com o plano de governo e planejamento estratégico):

Baixa ☐ Média ☐ Alta ☒

Forma da contratação:

Pregão ☒ Concorrência ☐ Dispensa/Inexigibilidade ☐ Outras ATA REGISTRO DE PREÇOS

Submetemos o referido Documento de Formalização de Demanda para avaliação e decisão da autoridade competente.

Caxias(MA), 02 de março de 2026.

Equipe Técnica:


Merandulna Bezerra de Castro
CHEFE DE GABINETE

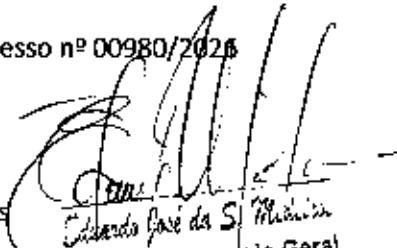

Francisco Roberto Rodrigues Silva
Fiscal de Contrato

Autorização do Ordenador de Despesa:

FOLHA:	04
PROCESSO:	0980/26
ABRILICA:	8

Processo nº 00980/2026

À Sec. Municipal de Finanças, e Planejamento, para as devidas providencias


Eduardo José da S. Martins
Chefe de Protocolo Geral
Mat. 12796-2

Caxias-MA, 02/03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS		ESTIMATIVA		Processo	
		() Compra de Material (x) Serviço		980/2026 Data/Período 03 a 06/03/2026	
ÓRGÃO DE ORIGEM/SOLICITANTE					
Gabinete do Prefeito					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND.	QNT.	VLR.UND.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguíça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	Und.	5000	36,71	183.550,00
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	162,59	487.770,00
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	232,76	698.280,00
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	236,79	710.370,00
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	125,50	376.500,00
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	122,75	368.250,00
TOTAL					2.824.720,00
Os produtos acima estimados destinam-se a atender as necessidades do Gabinete da Prefeitura Municipal.					
Caxias-MA, 10 de Março de 2026					
 Jackson da Silva Vale Coordenador do Setor de Compras					



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA



ORÇAMENTO ESTIMATIVO

DADOS DO ORÇAMENTO

OBJETO:	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO POR DIA PARA ATENDIMENTO GABINETE DO PREFEITO
UNID. INTERESSADA:	GABINETE DO PREFEITO
REFERENCIA EXTERNA:	OFÍCIO 11.12/2024 GAB
PARAMETRO(S):	CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONCLUSÃO:	06/03/2026



Baixe o orçamento com o QR Code ao lado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

1 - DADOS DO ORÇAMENTO

NOME: PROCESSO 980/2026 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA A LA CART
NÚMERO: 51458/00277
OBJETO: FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA PARA ATENDER AO GABINETE DO PREFEITO
UNID. INTERESSADA: GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTISTA: ANTONIO REGO NETO
REFERÊNCIA EXTERNA: OFICIO 113/2026 GAB
PARAMETRO(S): CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONCLUSÃO: 06/03/2026

2 - PREÇOS ESTIMADOS

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	UND. DE FORNEC.	QNT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
00/001	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA); ARROZ; FEIJÃO; MACARRÃO; SALADA (CRUA OU COZIDA); FAROFA. OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	UNIDADE	5.000,00	37,28	186.400,00
00/002	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"); FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UNIDADE	3.000,00	166,79	500.370,00
00/003	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DE SOL", FEIJÃO MULATA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UNIDADE	3.000,00	227,02	681.060,00
00/004	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA E LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UNIDADE	3.000,00	233,49	700.470,00
00/005	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, "À GREGA", CARNE SUÍNA "LOMBO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UNIDADE	3.000,00	117,33	351.990,00
00/006	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UNIDADE	3.000,00	113,67	341.010,00
VALOR GLOBAL					2.761.300,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

3 - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

ITEM DA COTAÇÃO

LOTE/ITEM: 001 **DESCRIÇÃO DO ITEM:** REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA) - ARROZ - FEIJÃO - MACARRÃO - SALADA (CRUA OU COZIDA) - FAROFA. OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.

JUÍZO CRÍTICO

Nº DE AMOSTRAS COLETADAS	MEDIANA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	AMOSTRAS EXPURGADAS
3	R\$ 37,95	R\$ 26,56 (70% DA MEDIANA)	R\$ 49,34 (130% ACIMA DA MEDIANA)	0

AMOSTRAS	01	02	03
ÓRGÃO / UF / FORNECEDOR	COMANDO DA BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/RJ - POLO DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - 31.173.839/0001-55	ESTADO DA BAHIA / 00000082 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA - CBMBA - PNEC / LOKAR ENTRETIENIMENTO LTDA - 46.761.821/0001-01	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/RJ - ROBEVALDO ALVES LIMA LTDA - 63.505.612/0001-89
PREGÃO / ARP / PROPOSTA	002/9731 000/0000	139/170320/M0160100/L9422025	007/8321 000/0000
TIPO DE FONTE	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR
MARCA			
DATA	07/05/2025	07/05/2025	10/05/2025
PREÇO	R\$ 34,0000	R\$ 37,9500	R\$ 39,9000
SITUAÇÃO			

MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO ÀS AMOSTRAS SANEADAS

Para escolha do método estatístico a ser utilizado para definição do preço de mercado, o usuário seguiu a direção do Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, um coeficiente de variação das amostras saneadas foi menor do que 25%, se assume o preço de referência a partir da média aritmética (suplen) e o coeficiente de variação foi maior que 25% (entre e cinco por cento), se estima com base na mediana das amostras saneadas.

Nº DE AMOSTRAS VALIDAS	DESVIO-PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MENOR PREÇO	MÉDIA SANEADA	MEDIANA SANEADA	MÉTODO ADOPTADO
3	2,45	6,58%	R\$ 34,00	R\$ 37,28	R\$ 37,95	MEDIA ARITMETICA

DADOS DA AMOSTRA 01

SITUAÇÃO: ...

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGU)

ENTIDADE: COMANDO DA BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/RJ...

CODIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 33250531173839000155550010000029731384511503

PREGÃO/ATA: 002/9731 000/0000

DATA: 07/05/2025

LOTE/ITEM: 1

DESCRIÇÃO: QUENTINHA ISOPOR - 76071990 - OUTRAS FOLHAS E TRAS, DE ALUMINIO, SEM SUPORTE - ESPESURA <= 0,2MM

QUANTIDADE: 22,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 34,00

VALOR TOTAL: R\$ 748,00

FORNECEDOR: POLO DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - 31.173.839/0001-55



Barrar o documento com o QR Code anexo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

LINK: <http://transparencia.gov.br/notas-fiscais/33250531173839000155550010000029731984511503/>

DADOS DA AMOSTRA 02

SITUAÇÃO:

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA
SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: ESTADO DA BAHIA / 000000061 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA - CBMBA - PNCP...

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 13937032000160-1-001942/2025

PREGÃO/ATA: 139/3703200/0160100/19422025

DATA: 01/10/2025

LOTE/ITEM: 10001/10001

DESCRIÇÃO: FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, ALMOÇO, TÍPICO DE COMIDA BAIANA. AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTAM DA DESCRIÇÃO ABAIXO: O FORNECIMENTO DEVERÁ SER COMPOSTO POR ALMOÇO TÍPICO DE COMIDA BAIANA, CONTERDO OS SEGUINTE ITENS: ARROZ BRANCO; FARÓFA DE AZEITE; VATAPÁ; CARURU; FEIJÃO FRADINHO; BANANA DA TERREIRA FRUTA; AÇARAJÉ; ABAPÁ; OPÇÃO DE PROTEÍNA: XIXIM DE FRANGO (COXA E SOBRECOXA); DOIS TIPOS DE SUCO NATURAL; SOBREMESA TRADICIONAL. DO TOTAL DE 2.000 UNIDADES: 1.500 (MIL E QUINHENTAS) SERÃO DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO AOS DEVOTOS, EM MARMITAS/QUENTINHAS, COMO TRADICIONALMENTE OCORRE NO EVENTO; E 500 (QUINHENTAS) SERÃO SERVIDAS EM FORMATO DE BUFFET PARA OS CONVIDADOS DO EVENTO INTERNO DO CBMBA, EM ÁREA RESERVADA.

QUANTIDADE: 2.000,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 37,95

VALOR TOTAL: R\$ 75.900,00

FORNECEDOR: LOKAR ENTERTENIMENTO LTDA - 40.763.881/0001-91

LINK: <https://pncp.gov.br/app/editalis/13937032000160/2025/001942>

DADOS DA AMOSTRA 03

SITUAÇÃO:

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NFC-e)

ENTIDADE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/PI

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 222505635058120001095500100000/8321986534499

PREGÃO/ATA: 007/8321 000/0000

DATA: 15/05/2025

LOTE/ITEM: 2

DESCRIÇÃO: QUENTINHA DE ALUMÍNIO WIDA N R CX COM 100 UND - 76071990 OUTRAS FOLHAS E FIRAS, DE ALUMÍNIO, SEM SUPORTE, ESPESURA +- 0,2MM

QUANTIDADE: 20,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 29,90

VALOR TOTAL: R\$ 598,00

FORNECEDOR: ROBEVALDO ALVES LIMA LTDA - 63.505.612/0001-09

LINK: <http://transparencia.gov.br/notas-fiscais/22250563505812000109550010000076321986534499>

ITEM DA COTAÇÃO

LOTE/ITEM:
002

DESCRIÇÃO DO ITEM:
REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G NUM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: "ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE REFINADA, CARNÊ SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA"...

JUÍZO CRÍTICO

Nº DE AMOSTRAS COLETADAS	MEDIANA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	AMOSTRAS EXPURGADAS
3	R\$ 173,26	R\$ 121,28 (70% DA MEDIANA)	R\$ 225,23 (30% ACIMA DA MEDIANA)	0
AMOSTRAS	01	02	03	



Recebi o documento com o QR Code no verso



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

ORGÃO / UF / FORNECEDOR	88035 - PM DE MATO QUEIMADO - LICITACON (TCE/RS)/RS - KALINOVSKI &. KALINOVSKI LTDA - 02.150.800/0001-14	COMANDO 1 GRUPO/PAPELAMENTO DE ENGENHARIA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/PB - BRAVIUM S.A. - 03.336.140/0005-22	RESSAQUINHA CAMARA MUNICIPAL (31003) CAMARA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA - PNEUM. / TOQUE DE MIRAS ALIMENTOS LTDA - 43.158.809/0001-58
PREGÃO / ARP / PROPOSTA	000/162025 000/0000	490/48780 000/0000	262/133650/0116100/00162025
TIPO DE FONTE	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR
MARCA			
DATA	22/07/2025	07/07/2025	15/12/2025
PREÇO	R\$ 148,1100	R\$ 173,2600	R\$ 179,0000
SITUAÇÃO	ANULADA	ANULADA	ANULADA

MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO ÀS AMOSTRAS SANEADAS

Para escolha do método estatístico a ser utilizado para definição do preço de mercado, o usuário segue a diretriz do Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, se o coeficiente de variação das amostras saneadas for menor ou igual a 25%, se estima o preço de referência a partir da média aritmética (s-nu-est: se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), se estima com base na mediana das amostras saneadas.

Nº DE AMOSTRAS VALIDAS	DESVIO-PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MENOR PREÇO	MÉDIA SANEADA	MEDIANA SANEADA	MÉTODO ADOPTADO
3	13,42	8,04%	R\$ 148,11	R\$ 166,79	R\$ 173,26	MÉDIA ARITMÉTICA

DADOS DA AMOSTRA 01

SITUAÇÃO:

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: LICITACON (TCE/RS)

ENTIDADE: 88035 - PM DE MATO QUEIMADO - LICITACON (TCE/RS)/RS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 88035162025PCE

PREGÃO/ATA: 000/162025 000/0000

DATA: 22/07/2025

LOTE/ITEM: 19/18

DESCRIÇÃO: CONJUNTO DE TALHERES PARA CHURRASCO 12 PEÇAS CONJUNTO DE TALHERES PARA CHURRASCO 12 PEÇAS, COM LÂMINAS EM AÇO INOXICÁVEL E CABOS DE MADEIRA NATURAL. DIMENSÕES DO PRODUTO 27 X45 X4 CM; 1 G. SERIOGRAFADO COM LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CARIÓ.

QUANTIDADE: 10,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 148,11

VALOR TOTAL: R\$ 1.481,10

FORNECEDOR: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - 02150800000114

LINK:

https://portal.tce.rs.gov.br/aplic-prod/?p=56500;10::NO:10:P10_ID_LICITACAO,P10_PAG_RFIORNO,F50500_CD_ORGAO,1373769,14,880356000114,9qBTHnGgQyVK:7:udPJWgMxyg

DADOS DA AMOSTRA 02

SITUAÇÃO:

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGU)

ENTIDADE: COMANDO 1 GRUPO/PAPELAMENTO DE ENGENHARIA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/PB

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 35250701336140000521550000049048781513581931

PREGÃO/ATA: 490/48780 000/0000

DATA: 07/07/2025

LOTE/ITEM: 1

DESCRIÇÃO: JOGO PARA CHURRASCO 12 PCS TRADICIONAL SORTIDOS COM LAMINAS DE AÇO INOX E CABOS DE MADEIRA - 82152000 - OUTROS SORTIDOS DE COLHER, GARFO, CONCHA, ETC. DE METAIS COMUNS

QUANTIDADE: 1,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 173,26

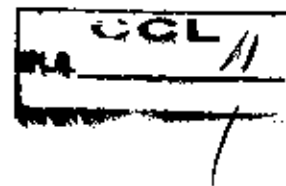
VALOR TOTAL: R\$ 173,26



Basta escanear com o QR Code ou, alternativamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA



FORNECEDOR: BRAVIUM S.A - 01.336.140/0005-21

LINK: <https://transparencia.gov.br/notas-fiscais/35256701336140000521550000049048781513581931/>

DADOS DA AMOSTRA 03

SITUAÇÃO: :

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA
SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: RESSAQUINHA CÂMARA MUNICIPAL / 01003 - CÂMARA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA - PNCP/M.

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 26113365000116-1-000016/2025

PREGÃO/ATA: 26111336500/01/6100/00162025

DATA: 15/12/2025

LOTÉ/ITEM: 3(1)

DESCRIÇÃO: KIT CHURRASCO KIT CHURRASCO COM OS SEGUINTE PRODUTOS: MEDALHÃO DE QUEIJO COALHO, PÃO DE MEL, ESPETINHO DE SALICHOÃO, TULIPA NA CERVEJA E CAIXINHA PARA MONTAGEM DO KIT

QUANTIDADE: 20,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 179,00

VALOR TOTAL: R\$ 3.580,00

FORNECEDOR: TOQUE DE MINAS ALIMENTOS LTDA - 43.158.809/0001-59

LINK: <https://pncp.gov.br/app/editais/261113365000116/2025/000016>

ITEM DA COTAÇÃO

LOTÉ/ITEM:
003

DESCRIÇÃO DO ITEM:
REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CANNE DE SOL", FEIJÃO MUITA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, ...

JUÍZO CRÍTICO

Nº DE AMOSTRAS COLETADAS	MÉDIA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	AMOSTRAS EXPURGADAS
3	R\$ 226,77	R\$ 158,73 (70% DA MÉDIA)	R\$ 294,80 (130% ACIMA DA MÉDIA)	0
AMOSTRAS	01	02	03	
ÓRGÃO / UF / FORNECEDOR	MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAMERIBE / PE - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO IFS DECORAÇÕES SERVICOS E EVENTOS DIGITAIS LTDA - 48.538.840/0001-39	ESCOLA NAVAL - CNI - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/PI / MBS SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - 43.619.143/0001-99	MINISTÉRIO DA CULTURA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/DF / MOVA RIOTEL FMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - 01.436.319/0002-08	
PREGÃO / ARP / PROPOSTA	100/0156900/0163100/01222825	020/1261100/0000	004/8338000/0300	
TIPO DE FONTE	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	
MARCA				
DATA	25/08/2025	15/05/2025	04/07/2025	
PREÇO	R\$ 224,0000	R\$ 226,7700	R\$ 230,0000	
SITUAÇÃO	Em andamento	Em andamento	Em andamento	

METODO ESTATÍSTICO APLICADO AS AMOSTRAS SANEADAS

Para escolha do método estatístico a ser utilizado para definição do preço de mercado, o usuário seguiu a diretriz do Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, se o coeficiente de variação das amostras saneadas for menor ou igual a 25%, se estima o preço de referência a partir da média aritmética (simples); se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), se estima com base na mediana das amostras saneadas.



Resumo de dados da amostra 03 (Cota 4) - 1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

CCL/2

Nº DE AMOSTRAS VÁLIDAS	DESVIO-PADRAO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MENOR PREÇO	MÉDIA SANEADA	MEDIANA SANEADA	MÉTODO ADOADO
3	2,33	1,93%	R\$ 224,30	R\$ 227,02	R\$ 226,77	MEDIA ARITMETICA

DADOS DA AMOSTRA 01

SITUAÇÃO: EM ANÁLISE

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA
SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO

CODIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 10091509000163-1-050122/2025

PREGÃO/ATA: 10091509000163100/01/222025

DATA: 29/08/2025

LOTE/ITEM: 101/101

DESCRIÇÃO: MESA DE BUFFET; MEDIDA MINIMA: 2 METROS DE COMPRIMENTO, ESTRUTURA ROBUSTA EM MADEIRA, MDF OU FERRO COM TAMPO DECORATIVO (ESPELHO OU VIDRO). UTILIZADA PARA ACOMODAR ALIMENTOS E BEBIDAS, COM ACABAMENTO VISUAL ALINHADO À DECORAÇÃO GERAL DO EVENTO.

QUANTIDADE: 1.00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 224,30

VALOR TOTAL: R\$ 224,30

FORNECEDOR: ITS DECORAÇÕES SERVIÇOS E EVENTOS DIGITAIS LTDA - 48.538.843/0001-39

LINK: <https://pncc.gov.br/aplicada/c/13181559000163/2025/000122>

DADOS DA AMOSTRA 02

SITUAÇÃO: EM ANÁLISE

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGU)

ENTIDADE: ESCOLA NAVAL - C91 - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/RJ

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 33250543619143000199550010000001261972437549

PREGÃO/ATA: 000/1261 000/0000

DATA: 16/05/2025

LOTE/ITEM: 1

DESCRIÇÃO: RESISTÊNCIAS PARA BUFFET QUENTE 2500V 220V (23 CM LARGURA X 42 PROFUNDIDADE) - 85168090 - OUTRAS RESISTÊNCIAS DE AQUECIMENTO, USO DOMESTICO

QUANTIDADE: 2.00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 226,77

VALOR TOTAL: R\$ 453,54

FORNECEDOR: MBS SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - 43.619.143/0001-99

LINK: <http://transparencia.gov.br/notas-fiscais/33250543619143000199550010000001261972437549/>

DADOS DA AMOSTRA 03

SITUAÇÃO: EM ANÁLISE

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGU)

ENTIDADE: MINISTERIO DA CULTURA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/DF

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 33250701436319000208550380000004031800630705

PREGÃO/ATA: 004/8338 000/0000

DATA: 04/07/2025

LOTE/ITEM: 1

DESCRIÇÃO: BUFFET FAIR 230 - 21069090 - OUTRAS PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS

QUANTIDADE: 350,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 230,00

VALOR TOTAL: R\$ 80.500,00

FORNECEDOR: NOVA RICTEL EMPREENDIMENTOS HOTELIARIOS LTDA - 01.436.319/0002-08

LINK: <http://transparencia.gov.br/notas-fiscais/33250701436319000208550380000004031800630705/>

ITEM DA COTAÇÃO



Para acessar este documento com o QR Code, vá para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

LOTE/ITEM:
004

DESCRIÇÃO DO ITEM:
REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FARO...

JUÍZO CRÍTICO

Nº DE AMOSTRAS COLETADAS	MEDIANA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	AMOSTRAS EXPURGADAS
4	R\$ 224,30	R\$ 159,86 (70% DA MEDIANA)	R\$ 296,90 (130% ACIMA DA MEDIANA)	0
AMOSTRAS	01	02	03	04
ÓRGÃO / UF / FORNECEDOR	MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CARISABIRE / MA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CARISABIRE / MA - IFS DECORAÇÕES E SERVIÇOS E EVENTOS DIGITAIS LTDA - 48.538.840/0001-39	ESCOLA NAVAL - 051 - CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO/PI - IFS SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - 47.519.143/0001-99	MINISTÉRIO DA CULTURA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO/DF - NOVA RIOTEL - EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - 01.436.319/0002-08	ESTADO DE MATO GROSSO / SP - CASA COTIN - EVENTUAL LVE MARKETING LTDA - 04.434.714/0001-02
PREGÃO / ARP / PROPOSTA	1009156900/0163100/01222025	006/1261 30000000	004/8330 00000000	035/0741530/0730130/0014/0025
TIPO DE FONTE	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR
MARCA				
DATA	29/08/2025	16/05/2025	04/07/2025	30/07/2025
PREÇO	R\$ 224,3000	R\$ 226,7700	R\$ 230,0000	R\$ 252,8400
SITUAÇÃO	VALIDA	VALIDA	VALIDA	VALIDA

MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO ÀS AMOSTRAS SANEADAS

Para escolha do método estatístico a ser utilizado para definição do preço de mercado, o usuário seguiu a diretriz do Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, se o coeficiente de variação das amostras saneadas for menor ou igual a 25%, se estima o preço de referência a partir da média aritmética (simplex); se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), se estima com base na mediana das amostras saneadas.

Nº DE AMOSTRAS VALIDAS	DESVIO-PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MENOR PREÇO	MÉDIA SANEADA	MEDIANA SANEADA	MÉTODO ADOPTADO
4	11,38	4,87%	R\$ 224,30	R\$ 233,49	R\$ 228,39	MÉDIA ARITMÉTICA

DADOS DA AMOSTRA 01

SITUAÇÃO: VALIDA

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CARISABIRE / MA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CARISABIRE / MA

CODIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 1009156900/0163100/01222025

PREGÃO/ATA: 1009156900/0163100/01222025

DATA: 29/08/2025

LOTE/ITEM: 004/001

DESCRIÇÃO: MESA DE BUFFET: MEDIDA MÍNIMA: 2 METROS DE COMPRIMENTO. ESTRUTURA ROBUSTA EM MADEIRA, MDF OU FERRO COM TAMPO DECORATIVO (ESPELHO OU VIDRO). UTILIZADA PARA ACOMODAR ALIMENTOS E BEBIDAS, COM ACABAMENTO VISUAL ALINHADO À DECORAÇÃO GERAL DO EVENTO.

QUANTIDADE: 1,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 224,30

VALOR TOTAL: R\$ 224,30

FORNECEDOR: IFS DECORAÇÕES E SERVIÇOS E EVENTOS DIGITAIS LTDA - 48.538.840/0001-39

LINK: https://procup.gov.br/procup/004/1009156900/0163100/01222025/000122

DADOS DA AMOSTRA 02

SITUAÇÃO: VALIDA

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR



https://procup.gov.br/procup/004/1009156900/0163100/01222025/000122



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGU)

ENTIDADE: ESCOLA NAVAL - C91 - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/RJ

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 33250543619143000199550010000001261972437549

PREGÃO/ATA: 000/1261 000/0000

DATA: 16/05/2025

LOTE/ITEM: 1

DESCRIÇÃO: RESISTÊNCIAS PARA BUFFET QUENTE 2500V 220V (23 CM LARGURA X 42 PROFUNDIDADE) - B516A090 - OUTRAS RESISTÊNCIAS DE AQUECIMENTO, USO DOMÉSTICO

QUANTIDADE: 2,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 226,77

VALOR TOTAL: R\$ 453,54

FORNECEDOR: MBS SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - 41.619.143/0001-99

LINK: <http://transparencia.gov.br/npl-as-fn/ans/33250543619143000199550010000001261972437549>

DADOS DA AMOSTRA 03

SITUAÇÃO: ...

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGU)

ENTIDADE: MINISTÉRIO DA CULTURA - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/DF

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 33250701436319000208550380000004831800630705

PREGÃO/ATA: 000/8338 000/0000

DATA: 04/07/2025

LOTE/ITEM: 1

DESCRIÇÃO: BUFFET FAIR 230 - 21069090 - OUTRAS PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS

QUANTIDADE: 350,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 230,00

VALOR TOTAL: R\$ 80.500,00

FORNECEDOR: NOVA RICHTEL EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - 01.436.319/0002-08

LINK: <http://transparencia.gov.br/mulas-fn/ab/33250701436319000208550380000004831800630705>

DADOS DA AMOSTRA 04

SITUAÇÃO: ...

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: ESTADO DE MATO GROSSO / 33 - CASA CIVIL - PNCP/MT

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 0350741500073010000737025

PREGÃO/ATA: 0350741500073010000737025

DATA: 30/07/2025

LOTE/ITEM: 12176/12176

DESCRIÇÃO: SERVIÇO DE BUFFET PARA ALMOÇO OU JANTAR CARDÁPIO CONTENDO: ENTRADA: SALADA CAPRESE COM MOLHO DE REDUÇÃO DE PESTO, SALADA GREGA, CAIONATA DE BERINGELA, QUIBF CRU COM COALHADA PRATO PRINCIPAL: ARROZ BRANCO A GREGA, ARROZ BRANCO, SOBRECOPA ASSADA COM VINHO E BATATAS, MACARRÃO ALHO E ALEIO, CUBOS DE FILE DE FRANGO AO MOLHO DE QUATRO QUEIJO, RISOTO CAPRESE, SOBREMESA: MERINGUE DE MORANGO, TARTE DE CHOCOLATE BELGA; BEBIDAS: ÁGUA, ÁGUA COM GÁS, REFRIGERANTE NORMAL E ZERO E SUCOS (3 OPÇÕES); FORNECIMENTO DE MATERIAL: PRATOS EM PORCELANA DE JANTAR, ALMOÇO E SOBREMESA, TALHERES EM INOX (JANTAR, ALMOÇO E SOBREMESA), COPOS EM CRISTAL, TAÇAS EM CRISTAL COM HASTE, VASILHAS, PARA SERVIR, JARRAS EM VIDRO, RÉCHAUD, TRAVESSAS, BAIXEIRAS, SOUSPLAT, BANDEJAS EM INOX COBERTAS COM TOALHAS EM TECIDO BRANCO, GUARDANAPOS DE PAPEL TAMANHO 30X30CM E DE PANO TAMANHO 40X40CM, MOLHEIRA, GELEIRA, BEM COMO MESAS DE APOIO, MESAS REDONDAS, CADEIRAS (ESTILO NAPOLIÃO), TOALHAS, COBRE MANCHAS, E A DISPONIBILIZAÇÃO DE GARÇONS E MATERIAIS DE SERVIÇO E LIMPEZA (GUARDANAPOS, GELO, CAIXA TÉRMICA, FORNOS, FOGÕES, FRITADEIRAS E OUTROS); FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE APOIO NECESSÁRIOS: FORNECER EQUIPE TREINADA COMPOSTA POR COZINHEIROS(A)S E AUXILIARES, GARÇONS (X)E GARÇONETES DE ACORDO AO NÚMERO DE CONVIDADOS, E UMA PESSOA RESPONSÁVEL PELA SUPERVISÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, TODOS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, OBSERVANDO A BOA HIGIENE PESSOAL E OPERACIONAL DA EQUIPE (BONS HÁBITOS SOCIAIS) EM NÚMERO COMPATÍVEL E DE ACORDO COM A NECESSIDADE E PORTE DO EVENTO

QUANTIDADE: 1.000,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 252,88

VALOR TOTAL: R\$ 252.880,00

FORNECEDOR: EVENTUAL LIVRE MARKETING LTDA - 04.437.214/0001-02

LINK: <https://pnpc.gov.br/app/editais/0350741500073010000737025/000013>

ITEM DA COTAÇÃO



Assine o documento com o QR Code ao lado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA

LOTE/ITEM: 005 **DESCRIÇÃO DO ITEM:** REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, "À SREGA", CARNE SUÍNA "LOMBÃO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SAL.

JUIZO CRÍTICO

Nº DE AMOSTRAS COLETADAS	MEDIANA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	AMOSTRAS EXPURGADAS
3	R\$ 109,00	R\$ 76,30 (70% DA MEDIANA)	R\$ 141,70 (130% ACIMA DA MEDIANA)	0
AMOSTRAS	01	02	03	
ÓRGÃO / UF / FORNECEDOR	SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 8066 - (P)-SECRETARIA DE CULTURA / SIAGRA-SOC IND AGROPECUARIA GRAVATA LTDA - 11.051.299/0001-20	SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 8066 - (P)-SECRETARIA DE CULTURA / SIAGRA-SOC IND AGROPECUARIA GRAVATA LTDA - 11.051.299/0001-20	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA / 12212 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - PM - SINGULARY - ORGANIZACAO E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - 25.334.215/0001-44	
PREGÃO / ARP / PROPOSTA	1327047800/0183/000324/2025	1327047800/0183/000324/2025	8155850100/014610000172025	
TIPO DE FONTE	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	
MARCA				
DATA	05/12/2025	05/12/2025	28/04/2025	
PREÇO	R\$ 109,0000	R\$ 109,0000	R\$ 141,7000	
SITUAÇÃO				

MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO ÀS AMOSTRAS SANEADAS

Para escolha do método estatístico a ser utilizado para definição do preço de mercado, o usuário seguiu a diretriz do Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, se o coeficiente de variação das amostras saneadas for menor ou igual a 25%, se estima o preço de referência a partir da média aritmética (simplificada); se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), se estima com base na mediana das amostras saneadas.

Nº DE AMOSTRAS VÁLIDAS	DESVIO-PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MENOR PREÇO	MÉDIA SANEADA	MEDIANA SANEADA	MÉTODO ADOPTADO
3	11,79	10,84%	R\$ 109,00	R\$ 137,33	R\$ 109,00	MÉDIA ARITMÉTICA

DADOS DA AMOSTRA 01

SITUAÇÃO: 01

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 8066 - (P)-SECRETARIA DE CULTURA...

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 13270478000183-1-000324/2025

PREGÃO/ATA: 1327047800/0183/000324/2025

DATA: 05/12/2025

LOTE/ITEM: 10/10

DESCRIÇÃO: (6074014) - SERVIÇOS DE BUFFET - DO TIPO COFFEE BREAK, COMPOSTO DE 02 TIPOS DE PETIT FOUR, 01 TIPO DE BOLO COM 03 TIPOS DE BEBIDAS NÃO ALCOOLICAS

QUANTIDADE: 60.00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 109,00

VALOR TOTAL: R\$ 6.540,00

FORNECEDOR: SIAGRA-SOC IND AGROPECUARIA GRAVATA LTDA - 11.051.299/0001-20

LINK: <https://pncp.gov.br/app/editais/13270478000183/2025/000324>

DADOS DA AMOSTRA 02

SITUAÇÃO: 02

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 8066 - (P)-SECRETARIA DE CULTURA...



Base de dados mantida com o QR Code em íntima



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA



CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 13270478000183-1-000348/2025

PREGÃO/ATA: 332/70478000183100/03482025

DATA: 09/12/2025

LOTE/ITEM: 10/10

DESCRIÇÃO: (6074014) - SERVIÇOS DE BUFFET DO TIPO COFFEE BREAK COMPOSTO DE 02 TIPOS DE PRATOS FRIOS, 01 TIPO DE DOCE, COM 03 TIPOS DE BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS

QUANTIDADE: 60,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 109,00

VALOR TOTAL: R\$ 6.540,00

FORNECEDOR: SIAGRA-SOC IND AGROPECUARIA GRAVATA LTDA - 11.051.299/0001-20

LINK: <https://pncp.gov.br/app/editais/13270478000183/2025/000348>

DADOS DA AMOSTRA 03

SITUAÇÃO: . . .

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA / 11212 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - PN, .

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 87958583000146-1-000172/2025

PREGÃO/ATA: 879/58583000146100/00172025

DATA: 28/04/2025

LOTE/ITEM: 2/2

DESCRIÇÃO: SERVIÇO ALIMENTAÇÃO - BUFFET COQUETEL TIPO 2 SUBTIPO A

QUANTIDADE: 50,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 134,00

VALOR TOTAL: R\$ 6.700,00

FORNECEDOR: SINGULARY - ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA - 23.334.215/0001-44

LINK: <https://pncp.gov.br/app/editais/87958583000146/2025/000172>

ITEM DA COTAÇÃO

LOTE/ITEM:
006

DESCRIÇÃO DO ITEM:

REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: JARROZ "BRANCO" CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINHA.

JUÍZO CRÍTICO

Nº DE AMOSTRAS COLETADAS		MEDIANA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	AMOSTRAS EXPURGADAS
3		R\$ 109,00	R\$ 76,39 (70% DA MEDIANA)	R\$ 141,70 (130% ACIMA DA MEDIANA)	0
AMOSTRAS	01	02	03		
ÓRGÃO / UF / FORNECEDOR	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/UF RJ AGM INTERO MANUTENÇÃO DE MAJ E COM LTDA 03.951.501/0001-41	SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / SEMA - (P)-SECRETARIA DE CULTURA / SIAGRA-SOC IND AGROPECUARIA GRAVATA LTDA - 11.051.299/0001-20	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA / 11212 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - PN, / SINGULARY - ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA 23.334.215/0001-44		
PREGÃO / ARP / PROPOSTA	009/901100010000	132/70478000183100/03482025	879/58583000146100/00172025		
TIPO DE FONTE	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR		
MARCA					
DATA	09/12/2025	09/12/2025	28/04/2025		
PREÇO	R\$ 99,0000	R\$ 109,0000	R\$ 134,0000		
SITUAÇÃO	EM ANÁLISE	EM ANÁLISE	EM ANÁLISE		



Baixe a proposta com o QR Code acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRAÇA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 - CAXIAS/MA



MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO ÀS AMOSTRAS SANEADAS

Para escolha do método estatístico a ser utilizado para definição do preço de mercado, o usuário seguiu a diretriz do Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, se o coeficiente de variação das amostras saneadas for menor ou igual a 25%, se estima o preço de referência a partir da média aritmética (simples); se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), se estima com base na mediana das amostras saneadas.

Nº DE AMOSTRAS VÁLIDAS	DESVIO-PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MENOR PREÇO	MÉDIA SANEADA	MEDIANA SANEADA	MÉTODO ADOPTADO
3	15,06	13,25%	R\$ 98,00	R\$ 113,67	R\$ 109,00	MÉDIA ARITMÉTICA

DADOS DA AMOSTRA 01

SITUAÇÃO: 11111111

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: NOTA FISCAL ELETRÔNICA (CGUI)

ENTIDADE: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/RJ

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 33250703951501000141550010000099011393155267

PREGÃO/ATA: 009/9011 000/0000

DATA: 08/01/2025

LOTE/ITEM: 2

DESCRIÇÃO: RESIST. BALCAO TERMICO BUFFET SELF SERVICE BARRIO MARIA 220V - 64389000 - PARTES DE MAQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAÇÃO/FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, ETC

QUANTIDADE: 4.00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 98,00

VALOR TOTAL: R\$ 392,00

FORNECEDOR: AGM NITEROI MANUTENCAO DE MAO E COM LTDA - 03.951.501/0001-41

LINK: <http://transparencia.gov.br/notas-fiscais/33250703951501000141550010000099011393155267/>

DADOS DA AMOSTRA 02

SITUAÇÃO: 11111111

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 8066 - 1P SECRETARIA DE CULTURA...

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 13270478000183-1-000348/2025

PREGÃO/ATA: 1327047800/0183100/03482025

DATA: 09/12/2025

LOTE/ITEM: 10/10

DESCRIÇÃO: (8074014) - SERVICOS DE BUFFET - DO TIPO COFFEE BREAK, COMPOSTO DE 02 TIPOS DE PETIT FOUR, 01 TIPO DE BOLO COM 03 TIPOS DE BEBIDAS NAO ALCOOLICAS

QUANTIDADE: 60,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 109,00

VALOR TOTAL: R\$ 6.540,00

FORNECEDOR: SIAGRA-SOC AND AGROPECUARIA GRAVATA LTDA - 11.051.299/0001-20

LINK: <https://pncp.gov.br/app/editais/13270478000183/2025/000348>

DADOS DA AMOSTRA 03

SITUAÇÃO: 11111111

TIPO DE FONTE: CONTRATAÇÃO PÚBLICA SIMILAR

ORIGEM: PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ENTIDADE: SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA / 11212 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - PN...

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 87958583000146-1-000017/2025

PREGÃO/ATA: 8795858300/0146100/00172025

DATA: 28/04/2025

LOTE/ITEM: 2/2

DESCRIÇÃO: SERVIÇO ALIMENTAÇÃO - BUFFET COQUETEL TIPO 2 SUBTIPO A

QUANTIDADE: 50,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 134,00 VALOR TOTAL: R\$ 6.700,00

FORNECEDOR: SINGULARY - ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA - 23.334.215/0001-44

LINK: <https://pncp.gov.br/apn/editais/87958583000146/2025/000017>



Baixe o documento em o QR Code do Idou

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA

SUPERVISÃO DE COMPRAS E APOIO LOGÍSTICOS
PRACA GONÇALVES DIAS S/N CENTRO CEP: 65.600-000 CAXIAS/MA

4 - CURVA ABC

DESCRIÇÃO	PARTIÇÃO NO CUSTO TOTAL	PARTIÇÃO ACUMULADA	FAIXA
004 - REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA E LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	25,36%	25,36%	A
003 - REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DE SOL", FEIJÃO MULATA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	24,66%	50,03%	A
002 - REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUINA "COSTILETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	18,12%	68,15%	A
005 - REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, "À GREGA", CARNE SUINA "LOMBO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	12,74%	80,89%	B
006 - REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	12,34%	93,24%	B
001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA) - ARROZ - FEIJÃO - MACARRÃO - SALADA (CRUA OU COZIDA) - FAROFA. OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	6,75%	100,00%	C



5 - JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA UTILIZADA

5. METODOLOGIA DA ORÇAMENTAÇÃO

5.1. BASE LEGAL E JURISPRUDENCIAL. A metodologia para elaboração do orçamento estimativo utilizada pelo Sistema Cesta de Preços (SCP) é estruturada como aderência à Lei nº 14.133/2021, ao Manual de Orientação de Pesquisa de Preços publicado pela Secretaria de Auditoria Interna do STJ (Edição 2021) e a Lei nº 8.666/93.

5.2. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA. **5.2.1. Da competência para elaboração do orçamento estimativo:** os normativos internos do ente público devem definir a responsável pela elaboração do orçamento Idoravance designado (orçamentista), com as respectivas competências. **5.2.2. Do respeito ao princípio da segregação das funções:** O orçamentista não pode exercer, no âmbito do órgão pesquisante, a função de ordenador de despesas, procurador, controlador, agente de contratação, membro de comissão de licitação, pregoeiro, membro de apoio ao pregoeiro. Fundamenta Lei nº 14.133/21, art. 5º, caput, e Acórdãos nº 2829/2015-PJ/STJ e nº 696/2011-PJ/STJ. **5.2.3. Dos parâmetros de pesquisa utilizados pelo SCP:** de acordo com o art. 23, § 1º, o SCP utiliza os seguintes parâmetros de pesquisa: **5.2.3.1. contratações similares feitas pela Administração Pública** (ncso III), retirada de fontes oficiais (Comprasnet, Banco de Preços da Saúde e outros repositórios públicos) com indicação específica para validação da informação, bem como a inclusão de contrato ou ata de registro de preços pelo usuário; **5.2.3.2. pesquisa direta com fornecedores** (ncso III), mediante citação realizada pelo usuário, com validação da área de atuação, dados do fornecedor e elementos formais; **5.2.3.3. sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo** (IV), incluídos pelo usuário, com indicação do endereço eletrônico e data da captura da informação. **5.2.4.** O SCP viage as orçamentistas, em suas pesquisas, priorize a utilização de contratações similares feitas pela Administração Pública como parâmetro de pesquisa preferencial; **5.2.5.** A eventual indicação de marca ou fabricante de referência para o item pesquisado, salvo parecer técnico em contrário, serve apenas como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, sendo admitida a citação de objetos equivalentes, similares ou de melhor qualidade (conforme Acórdão nº 848/2019 do Plenário do Tribunal de Contas da União). **5.2.6.** Na elaboração do orçamento estimativo, deve-se utilizar amostras atuais, assim entendidas: **5.2.6.1.** para contratações similares feitas pela Administração Pública, os contratos ou atas de registro de preços devem estar em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data de realização da coleta das amostras (Lei nº 14.133/21, art. 23, § 1º, II), tomando-se por marco temporal a data de publicação da ata ou do contrato e, na falta desse, a data da homologação; **5.2.6.2.** para pesquisa direta com fornecedores, as cotações devem ter, no máximo, 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital (Lei nº 14.133/21, art. 23, § 1º, IV). **5.2.7. A amplitude da pesquisa** é assegurada pela utilização de três amostras válidas. Caso não seja possível esse número mínimo de amostras, é preciso apresentar justificativa idônea (Acórdão TCU 2531/2011-Plenário). **5.2.8.1.** na média saneada por percentual da média, o sistema ordena as amostras em ordem crescente (população amostral inicial); **5.2.8.1.1.** segunda, exclui as amostras inexequíveis, assim consideradas aquelas cujo valor seja 70% (setenta) inferior à mediana população amostral inicial, exclusive seu valor; **5.2.8.1.2.** terceira, exclui as amostras com sobrepreço, assim consideradas aquelas cujo valor seja 30% (trinta por cento) superior à mediana da população amostral inicial, exclusive seu valor. **5.2.8.1.3.** O SCP usa o método adotado pelo Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ adaptando, usando como referência a mediana ao invés da média, por entender ser uma metodologia mais conservadora, posto que sujeita a menores variações de valores extremos. **5.2.8.2.** na média saneada pelo desvio padrão, o sistema: **5.2.8.2.1.** cria um limite superior, que é representado pelo desvio-padrão somado à média; **5.2.8.2.2.** cria um limite inferior, que é representado pelo desvio-padrão menos a média; **5.2.8.2.3.** exclui do cálculo todas as amostras acima e abaixo dos limites estabelecidos. **5.2.9.** Após o juízo crítico, o SCP calcula o preço de referência por meio da escolha da mediana de amostras centrais (média ou mediana mais ajustada ao perfil das amostras saneadas, utilizando o coeficiente de variação como critério de escolha a partir dos padrões indicados no Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça, a saber: **5.2.9.1.** se o coeficiente de variação for menor ou igual a 25% (vinte e cinco por cento), deve-se estimar o preço de referência a partir da **média aritmética** (simples); **5.2.9.2.** se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), deve-se estimar o preço de referência a partir da **mediana**; **5.2.9.3.** O SCP permite que o orçamentista atribua o tipo de medida de tendência central a ser utilizada para o cálculo do preço referencial de forma manual e linear para todos os itens. **5.3. DAS RESPONSABILIDADES DO SCP.** **5.3.1.** O SCP é responsável por: **5.3.1.1.** Pela arquitetura de sua metodologia de orçamentação; **5.3.1.2.** Pela veracidade das amostras capturadas e arquivadas em seu banco de dados, sob o parâmetro "outras contratações públicas", já que somente se utilizam de dados capturados a partir de licitações cujos resultados foram publicados em diário oficial e não em editais de outros usuários. **5.3.2.** O SCP não se responsabiliza: **5.3.2.1.** Pela fidelidade dos procedimentos laboratoriais que operam origem aos preços registrados e publicados, sendo de responsabilidade dos respectivos órgãos públicos que divulgaram a informação; **5.3.2.2.** Pela veracidade dos dados dos contratos e atas de registro de preços inseridas pelo orçamentista, por pesquisa direta com fornecedores e por pesquisa oriundas de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, sendo a veracidade de tais dados de responsabilidade do orçamentista. **5.4. DAS RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO.** **5.4.1.** O orçamentista é responsável por: **5.4.1.1.** manter seu login/senha em sigilo, não devendo transferir nem compartilhar seu acesso individual, sob pena de responsabilidade pessoal; **5.4.1.2.** reproduzir corretamente os itens a serem orçados de acordo com o termo de referência, projeto básico ou documento equivalente apresentado pela Unidade Interessada; **5.4.1.3.** solicitar esclarecimento à Unidade Interessada sempre que observar qualquer impropriedade nos dados constantes da solicitação ou da descrição dos itens a serem orçados; **5.4.1.4.** selecionar amostras que, dentro do eixo de variação constante no banco de dados, representem tanto quanto possível a realidade do preço de mercado local, considerando o porte dos órgãos, logística, quantitativo total, unitário, distância aos centros distribuidores etc.; **5.4.1.5.** em relação à pesquisa direta com fornecedores, o orçamentista é responsável por solicitar formalmente a cotação de preços, juntando e comprovando (contrate, e-mail ou AR) no sistema; selecionar os fornecedores a serem consultados, mediante justificativa; fixar o prazo para resposta do pedido de cotação proporcional à complexidade do objeto; validar os pontos de controle previstos pelo SCP; anexar ao processo a resposta do fornecedor (ofícios, e-mails de solicitação, cotação de preços etc.) ou certificar a não resposta; **5.4.1.6.** O usuário deve enviar a data de validade da ata ou da cotação do contrato; **5.4.1.7.** rubricar toda a documentação que subsidiou a pesquisa e assinar o orçamento ao final.

A Metodologia utilizada na elaboração do presente orçamento estimativo tem aderência à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), art. 21, especialmente no que tange às fontes de pesquisa admitidas (§ 1º).


ANTONIO REGO NETO

CPF/Matricula 994.231.543-87
Portaria nº 0000000000



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

CEL 70

EMPRESA	A. DOS R. LOBÃO FILHO COMÉRCIO		
ENDEREÇO	RUA COLINAS Q-D C-20 RESID. Helio Queiroz 2/DIVIS. SILVA		
CNPJ	04.676.567/0001-33	ESTADO	MA
CIDADE	CAXIAS	TELEFONE	

PESQUISA PRELIMINAR DE PREÇOS

ÓRGÃO	Gabinete do Prefeito			PROCESSO	0980/2026
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND.	QNT.	VLR. UNT.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	Und.	5000	35,00	175.000,00
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	150,00	450.000,00
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	250,00	750.000,00
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	250,00	750.000,00
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	150,00	450.000,00
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	Und.	3000	150,00	450.000,00
DATA	03 de Março de 2026			TOTAL	3.225.000,00

Jackson da Silva Vale
Coordenador do Setor de Compras

Assinatura do Responsável

Função

CPF

Carimbo:

04.676.567/0001-33
A. dos R. Lobão Filho Comércio
Rua Colinas, Q-D C-20
Resid. Helio Queiroz - CEP: 65.605-345
Caxias-MA

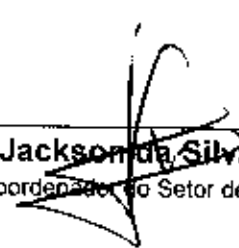
DESPACHO

Ào
Gabinete do Prefeito.

Nº Processo: 980/2026
Data: 02/03/2026

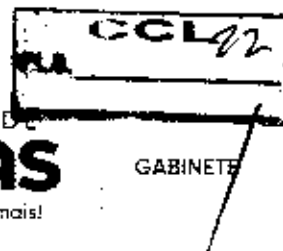
Encaminho o Processo Administrativo para Providências Cabíveis.

Caxias (MA), 10 de Março de 2026.


Jackson da Silva Vale
Coordenador do Setor de Compras



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Identificação do solicitante:
 - 1.1.1. **MERANDULINA DE CASTRO BEZERRA**
CHEFE DE GABINETE
- 1.2. Secretaria Requisitante:
 - 1.2.1. CHEFIA DE GABINETE
- 1.3. Modalidade de contratação indicada pelo demandante:
 - 1.3.1. PREGÃO (ARP).
- 1.4. Número do Processo Administrativo:
 - 1.4.1. Processo Administrativo nº 0980/2026.
- 1.5 Responsáveis pela elaboração deste ETP:
 - 1.5.1 **MERANDULINA DE CASTRO BEZERRA** / CHEFE DE GABINETE
- 1.6 Legislações aplicáveis:
 - 1.4.2. Lei Federal 14.133/21.

2. OBJETO

- 2.1. Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.
- 2.2. Contratação de empresa especializada para o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Trata-se de serviço demandado pelo Gabinete do Prefeito, na promoção de solenidades internas e externas da Secretaria Municipal de Gabinete e seus órgãos vinculados. Caracterizando-se assim a necessidade de contratação de empresa especializada no ramo para viabilizar a realização de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Gabinete e seus órgãos vinculados e dar maior comodidade às autoridades presentes nos eventos oficiais, com Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, conforme a necessidade que o evento requerer. Esta contratação se justifica pela necessidade para atender aos eventos desta municipalidade.
- 3.2. Outrossim, a presente solicitação visa atender aos eventos pré-definidos no Calendário Institucional desta Secretaria. O quantitativo foi estimado conforme os exercícios anteriores.



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



4. REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

- 4.1. Plano de Ação da prefeitura municipal de Caxias para o ano de 2026.
- 4.2. Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro em curso.

5. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Os produtos a serem prestados deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO e outros, no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

5.1.2. O fornecedor deverá priorizar a utilização, quando disponíveis no mercado, de materiais que sejam biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de tecnologias e matérias-primas sustentáveis para execução e operação do objeto, que possuam reduzido gasto de energia e de recursos naturais.

5.1.3. A utilização de materiais não reutilizáveis envolve gasto de energia e de matérias primas. Em muitos casos, a fabricação gera subprodutos nocivos e poluição, além de que, o seu descarte irregular provoca graves impactos negativos no meio ambiente.

5.1.4. Como forma de reduzir tais impactos, os produtos utilizados devem ser menos agressivos ao meio ambiente; ser concentrados e com a priorização de materiais biodegradáveis.

5.1.5. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

5.2. Da exigência de amostra

5.2.1. Não será exigida amostras.

5.3. Da Subcontratação

5.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, tendo em vista que tal exigência poderá elevar demasiadamente o preço dos produtos.

5.5. Garantia dos produtos

5.5.1. O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A contratação pretendida se enquadra como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

5.7. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.8. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias Carneiro, 600 - Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

GABINETE

6. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

6.1. Para levantamento do quantitativo estimado para contratação, usou-se por base a Planilha de Levantamento o fornecimento de café da manhã, almoço, jantar, coffee break, lanches e similares, planejada com base no consumo do ano anterior, de acordo com o calendário do ano 2025.

6.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas, para as práticas esportivas, está apresentada no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguíça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	UND	5.000		
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000		
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000		
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000		
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000		
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000		
VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA → R\$					0,00

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Em atendimento ao inciso V, do §1º, art. 18 da Lei 14.133/2021, foi realizada ampla pesquisa de mercado com objetivo de definir as possíveis soluções, com análise em contratações similares por outros órgãos e entidades, onde se observou como opções:

7.1.1. O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, e por este município todos os anos, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

7.1.2. Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

7.1.3. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias Carneiro, 600 - Centro, CEP: 65.604-090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



pretendido;

7.1.4. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa;

7.1.5. A aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente por órgãos públicos, em todas as suas esferas;

7.1.6. Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a prestação de serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.824.720,00** (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e setecentos e vinte reais), conforme pesquisa prévia realizada pelo setor competente, a qual segue em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	UND	5.000	36,710	183.550,00
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeletas", linguça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	162,59	487.770,00
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	232,76	698.280,00
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	236,79	710.370,00
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	125,50	376.500,00
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	122,75	368.250,00
VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA → R\$					2.824.720,00

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-55

Praça Dias Carneiro, 800 – Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

CC 26

GABINETE

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A descrição da solução como um todo, envolve o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias. Iniciando com a seleção do fornecedor que ofertar o menor preço por item e conforme as especificações descritas no Termo Referencial, e posteriormente o fornecimento dos materiais nas quantidades e seguindo as especificações de cada item.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. De acordo com a Lei 14.133/2021, o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual e observar o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.2. O objetivo da norma é ampliar a competitividade, sobretudo porque algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame.

10.3. Verifica-se que o parcelamento em lotes ou itens autônomos do objeto é a regra e o agrupamento em lote único é a exceção, que deve ser previamente justificada no processo administrativo.

10.4. As normas que disciplinam as licitações públicas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que informadas no edital e não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.5. Nesse sentido, nesta aquisição optou-se pelo parcelamento do objeto em itens, com as respectivas características específicas de cada um, possibilitando que mais de uma empresa possa vir a ser a vencedora do certame, o que de alguma forma amplia a concorrência.

10.6. Sendo assim, esta aquisição atende aos requisitos legais de parcelamento do objeto, visando propiciar a ampla participação de licitantes e ampliar a competitividade, considerando que os itens atendem as condições de oferta de mercado.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. O Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias.

11.2. Como resultado espera-se que os serviços a serem prestados sejam de qualidade.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL CONTRATUAL

12.1. Não verificamos, a princípio, nenhuma providência a ser adotada pela Administração previamente à celebração do contrato.

12.1.1. Contudo, é recomendável a Administração faça um levantamento dos servidores que necessitem serem capacitados, afinal o aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle da execução do contrato.

12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e fiscal(is) do

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

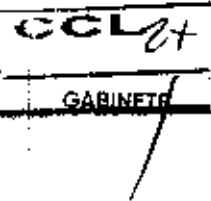
Praça Dias Carneiro, 600 – Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



contrato, ou pelos respectivos substitutos nomeados pela Administração, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os produtos deverão ser fornecidos em conformidade com as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, conforme consta expressamente no item 5.1 e seus subitens deste ETP.

13.1.1. A princípio podemos observar que os possíveis impactos relacionados ao objeto estão relacionados a geração de resíduos sólidos de embalagens e materiais danificados com o uso.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. A execução do objeto não prevê contratações correlatas ou dependentes, por se tratar itens individuais que não mantêm relação com outros objetos.

15. APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

15.1. Considerando o objeto a ser contratado, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. Com base em todo o exposto acima, especialmente o que tange a solução de mercado e práticas sustentáveis, considera que o objeto é viável e necessário para atender ao Gabinete do Prefeito e as demais secretarias da Prefeitura Municipal de Caxias.

17. ANEXOS

17.1. Não há anexos, com exceção da pesquisa de mercado que está sendo anexada a este Estudo Técnico Preliminar.

Caxias(MA), 10 de março de 2026.


Merandulina Bezerra de Castro
CHEFE DE GABINETE


Francisco Roberto Rodrigues Silva
Fiscal de Contrato
Francisco Roberto Rodrigues Silva
Fiscal de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

PRAÇA DIAS CARNEIRO, 600-CENTRO

06082820000156

Exercício:

2026



Página 1

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 00980/19096.

Informo que existe dotação orçamentária para ocorrer com a despesa do referido processo, conforme rubrica a seguir:

Órgão: 07 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Proj/Ativ: MANUT. E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO
Dotação: 04.122.0002.2002.0000 3.3.90.39.00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Saldo R\$: 60.577,02

Caxias-MA 10/03/2026

João Carlos dos Santos
Contador
CRC 3.517-MA



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

GABINETE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) – Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	UND	5.000	36.710	183.550,00
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	162,59	487.770,00
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	232,76	698.280,00
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	236,79	710.370,00
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	125,50	376.500,00
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	122,75	368.250,00
VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA → R\$					2.824.720,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021).

2.1. Suprir a Chefia de Gabinete do Município de Caxias-MA, com o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, para possibilitar a manutenção de atividades administrativas decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas, conforme melhor especificado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

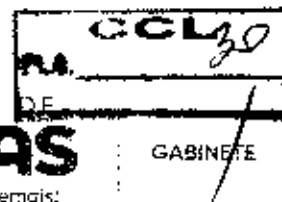
Praça Dias Carneiro, 600 – Centro. CEP: 65.604-090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



2.4. Maiores detalhes da Fundamentação e Justificativa da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "c" da Lei 14.133/2021).

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

3.2. A solução mais vantajosa para a Administração Pública no caso em questão é optar pela terceirização e contratar empresa fornecedora, pois o fornecimento a serem contratados se enquadram como atividades de materiais acessórios, instrumentais ou complementares à área de competência legal do licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. O fornecimento por ser esporádica não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta. Exatamente por serem serviços eventuais, o Município não tem em seus quadros permanentes pessoal para execução de tais funções.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea "d" da Lei 14.133/2021)

4.1. Os requisitos da Contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

4.2. A empresa deverá estar habilitada legalmente, possuir todas as certidões e documentações necessárias, bem como manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do produto/serviço, por servidor especialmente designado, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto/serviço, fixando prazo para a sua correção.

5.4. Pagar à Contratada o valor resultante do produto/serviço, no prazo e condições estabelecidas.

5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(s) empregado(s) da Contratada, visando à boa execução da entrega dos produtos;

6.2. Fiscalizar a entrega do serviço, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;

6.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço, bem como, qualquer ocorrência relacionada à entrega do serviço;

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias - MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias Carneiro, 600 – Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

GABINETE

CCL 31

6.4. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

6.5. A partir da assinatura do contrato, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

6.6. Os preços propostos serão considerados completos e deverá abranger todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital;

6.7. O não atendimento do prazo fixado poderá implicar na aplicação das sanções definidas na Lei 14.133/2021 e ainda:

6.7.1 Poderá implicar em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas neste Termo de Referência.

7. DO FORNECIMENTO

7.1. As providências mínimas abaixo sugeridas não são exaustivas e, portanto poderão ser alteradas, segundo o entendimento da Prefeitura Municipal de Caxias e as necessidades circunstanciais do evento, nas modalidades descritas neste Termo de Referência.

7.2. O fornecimento do item 01 deste termo (quentinhas) deverá estar disponível 24 Horas todos os dias da semana inclusive sábados, domingos e feriados. Para o recebimento das quentinhas, será designado servidor específico para verificação do produto objeto desta licitação.

7.3. O objeto deste ofício deverá ser fornecido sem ônus para a Prefeitura Municipal Caxias-MA

8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei 14.133/2021)

8.1. O acompanhamento e a Gestão/Fiscalização dos serviços, consistem na verificação da conformidade, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A verificação da adequação dos produtos/serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatada.

8.4. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento realizado.

8.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previsto nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado às sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diárias, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade do fornecimento.

8.8. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias Carneiro, 600 – Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

GABINETE

qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites da alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125 da Lei 14.133 de 2021.

8.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar na extinção do contrato, conforme disposto no Art.137 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.11. A Gestor/Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Liquidação

9.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias Carneiro, 600 - Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

GABINETE

CCL 33

9.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.2 Prazo do pagamento

9.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

9.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

9.2.3 A Chefia de Gabinete poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.3. O pagamento será efetuado no prazo citado acima, após assinatura do ateste que formalizar o aceite definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e dos seguintes documentos de regularidade fiscal:

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias Carneiro, 600 – Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 – 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

GABINETE

CCL 34

- 9.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.3.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);
- 9.3.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.3.3.4. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.
- 9.3.4. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo responsável pelo aceite dos objetos licitados.
- 9.3.5. O pagamento será efetuado na Conta Corrente da CONTRATADA.
- 9.3.6. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- 9.3.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste Contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.
- 9.3.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao contratado ou inadimplência contratual.
- 9.3.9. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

10.2 Forma de fornecimento

- 10.2.1 O fornecimento do objeto do contrato será integral continuada.

10.3 Exigências de Habilitação

- 10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do(s) responsável(ais) (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA
CNPJ: 06.082.820/0001-56
Praça Dias Carneiro, 600 - Centro, CEP: 65.604.090
Telefone: 3521-3125 - 3521-4581
E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

CC 31

GABINETE

- c) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:
 - g.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e
 - g.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:
 - h.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e
 - h.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

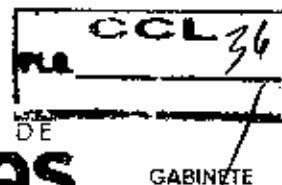
Praça Dias Carneiro, 600 - Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais



i) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3.1.3 Habilitação Econômico-Financeira.

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão ou caso não possua, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os demonstrativos contábeis limitar-se-ão ao último exercício.
- e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

f) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

g) É obrigatória a apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos nas cláusulas acima.

10.3.1.4 Qualificação Técnica.

- a) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços ou entregou bens compatíveis com o objeto deste Pregão. O(s) Atestado(s) de Capacidade deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
- b) Caso o documento não seja apresentado conforme exige o item acima, a Comissão poderá abrir diligência para a verificação das informações dele constante.
- c) Verificado que não se trata de documento verdadeiro, a Comissão tomará as providências cabíveis no sentido de proceder à diligência mais apurada e, se for o caso, adotar outros

GABINETE

Prefeitura Municipal de Caxias -MA

CNPJ: 06.082.820/0001-56

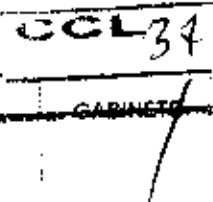
Praça Dias Carneiro, 600 - Centro. CEP: 65.604.090

Telefone: 3521-3125 - 3521-4581

E-mail: gabinete@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



procedimentos a fim de aplicar punições ou representar aos órgãos competentes para adotar as medidas necessárias

d) É indispensável que o Atestado de Capacidade Técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentação com informações genéricas, tais como: ter executado os serviços a contento. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgamento da proposta possa aferir efetivamente a eficiência da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

f) Caso a Administração achar necessário, poderá solicitar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação ou cópia nota fiscal, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ESTIMATIVA E JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa e justificativa de preços encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

11.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.824.720,00** (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e setecentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos em anexo.

12. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

13. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar anão prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

13.2. Para o serviço desejado, deverá ser observado, pela Contratada, o que estabelecem as normas e regulamentações da Contratante, condições e/ou exigências contidas no presente Termo de Referência e Lei nº 14.133/21.

13.3. Fica estabelecido o foro judiciário de Caxias-MA para a resolução de quaisquer conflitos de natureza jurídica.

14. DOS RECURSOS

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão a conta de recursos próprios.

ORGÃO: 07 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

UNIDADE: 01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJ/ATIV: MANUT. E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO: 04.122.0002.2002.0000 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

CCL 38

GABINETE

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo abaixo assinado.

Caxias(MA), 10 de março de 2026.


Merandulina Bezerra de Castro
CHEFE DE GABINETE


Francisco Roberto Rodrigues Silva
Fiscal de Contrato
Francisco Roberto Rodrigues Silva
Fiscal de Contrato



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO N 00980/2026.

APROVAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Ao

Ilmo. Sr.

Presidente da Comissão de Contratação

Senhor Presidente,

Em obediência ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, **APROVO** os procedimentos até aqui realizados e **AUTORIZO**, Vossa Senhoria para que tome as devidas providências, no sentido de realizar procedimento licitatório conforme solicitação expressa no Processo Administrativo supracitado.

Na qualidade de ordenador de despesas desta unidade, **DECLARO**, nos termos do Art. 105 e Art. 150 da Lei 14.133/2021, que a despesa abaixo identificada tem adequação e disponibilidade de créditos orçamentários para pagamento da(s) despesa(s) contratual(is) que venha ocorrer, os quais encontram-se dispostos no Quadro Detalhado de Despesa, extraídas da Lei Orçamentária Anual (LOA), em consonância Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), compatível com o Plano Plurianual (PPA).

DECLARO ainda que a(s) despesa(s) preenche(em) os requisitos exigidos no inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DETERMINO que sejam obedecidos os dispositivos da Lei nº 14.133/21, e todas as outras normas inerentes ao pleno cumprimento das legislações vigentes.

Caxias, 10/03/2026.

OTHON LUIZ MACHADO MARANHÃO
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Planejamento e Gestão
Fazendária.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS,
PLANEJAMENTO E GESTÃO FAZENDÁRIA

CNPJ: 06.062.820/0001-66 / Praça Dias Carneiro, 600, Centro, CEP: 65.600-000 - Caxias / MA
(99) 3521-3025/3244 / e-mail: fazenda@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

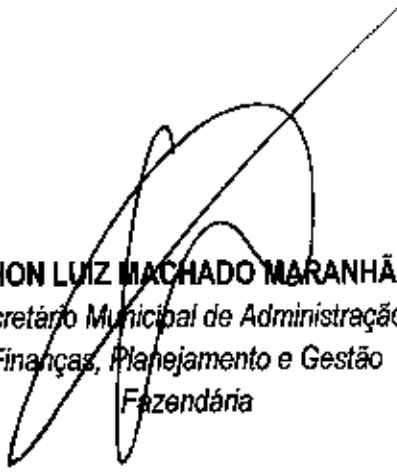


Processo nº 00980/2026.

A
Comissão Central de Licitações

Encaminhamos processo supracitado, para as devidas providências.

Caxias (MA), 10/03/2026.


OTHON LUIZ MACHADO MARANHÃO
Secretário Municipal de Administração,
Finanças, Planejamento e Gestão
Fazendária



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Caxias - MA

Prefeito José Gentil Rosa Neto

Criado pela Lei N° 2734/2025 N°. 6126/2025 Caxias - MA, 07/01/2025

EXPEDIENTE

Criado pela Lei N° 2734/2025, é uma publicação exclusivamente eletrônica da Administração Direta deste Município.

ACERVO

Você pode acessar as edições do Diário Oficial de forma online através do seguinte endereço: <https://www.caxias.ma.gov.br/diario>. Para realizar pesquisas utilizando qualquer termo ou aplicar filtros específicos, basta acessar a mesma página: <https://www.caxias.ma.gov.br/diario>. Importante ressaltar que todas as consultas, pesquisas e downloads são totalmente gratuitos e não requerem nenhum tipo de cadastro prévio.

PERIODICIDADE

As edições são publicadas diariamente, exceto nos dias de sábado, domingo e feriados.

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Caxias - MA
CNPJ: 05.281.738/0001-98, Prefeito José Gentil Rosa Neto
Endereço: Praça Dias Carneiro, 600, Centro
Telefone: (99) 3521-3025 e-mail: diario@caxias.ma.gov.br
Site: <https://www.caxias.ma.gov.br>

OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Geração de Emprego para Jovens de 18 a 24 anos residentes no município de Caxias, Maranhão.

Art. 2º O objetivo deste programa é incentivar a geração de emprego e a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, com as seguintes metas específicas:

I - Garantir a inclusão do jovem no mercado de trabalho, proporcionando-lhe experiência comprovada;

II - Promover a geração de emprego e renda para a população jovem;

III - oferecer estágios remunerados em empresas parceiras do município;

IV - Incentivar os estudos e o trabalho, otimizando o tempo e ajudando o jovem a administrar melhor suas atividades diárias.

Art. 3º Para ser enquadrado no programa, o jovem deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Não ter registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e não possuir vínculo empregatício formal;

II - Comprovar residência no município de Caxias, Maranhão, há, no mínimo, 04 (quatro) anos ou ter registro de nascimento no município;

III - estar em situação regular com a Justiça Eleitoral;

IV - Possuir CPF regularizado.

Art. 4º O cadastro será realizado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Economia Criativa, mediante a apresentação de toda a documentação comprobatória necessária. A referida Secretaria será responsável por elaborar pareceres e acompanhar periodicamente o desenvolvimento das atividades do programa, em conjunto com as instituições de ensino.

SUMÁRIO**1 - GABINETE**

- LEI
- DECRETOS
- PORTARIA
- MEDIDA PROVISÓRIA
- ATA DE POSSE

GABINETE

LEI MUNICIPAL Nº 2734, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

"INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO À GERAÇÃO DE EMPREGO PARA JOVENS DE 18 A 24 ANOS RESIDENTES EM CAXIAS, MARANHÃO, E DA



Documento assinado digitalmente e com carimbo de tempo conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para consultar a veracidade da publicação acesse <https://dom.caxias.ma.gov.br/diariooficial/1099> - Volume 5, N°. 6126/2025



Art. 5º Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir estágios remunerados para os jovens participantes, limitados a 50 (cinquenta) vagas, com o objetivo de capacitar e proporcionar condições de aprendizado, ampliando as oportunidades de emprego. A bolsa de estágio será equivalente à metade (½) do valor do salário mínimo vigente.

§ 1º Os jovens selecionados deverão estar cursando, obrigatoriamente, a rede pública de ensino em qualquer fase do processo educacional (profissionalizante, ensino médio ou superior).

§ 2º A carga horária dos estágios será de no máximo 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, respeitando o repouso semanal remunerado.

§ 3º Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar convênios com entidades, empresas privadas, instituições, órgãos do governo e fundações, para a execução do programa. Os jovens exercerão funções específicas nas empresas conveniadas, recebendo a bolsa de estágio paga pelo Poder Público Municipal.

§ 4º O estágio terá duração de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses, com a limitação de 50 jovens durante todo o período.

§ 5º O Poder Público Municipal concederá um selo de reconhecimento aos parceiros que colaborarem com a execução do programa, concedendo-lhes vantagens fiscais relacionadas à Fazenda Pública Municipal.

§ 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação.

Art. 6º O Programa de Apoio à Geração de Emprego para Jovens de 18 a 24 anos será desenvolvido por meio das seguintes etapas:

I - Entrevista: Realização de entrevista com os candidatos para definição do perfil profissional, considerando as aptidões e interesses individuais.

II - Avaliação: Avaliação curricular, aplicação de testes comportamentais e análise completa do perfil do candidato, com o objetivo de identificar suas habilidades, competências e áreas de melhoria.

III - orientação: Consultoria individualizada para orientação sobre a elaboração de currículo, capacitação técnica e desenvolvimento de habilidades essenciais para o mercado de trabalho.

IV - Direcionamento: Encaminhamento dos jovens aptos para as vagas de emprego disponíveis nas empresas parceiras do programa, visando a efetiva colocação no mercado de trabalho.

Art. 7º As despesas resultantes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Executivo, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DIAS SETE DO MÊS

DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

Código Identificador:
b6abc944e5215a5550293d4c667868133e02ccc4e177a07bbdd91917a7bd170b70655d6
f739d1675e0c7d5386c55a21271fb576d59bb8103f8c4902e403de

DECRETO MUNICIPAL Nº 22 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Chefe do Cerimonial;

NOME	CARGO	SÍMBOLO
FABIANA DE JESUS REIS	CHEFE DO CERIMONIAL	AS-3
ASSUNÇÃO PEREIRA		

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 25 DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo



para o Cargo em Comissão de Secretária Municipal Do Trabalho;

NOME	CARGO	SÍMBOLO
LARISSA GEDSON SIMÃO NEIRA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO	ISOLADO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO DIA SETE DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 26 DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretária Adjunta Municipal De Gestão Fazendária;

NOME	CARGO	SÍMBOLO
CARLA ALESSANDRA DE ALENCAR MOURA ROCHA	SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA	AS-3

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO DIA SETE DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 27 DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto Municipal De Planejamento;

NOME	CARGO	SÍMBOLO
VÍDIGAL BORGES TORRES	SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	AS-3

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO DIA SETE DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 28 DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal De Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Economia Criativa;

NOME	CARGO	SÍMBOLO
CONSTANTINO FERREIRA CASTRO NETO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA CRIATIVA	ISOLADO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de



CCL 44

janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS,
ESTADO DO MARANHÃO AO DIA SETE DO MÊS DE
JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

**DECRETO MUNICIPAL Nº 29 DE 07 DE JANEIRO
DE 2025.**

**NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO
PARA O CARGO EM COMISSÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do
Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas
prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no
art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do
Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo
para o Cargo em Comissão de Diretor Financeiro Do
Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos
Municipais de Caxias (Caxias Prev);

ROME	CARGO
VICENTE JOSÉ OLIVEIRA DE ANDRADE	DIRETOR FINANCEIRO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS (CAXIAS PREV)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua
publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de
janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS,
ESTADO DO MARANHÃO AO DIA SETE DO MÊS DE
JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias/MA

**DECRETO MUNICIPAL Nº 30 DE 07 DE JANEIRO
DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE O RECADASTRAMENTO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS EFETIVOS E/OU
ESTÁVEIS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS
ATIVOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ GENTIL ROSA NETO, PREFEITO MUNICIPAL
DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, no exercício
das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.
65, VIII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos
dados cadastrais dos Servidores Públicos Municipais
titulares de cargo público de provimento efetivo e/ou
estáveis, cargos comissionados e contratados
temporariamente ativos, e que para esse fim se faz
necessário à identificação do servidor, perfil
funcional, de sua lotação, de seu enquadramento
funcional, bem como outras informações
consideradas fundamentais para a Prefeitura
Municipal de Caxias/MA;

CONSIDERANDO a implantação de medidas
administrativas objetivando dar maior controle e
celeridade às Secretarias Municipais de
Administração, Finanças, Planejamento e Gestão
Fazendária, Educação, Ciência e Tecnologia,
Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa e
Saúde e das autarquias municipais Serviço Autônomo
de Água e Esgoto - SAAE e Instituto de Previdência
dos Servidores Públicos Municipais de Caxias -
CAXIASPREV, com a finalidade de buscar a melhoria
da qualidade das informações como instrumento de
gestão de recursos humanos;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o Recadastramento dos
Servidores Públicos Municipais efetivos/estáveis
ativos, comissionados e contratados
temporariamente, que recebam transferências do
Tesouro Municipal para pagamento de despesas com
pessoal no âmbito da administração direta e indireta,
do Município de Caxias/MA.

Art. 2º. O recadastramento dos Servidores Públicos
Municipais de que trata o art. 1º possui caráter
obrigatório e será realizado na forma estabelecida
neste Decreto.

Art. 3º. O período de Recadastramento será realizado
conforme portarias publicadas pelas seguintes
secretarias:

- I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças,
Planejamento e Gestão Fazendária;
- II - Secretaria Municipal de Educação, Ciências e
Tecnologia;
- III - Secretaria Municipal de Proteção Social,
Primeira Infância e Pessoa Idosa;
- IV - Secretaria Municipal de Saúde;
- V - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos



Municipais - CAXIASPREV; e

VI - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Caxias/MA - SAAE.

§ 1.º - O Recadastramento dar-se-á através de atendimento presencial realizado junto à respectiva Secretaria Municipal a que estiver vinculado o Servidor Público Efetivo e/ou Estáveis Ativos, Comissionados e Contratados, neste município em locais e horários a serem posteriormente informados por meio de Portaria e Edital de Convocação publicados pelos respectivos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta.

§ 2.º - O atendimento dos servidores a serem recadastrados deverá ser pessoal, podendo a Comissão de Recadastramento analisar a possibilidade de representação do servidor por terceiros em situações excepcionais e devidamente justificadas.

Art. 4º. O Recadastramento dos Servidores Públicos Municipais será feito mediante o comparecimento pessoal, com a apresentação de documentos.

§ 1º. Serão necessárias para o Recadastramento as seguintes informações dos servidores:

I - Nome completo;

II - Endereço completo, e-mail eletrônico e telefone;

III - Naturalidade e nacionalidade;

IV - CPF, PIS/PASEP, RG, Título Eleitoral, Habilitação (servidores que conduzem veículos oficiais) e comprovante de escolaridade;

V - Situação Funcional: Função, Nível, Salário, Deficiência, Situação (trabalho, licença, férias, etc.), Vínculo, Ato Administrativo (Decreto/Portaria) e Data de Admissão;

VI - Identificação de dados étnico-raciais (branco, pardo, negro, indígena, amarelo);

VII - Identidade de gênero e orientação sexual;

VIII - Cadastro de Dependentes.

§ 2º. Deve-se, ainda, informar a situação dos que estão afastados do serviço, a especificação do motivo, e os que estão fora do órgão de lotação, a indicação do órgão em que estão à disposição, seja municipal, estadual ou federal, bem como o período que se encontram afastados.

Art. 5º. O servidor deverá apresentar os documentos a seguir mencionados, em original:

I - CPF, PIS/PASEP, RG, Título Eleitoral, Decreto de Nomeação (para efetivos), Habilitação (motorista) e Comprovante de Endereço, Certidão de Nascimento de filhos entre 00 e 14 anos de idade, Carteira de Registro Profissional (CREA, COREN, CRC, CRO, OAB, etc.).

Art. 6º. Fica constituída a Comissão Municipal de

Recadastramento, por meio dos servidores públicos adiante designados:

I - JOSINALDO CORDEIRO - CPF N.º 571.948.313-68;

II - DÉBORA DE CÁSSIA GOMES CRUZ - CPF N.º 003.918.843-44;

III - IRACELIA DA SILVA ARAÚJO SPINDOLA - CPF N.º 039.156.451-09;

IV - IANNY RIBEIRO CORDISTA - CPF N.º 051.919.533-71.

Art. 7º. Compete aos membros da Comissão Municipal de Recadastramento as seguintes atribuições:

I - Cadastrar, conferir os documentos relacionados no art. 5º;

II - Emitir Relatório Preliminar com diagnóstico e cruzamento de dados, com prazo final para entrega ao Executivo Municipal de 30 (trinta) dias após o término do período de recadastramento.

Art. 8º. Os servidores com cadastramento confirmado pela Comissão Municipal de Recadastramento serão convocados mediante Edital de Convocação, conforme a natureza do seu vínculo, após a apresentação do relatório preliminar ou final, conforme conveniência da administração pública. Parágrafo Único - O Edital de que trata o caput deste artigo deverá ser publicado no Sítio da Prefeitura Municipal de Caxias/MA e no Diário Oficial do Município e outras formas de divulgação cabíveis.

Art. 9º. O servidor público municipal que deixar de se recadastrar no prazo estabelecido no presente Decreto terá suspenso o pagamento dos seus vencimentos, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 1º. O pagamento a que se refere o caput deste artigo será restabelecido quando da regularização do recadastramento pelo servidor municipal.

§ 2º. O servidor público municipal que em razão de moléstia grave estiver impossibilitado de efetuar o recadastramento de que trata este Decreto, deverá encaminhar à Comissão Municipal de Recadastramento, no prazo previsto no art. 3º, a respectiva justificativa e documentação probatória.

§ 3º. Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, o servidor público municipal deverá comparecer ao órgão público que estiver vinculado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do término do período de recadastramento, a fim de regularizar sua situação cadastral.

Art. 10. O servidor público municipal responderá civil, penal e administrativamente pelas informações falsas ou incorretas que prestar no ato do



Recadastramento.

Art. 11. A Comissão Municipal de Recadastramento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação do Relatório Preliminar, apresentará Relatório Final.

Art. 12. A Comissão de Recadastramento, se necessário, editará normas complementares a este Decreto para assegurar a efetividade do Recadastramento.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS,
ESTADO DO MARANHÃO AO DIA SETE DO MÊS DE
JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.**

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

Código Identificador:

66abc944e5215e5550293d4c667866133a02ccc4e177a07b0d491917e7bd170b70f655d5
f739d1675a0c7d5385c55a212716576d59bb8103f8c4902e40ade

PORTARIA N.º 01 DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

Designa os Agentes de Contratações, Pregoeiros, Membros da Equipe de Apoio e da Comissão de Contratação, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, no âmbito do Município de Caxias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 65, VIII, da Lei Orgânica Municipal, conjugado com o art. 6.º, L e LX, art. 7.º, art. 8.º, §§ 1.º e 2.º e art. 9.º, todos da Lei n.º 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos, considerando a necessidade de adotar medidas de regulamentação das contratações públicas.

RESOLVE

Art. 1.º - Esta Portaria dispõe sobre a designação de servidores municipais do Município de Caxias/MA para desempenhar as funções de agentes de contratações, pregoeiros, membros da equipe de

apoio e comissão de contratação, visando atender as regras definidas pela lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos.

Art. 2.º - Para efeitos desta Portaria e conjugado com o disposto na lei nº 14.133/21, entende-se como:

I - Agente de contratação - servidor público municipal, formalmente designado pelo Presidente da Comissão de Contratações do Município, para tomar decisões, acompanhar o trâmite das licitações, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

II - Pregoeiro - servidor público municipal, designado pelo Presidente da Comissão de Contratações do Município, dentre os qualificados, para o credenciamento e a condução dos lances e demais atos de licitações na modalidade de pregão, na forma presencial ou eletrônica;

III - Equipe de apoio - composta, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, para prestar a necessária assistência ao agente de contratação e ao pregoeiro;

IV - Comissão de contratação - conjunto de agentes públicos designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações para qual foram designados;

V - Assessoria Jurídica - pessoa que exerce orientação, apoio jurídico e controle de legalidade das contratações municipais, com as funções de expedir atos de padronização de editais e minutas de contratos, bem como propor capacitação aos agentes públicos envolvidos nos processos de contratação.

§ 1º No desempenho das funções definidas nesta Portaria, os agentes de contratações, pregoeiros, membros da equipe de apoio e comissão de contratação, serão assistidos e apoiados pela assessoria jurídica em todas as fases dos procedimentos de contratações.

§ 2º No desempenho das atribuições dos agentes públicos, observarão a segregação de funções, dando preferência à elaboração de atos por servidores distintos, para preparação de atos preparatórios para as compras e licitações, elaboração de atos convocatórios e a condução do certame, mantendo o controle e verificação de legitimidade sobre os atos produzidos.

§ 3º Os agentes de contratação designados nesta Portaria, automaticamente são considerados membros da equipe de apoio do agente de contratação e do pregoeiro, nas sessões de licitações.

§ 4º Por designação da autoridade competente o



agente de contratação poderá ser pregoeiro em um mesmo processo, contando com equipe de apoio no desempenho de suas funções durante as sessões.

CAPÍTULO II

Designação de Agentes de Contratação

Art. 3.º - Ficam designados para exercer a função de "Agentes de Contratação" no âmbito da administração municipal de Caxias/MA, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais nos ditames da lei nº 14.133/2021:

- I - IGOR MÁRIO CUTRIM DOS SANTOS - CPF N.º 838.635.753-34;
- II - LÚCIO ANDRÉ GALENO SIMÕES - CPF N.º 647.839.443-34;
- III - JOÃO ALVES DO NASCIMENTO NETO - CPF N.º 035.903.363-66;
- IV - FRANCISCO VAZ DA SILVA - CPF N.º 334.972.063-34;
- V - ROMMEL CÉSAR CARNEIRO DOS SANTOS - CPF N.º 980.250.073-91;
- VI - ALAN BUENO E SILVA - CPF N.º 932.620.863-04.

CAPÍTULO III

Designação dos Pregoeiros Oficiais

Art. 4.º - Nos termos do § 5º do art. 8º da lei nº 14.133/2021, ficam designados como pregoeiros oficiais do Município de Caxias/MA, para funcionar nos processos administrativos de licitação na modalidade Pregão, os servidores designados no caput do artigo anterior, conforme convocação formal na ordem de abertura do processo administrativo de contratação.

CAPÍTULO IV

Equipe de Apoio

Art. 5.º - Os membros da equipe de apoio são os adiante designados:

- I - CLÁUDIO RIBEIRO OLIVEIRA - CPF N.º 037.119.253-67;
- II - ANTÔNIO FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA - CPF N.º 038.436.053-00;
- III - JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA SILVA - CPF N.º 335.022.503-91.

§ 1º Os membros da equipe de apoio estão incumbidos de auxiliar o agente de contratação e o pregoeiro na condução da fase externa do procedimento licitatório.

§ 2º A equipe de apoio cabe apenas auxiliar, fornecer

subsídios e informações úteis à condução da fase externa do procedimento de contratação, não sendo responsabilidade de seus membros a tomada de decisões, sendo esta de competência do agente de contratação ou do pregoeiro que estiver na condução do processo.

§ 3º Os membros da equipe de apoio não são isentos de responsabilidades no processo de contratação, quando tomarem conhecimento de alguma irregularidade, inclusive a que seja eventualmente realizada ou executada pelo agente de contratação ou pregoeiro, devendo solicitar-lhe, formalmente, que seja consignada a ocorrência em ata, sob pena de responder solidariamente pela omissão.

§ 4º A comunicação de ocorrência a que se refere o parágrafo anterior, deve ser feita ao Controlador Interno da Câmara, com cópia da ata ou prova de fatos ocorridos.

§ 5º Os membros da equipe de apoio poderão contar com apoio da assessoria jurídica para o desempenho de suas funções essenciais e poderão requisitar capacitação específica.

CAPÍTULO V

Comissão de Contratação

Art. 6.º - A comissão de contratação, quando for julgado necessária, será formada pelos servidores adiante designados:

- I - IGOR MARIO CUTRIM DOS SANTOS - CPF N.º 838.635.753-34 (PRESIDENTE);
- II - ARNALDO BENVINDO MACEDO LIMA - CPF N.º 282.935.843-00 (MEMBRO);
- III - ALMIR LIMA DA SILVA - CPF N.º 842.810.903-63 (MEMBRO).

Art. 7.º - A comissão de contratação será designada para funcionar em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, formada por, no mínimo, 03 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os seus atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na sessão em que houver sido tomada a decisão.

CAPÍTULO VI

Atribuições dos Agentes de Contratação

Art. 8.º - Compete ao agente de contratação a instauração, instrução e a condução da fase externa do processo de contratação, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas e o exame de documentos nas contratações diretas ou por meio de licitações.



§ 1º Quando processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade) o mesmo será conduzido pelo agente de contratação com ou sem a atuação da equipe de apoio, ficando ao seu critério.

§ 2º O agente de contratação poderá convocar servidores públicos, que possuam conhecimento técnico notório acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

CAPÍTULO VII

Vedações e Controle

Art. 9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Art. 10 - As vedações de que trata esta Portaria estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 11 - As sessões de licitações ou de pregão poderão contar com a presença de um representante da assessoria jurídica, com direito a voz e sem direito a voto, com poderes para questionar, determinar e reprimir atos abusivos ou aqueles que considerar em desacordo com a legislação, podendo pedir a suspensão das sessões e pedir vista dos autos, devendo ser registrado no processo, qualquer manifestação ou determinação no sentido de garantir a legalidade, legitimidade e segurança jurídica dos atos.

CAPÍTULO VIII

Participação de Profissionais de Formação Técnica

Art. 12 - Será obrigatória a manifestação de profissionais com formação técnica, na elaboração de Estudo Técnico Preliminar, descrição de bens e serviços quando se tratar de objeto complexo e comporão a equipe de apoio dos agentes de contratação e pregoeiros, nos seguintes casos:

I - em contratações de obras, reforma e demolições, o engenheiro e arquiteto pertencente ao quadro de servidores do Município de Caxias/MA;

II - em contratações de equipamentos, veículos, máquinas e outros bens permanentes, os profissionais técnicos com formação em área específica, são os responsáveis pela elaboração e descrição da lista de

bens e serviços que deverão ser licitados, sendo necessária a comprovação da notoriedade e experiência anterior com objeto.

Art. 13 - Nas contratações que exigirem conhecimentos técnicos, os agentes de contratação e pregoeiros estão autorizados a convocar os profissionais que integram o quadro de servidores do Município de Caxias/MA, para comporem a equipe de apoio ou elaborar laudos, planilhas ou pareceres sobre a matéria em análise.

Parágrafo único. Quando no atendimento das regras definidas neste artigo, não for possível contar com profissionais que integram ao quadro de servidores do Município, os responsáveis deverão solicitar a contratação de profissional ou empresa especializada no objeto para atender as normas de descrição, cotação e fiscalização.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Art. 14 - Todos os servidores designados por esta Portaria estão aptos a praticarem atos de contratações, licitações e contratos, incluindo orientações na formalização dos procedimentos de compras diretas, por dispensa ou inexigibilidade.

Art. 15 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS,
ESTADO DO MARANHÃO, AOS SETE DIAS DO MÊS
DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

Código Identificador:

b6abc944e5215aa3550283d4c66786f133a02cccd41f77a07bbdd91917a7bd170b70b655de
f739d1675e0c7d5366c55a21271fb576d596b8103f9c4902e40dd5

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 01/2025 DO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CAXIAS.**

**APROVA AS NORMAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAXIAS,
DESIGNA ORDENADORES DE DESPESA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ GENTIL ROSA NETO, PREFEITO MUNICIPAL
DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, no exercício
das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.



4.º, I, da Lei Orgânica do Município, art. 40, IV, da Constituição do Estado do Maranhão e art. 62, da Constituição Federal.

Considerando os ordenamentos estabelecidos nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para Responsabilidade da Gestão Fiscal, na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, que estabelece normas relacionadas a Licitações e Contratos Administrativos e Lei Municipal n.º 2.733/2025, que dispõe sobre a nova organização administrativa do Município de Caxias.

Considerando ainda que existe a necessidade de propiciar à Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia; Secretaria Municipal de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa, CAXIASPREV; SAAE e demais ordenadores de despesas, à Procuradoria Geral do Município e à Controladoria Geral do Município, os meios indispensáveis para o cumprimento de suas atribuições legais, particularmente quanto ao acompanhamento da correta gestão dos recursos municipais nas suas diversas formas, assegurando sua aplicação regular, eficiente, eficaz, econômica e documentada edita, com força de lei, a seguinte

MEDIDA PROVISÓRIA

Art. 1.º A execução orçamentária, financeira e contábil da Prefeitura Municipal de Caxias/MA será realizada em conformidade com a legislação pertinente à matéria e o que dispõe esta Medida Provisória, com força de Lei Municipal.

CAPÍTULO I

Do Processamento da Despesa

Art. 2.º As despesas relativas aos projetos e atividades da Administração Municipal somente poderão ser realizadas após o cumprimento do disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3.º Somente após a realização dos procedimentos previstos no artigo anterior, o ordenador de despesa poderá dar início aos procedimentos licitatórios, aos referentes a sua dispensa ou inexigibilidade, às assinaturas de contratos, convênios, ajustes, aditivos, e aos demais

atos que envolverem despesas de projetos e atividades, independentemente da origem dos recursos.

Art. 4.º Toda aquisição de bens e serviços deverá iniciar-se com abertura de um processo regularmente instruído com o formulário próprio, onde se discriminem as coisas a serem oneradas na forma estabelecida pelo Capítulo III da Lei n.º 4.320/64, que trata da despesa.

Parágrafo único. A abertura do processo ocorrerá quando da emissão do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD, devidamente preenchido.

Art. 5.º As despesas referentes às compras, serviços e obras obedecerão às fases do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD, da autorização, da licitação, do empenho, da liquidação e do pagamento, nesta ordem.

§ 1.º - O requerimento DFD deverá ser preenchido gradativamente, obedecendo, rigorosamente, as etapas de análise da despesa, nos moldes abaixo:

I - A unidade administrativa da Administração Direta ou Indireta que necessitar da aquisição de bem ou contratação de serviços deve preencher DFD com as seguintes informações:

- a) Identificação da unidade administrativa que requer a aquisição do bem ou contratação do serviço;
- b) Estudo Técnico Preliminar - ETP, com justificativa resumida descrevendo a necessidade para a aquisição do bem ou contratação do serviço;
- c) Análise de Risco;
- d) Informação se há previsão no Plano Anual de Contratações - PAC;
- e) Projeto Básico ou Termo de Referência

II - A Cotação prévia de valores dos bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados será preenchida pelo competente, da seguinte maneira:

- a) O detalhamento dos bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados devem ser especificados conforme descrito no Projeto Básico ou Termo de Referência;
- b) O Setor de Compras realizará a cotação dos valores de forma individualizada e global com um mínimo de 03 (três) fornecedores ou prestadores de serviços previamente cadastrados perante a Administração Municipal, firmando a assinatura do responsável pelo Setor de Compras, apondo a data em seguida.
- c) Em caso de impossibilidade de cotação com o número mínimo de fornecedores ou prestadores de serviço, com a devida justificativa, poderão ser utilizados outros meios de cotação, tais como





cadastros eletrônicos, atas de registros de preços e contratos, desde que devidamente publicados nos meios legais;

III - O orçamento será firmado pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Administração ou demais ordenadores de despesa conforme o caso, nos seguintes termos:

- a) Serão descritas as rubricas orçamentárias com identificação da categoria econômica da despesa, do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação, do elemento de despesa e do subelemento de despesa, nos moldes descritos na legislação orçamentária municipal;
- b) Será detalhado o saldo orçamentário anterior à autorização da despesa;
- c) Será detalhada a reserva orçamentária para a realização da despesa;
- d) Será detalhada a previsão de saldo orçamentário após a autorização da despesa;
- e) Será firmada a assinatura do responsável pelo preenchimento do campo;
- f) Será aposta a data do preenchimento.

§ 2.º - O preenchimento do DFD não exige o órgão administrativo que requer a autorização da despesa de instruir o documento com o respectivo PROJETO BÁSICO ou TERMO DE REFERÊNCIA, conforme o caso;

§ 3.º - Na hipótese de contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA, o PROJETO BÁSICO deve ser firmado por profissional de engenharia vinculado à Administração Municipal, devidamente identificado, com emissão da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e com Declaração da vinculação dos valores de referência a índice oficial.

CAPÍTULO II

Dos Ordenadores de Despesa

SEÇÃO I

Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária

Art. 6.º. O orçamento de recursos próprios da administração municipal, bem como repasses voluntários firmados diretamente com o Poder Executivo, serão ordenados pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária.

§ 1.º. Compete ao(à) Secretário(a) Municipal de Administração:

I - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios processados com recursos próprios da administração municipal ou repasses voluntários firmados

diretamente com o Poder Executivo;

II - ratificar e autorizar contratações processadas mediante dispensa e inexigibilidade de licitação;

III - homologar o resultado dos procedimentos licitatórios processados com recursos próprios da administração municipal ou repasses voluntários firmados diretamente com o Poder Executivo;

IV - assinar os contratos celebrados.

SEÇÃO II

Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia

Art. 7.º. O orçamento de recursos inerentes à Secretaria Municipal de Educação, bem como repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da administração direta, serão ordenados pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1.º. Compete ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação:

I - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios processados com recursos inerentes à Secretaria Municipal de Educação ou repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da Administração direta;

II - ratificar e autorizar contratações processadas mediante dispensa e inexigibilidade de licitação;

III - homologar o resultado dos procedimentos licitatórios processados com recursos inerentes à Secretaria Municipal de Educação ou repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da Administração direta;

IV - assinar os contratos celebrados.

SEÇÃO III

Secretaria Municipal de Saúde

Art. 8.º. O orçamento de recursos inerentes à Secretaria Municipal de Saúde, bem como repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da administração direta, serão ordenados pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1.º. Compete ao(à) Secretário(a) Municipal de Saúde:

I - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios processados com recursos inerentes à Secretaria Municipal de Saúde ou repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da Administração direta;

II - ratificar e autorizar contratações processadas mediante dispensa e inexigibilidade de licitação;

III - homologar o resultado dos procedimentos licitatórios processados com recursos inerentes à Secretaria Municipal de Saúde ou repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da Administração direta;



CC 57

IV - assinar os contratos celebrados.

SEÇÃO IV

Secretaria Municipal de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa

Art. 9.º. O orçamento de recursos inerentes à Secretaria Municipal de Proteção Social, bem como repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da administração direta, serão ordenados pela Secretaria Municipal de Proteção Social.

§ 1.º. Compete ao(à) Secretário(a) Municipal de Proteção Social:

I - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios processados com recursos inerentes à Secretaria Municipal de Proteção Social ou repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da Administração direta;

II - ratificar e autorizar contratações processadas mediante dispensa e inexigibilidade de licitação;

III - homologar o resultado dos procedimentos licitatórios processados com recursos inerentes à Secretaria Municipal de Proteção Social ou repasses voluntários firmados diretamente com tal órgão da Administração direta;

IV - assinar os contratos celebrados.

CAPÍTULO III

Das Licitações e Contratos

SEÇÃO I

Da Abertura do Processo de Despesa Pública

Art. 10. Após autorização dada no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD de compras, serviços e obras, será aberto o processo licitatório, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa e ao qual serão juntados oportunamente.

I - minuta de edital e respectivos anexos, quando for o caso e minuta de contrato administrativo;

II - parecer da minuta do edital ou convite e contrato administrativo ou da regularidade da contratação, quando por dispensa ou inexigibilidade de procedimento licitatório, emitido pela assessoria jurídica da Comissão Central de Licitação;

III - comprovante das publicações do aviso de sessão pública no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site da Prefeitura Municipal, jornal diário de grande circulação e diários oficial, quando for o caso, a critério do(a) ordenador(a) de despesa responsável;

IV - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, do pregoeiro e equipe de apoio, ou do agente de contratação;

V - propostas e dos documentos que as instruírem;

VI - atas, relatórios e deliberações da comissão Julgadora;

VII - Na hipótese de procedimento realizado de forma presencial, devem os autos serem instruídos com registro da sessão em áudio e vídeo;

VIII - Ato de adjudicação do objeto da licitação;

IX - parecer final, emitido pela Controladoria Geral do Município, acerca da regularidade do processamento do certame licitatório;

X - atos de homologação do resultado do certame licitatório;

XI - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações, pareceres e decisões;

XII - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentando circunstanciadamente;

XIII - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

XI - extrato do contrato e comprovante de publicação;

XII - demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo Único. O DFD e os demais documentos mencionados nos incisos acima serão autuados nos mesmos autos, sem apartação de documentos.

Art. 11. Após finalizados todos os atos da fase interna do procedimento administrativo de despesa, os autos deverão ser encaminhados à Comissão Central de Licitação para a devida autuação, eleição da modalidade de contratação.

SEÇÃO II

Da Divulgação, Meios e Prazos dos Atos Decorrentes da Licitação.

Art. 12. A publicação por meio da imprensa (jornal de grande circulação e/ou diário oficial) será obrigatória nos seguintes casos:

I - avisos contendo os resumos de editais de todas as modalidades;

II - convocação para a audiência pública obrigatória para licitações únicas, simultâneas ou sucessivas de valor total estimado superior a cem vezes o valor acima do qual é obrigatória a Concorrência para serviços e obras de engenharia;

III - revogação da licitação;

IV - anulação da licitação;

V - rescisão de contrato por inexecução de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;

VI - resultado da fase de habilitação, salvo se os licitantes tiverem todos estado presentes ao ato em que foi tomada a decisão de habilitação ou



inabilitação;

VII - resultado da fase de julgamento, salvo se todos os proponentes tiverem estado presentes ao ato em que foi proferida a decisão;

VIII - dispensa de licitação;

IX - inexigibilidade de licitação;

X - resumo do instrumento de contrato e de seus aditamentos;

XI - retificação ou alteração de qualquer dos atos enumerados nos subitens anteriores.

Art. 13. Os meios de divulgação das modalidades de licitação serão, obrigatoriamente:

I - Diário Oficial da União: licitações promovidas com financiamento total ou parcial da União ou garantido por instituições federais;

II - Diário Oficial do Estado: nos demais casos;

III - Jornal de grande circulação do Estado: em todos os casos;

IV - Diário Oficial do Município de Caxias: em todos os casos;

V - Sítio Oficial da Prefeitura Municipal de Caxias: em todos os casos; e

VI - Portal Nacional de Contratações Públicas.

Art. 14. A fase externa do procedimento de contratação será conduzida pela Comissão Central de Licitação, conforme modalidade de contratação eleita, nos termos da Lei n.º 14.133/21.

SEÇÃO III

Dos Contratos

Art. 15. Os contratos deverão obedecer aos preceitos contidos na legislação eleita para o procedimento licitatório.

Art. 16. Os Contratos Administrativos e seus aditamentos devem ser publicados, resumidamente, como condição indispensável para sua eficácia até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, em órgão da imprensa oficial e no site oficial da Prefeitura Municipal de Caxias.

Art. 17. A publicação resumida do Instrumento de Contrato ou de seu aditamento, que trata o art. 19, conterà, no mínimo, o seguinte teor:

I - espécie;

II - resumo do objeto de contrato;

III - modalidade da licitação ou, se for o caso, o fundamento legal da dispensa desta ou de sua inexigibilidade;

IV - crédito pelo qual correrá a despesa;

V - número e data do empenho da despesa;

VI - valor do contrato, convênio, acordo ou ajuste;

VII - valor a ser pago no exercício corrente e em cada um dos subseqüentes, se for o caso;

VIII - prazo de vigência.

Art. 18. Os contratos e aditivos, contando o prazo da data de sua assinatura, deverão ser encaminhados até 30 (trinta) dias ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Comunicação, é o órgão responsável pela publicação dos atos decorrentes da licitação e dos contratos, imediatamente, comunicando a Comissão Central de Licitação.

SEÇÃO IV

Da Fiscalização dos Contratos

Art. 20. Para fiscalização dos contratos celebrados, será designado servidor ou comissão de servidores, de acordo com a natureza da contratação, se de fornecimento de bens, prestação de serviços ou serviço de engenharia.

I - A escolha do(s) servidor(es) deverá levar em conta o regime de execução do contrato, o local da entrega dos bens e/ou prestação do serviço e, ainda, a complexidade técnica necessária para a devida fiscalização do mesmo;

II - Não poderá ser nomeado como fiscal do contrato servidor que, em função do local da entrega do bem ou prestação do serviço ou, ainda, da complexidade do mesmo, não possa aferir com plena exatidão a execução do contrato;

III - Para fiscalização dos contratos de serviços de engenharia, será necessária a apresentação de boletim de medição, devidamente firmado por profissional de engenharia, devidamente identificado, podendo tal boletim ser instruído, também com relatório fotográfico ou outros meios que possam comprovar a plena execução dos serviços descritos no documento fiscal apresentado;

IV - A fiscalização dos contratos deverá ser materializada por meio da declaração de "atesto", sendo indicada a data e a identificação do servidor, através do nome e da matrícula ou CPF;

V - A fiscalização dos contratos deverá verificar:

a) No caso de fornecimento de bens:

a.1) O valor do item, conforme contrato;

a.2) O quantitativo total, conforme contrato;

a.3) Se o fornecimento foi precedido de Ordem de Fornecimento, emitida por autoridade competente.

b) No caso de prestação de serviços:

b.1) O valor do serviço, conforme contrato;



b.2) Se a prestação de serviço foi precedida de Ordem de Serviço, emitida por autoridade competente.

c) No caso de prestação de serviços de engenharia:

c.1) O valor dos serviços, conforme contrato;
c.2) Se o boletim de medição e o documento fiscal apresentado refletem os serviços efetivamente realizados;

c.3) Se a prestação do serviço de engenharia foi precedida de Ordem de Serviço, emitida por autoridade competente.

VI - A Administração Municipal deve fornecer todos os meios necessários para que o Fiscal do Contrato possa desempenhar sua função com eficiência, vez que, a declaração de "atesto" firmada gerará responsabilidade solidária entre o fiscal e o ordenador de despesa.

CAPÍTULO V

Da Emissão de Ordens de Serviço e Fornecimento

Art. 21. Celebrado o respectivo contrato administrativo e, após regular empenho da despesa dele decorrente, caberá ao Setor de Compras e emissão das respectivas ordens de serviço e fornecimento aos prestadores de serviço e fornecedores contratados, conforme o caso.

§ 1.º. Conforme a natureza do contrato, a emissão da ordem de serviço/fornecimento seguirá o cronograma de desembolso previsto no termo de contrato;

§ 2.º. De acordo com a necessidade da Administração, mediante requerimento do órgão da Administração Direta ou Indireta beneficiado pelo contrato, a ser enviado ao Setor de Compras pelo Ordenador de Despesas do Contrato, com prazo para atendimento da necessidade previsto no contrato.

CAPÍTULO V

Da Liquidação

Art. 22. A Secretaria Municipal de Administração, ou os demais ordenadores de despesa, conforme o caso, processarão a liquidação da despesa, tomando por base os títulos e documentos originais comprobatórios do respectivo crédito, verificando o direito adquirido pelo credor, a fim de apurar:

- I. a origem e o objeto do que se deve pagar;
- II. a importância exata a pagar e a quem se deve pagá-la, para extinguir a obrigação.

Art. 23. Após o fornecimento do material, prestação do serviço ou execução da obra, os credores apresentarão, ao órgão emissor da Nota de Empenho, para processamento da liquidação da despesa, as contas respectivas, acompanhadas, se for o caso, da

primeira via da Nota de Empenho, ressalvado o disposto no art. 56.

Art. 24. A liquidação da despesa será formalizada no processo de pagamento, autuado preferencialmente em anexo ao procedimento administrativo de contratação;

§ 1.º Os abatimentos de preços, voluntários ou concedidos em virtude de lei ou contrato, devem ser demonstrados nos documentos fiscais.

§ 2.º Sempre que o credor apresentar fatura devidamente atestada pela autoridade competente, com clara e objetiva identificação do servidor responsável pelo atesto, esta será entregue diretamente ao protocolo, acompanhada da respectiva comprovação de regularidade fiscal, de cópia da nota de empenho e de cópia do contrato firmado, que, após autuar os documentos, a remeterá ao executor do contrato.

§ 3.º A documentação mencionada no parágrafo anterior evidenciará:

I - número do empenho;

II - número da ordem de serviço/fornecimento;

III - número do contrato ou aditivo, se for o caso, o n.º da parcela;

§ 4.º As declarações de recebimento de material ou prestação de serviço serão registrados em campo próprio e verso da documentação fiscal correspondente.

§ 5.º No caso de Nota de Empenho emitida por estimativa ou globalmente, a declaração na primeira via será feita quando da solicitação de pagamento da última parcela devida.

Art. 25. As contas de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e telefone serão apresentadas, pelos concessionários, diretamente ao protocolo da Prefeitura para instruir o processo de pagamento.

Parágrafo único. O protocolo da Prefeitura autuará as contas em pasta própria e enviará os processos aos órgãos afetos à despesa no prazo máximo de 24 horas.

Art. 26. A liquidação de despesa por fornecimento de material ou prestação de serviços terá por base as condições estabelecidas na licitação ou ato de sua dispensa ou inexigibilidade, em cláusulas contratuais, ajustes ou acordos respectivos, e nos comprovantes da efetiva entrega e recebimento de material, ou de prestação do serviço ou execução da obra.

§ 1.º. Para a liquidação da despesa, é indispensável constar do processo;

- I - a primeira via da Nota de Empenho, ou referência expressa ao seu número, nos casos de empenho emitido por estimativa ou globalmente;



II - atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal;

III - atestado de execução, devidamente assinado pelo fiscal de contrato nomeado;

IV - nome por extenso (em carimbo ou letra de forma), número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem;

V - Cópia do contrato celebrado;

VI - Comprovação de manutenção da regularidade fiscal, mediante apresentação de certidões negativas da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, Certidão de Regularidade perante o FGTS e perante a Justiça do Trabalho.

§ 2.º. Para liquidação da despesa e pagamento dentro do mês de emissão da mesma, a documentação mencionada no parágrafo anterior deve ser apresentada ao órgão responsável até o dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de inclusão no calendário de pagamentos posterior, de acordo com a disponibilidade financeira da Administração.

CAPÍTULO VI

Do Pagamento

Art. 27. O pagamento, último estágio da despesa, será efetivado mediante transferência eletrônica, após a verificação do direito do mesmo pelos fornecimentos de materiais ou prestação de serviços devidamente atestado em face de exame minucioso dos documentos que comprovam o crédito.

Art. 28. O pagamento de despesas somente será efetivado após sua regular liquidação, e será centralizado na Secretaria Municipal de Administração, ou das demais Secretarias, conforme o ordenador de despesa.

Art. 29. Fica vedado efetuar pagamento antecipado de despesa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às despesas, quando, excepcionalmente, a peculiaridade da transação exigir pagamento antecipado, adotadas as devidas cautelas, pelo que responderá o ordenador da despesa.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 30. A edição de normas e de procedimentos complementares à presente Medida Provisória caberá à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria

Geral do Município de Caxias.

Art. 31. Eventuais casos omissos na presente Medida Provisória serão resolvidos à luz da legislação aplicável no âmbito Municipal, Estadual e Federal, conforme o caso.

Art. 32. Esta Medida Provisória entra em vigor em na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Art. 33. A presente Medida Provisória possui vigência de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 42, § 4.º, da Constituição do Estado do Maranhão.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS,
ESTADO DO MARANHÃO, AOS 07 DIAS DO MÊS DE
JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

Código Identificador:

b6abc944e5215ea550293d4c667866133a02ccc4e1f77a07bbdd91917a7bd170b70b655d6
f739d1675e0c7d5386c55a21271b5578d59bb81038c4902e40dda



MERANDULINA DE CASTRO BEZERRA
CHEFE DE GABINETE
OTHON LUIZ MACHADO MARANHÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO
FAZENDÁRIA
ÂNGELO AUGUSTO ASSUNÇÃO COSTA COUTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADENILSON DIAS DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
ADRIANA RAQUEL SANTOS DE SOUSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL,
PESSOA IDOSA E PRIMEIRA INFÂNCIA
IGOR MÁRIO CUTRIM DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DO MUNICÍPIO
JAMES LOBO DE OLIVEIRA LIMA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ISAIAS JOSÉ DA SILVA NETO
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
EVIMAR JEAN COSTA BARBOSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO DO SAAE
BRENO SILVEIRA LEITÃO
PRESIDENTE CAXIAS PREV
JURDINO PINHEIRO ALMEIDA JURDINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E
URBANISMO
FAUSE ELOUF SIMÃO JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE LIMPEZA
MARCELA RAMOS OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

HINO DE CAXIAS

LETRA: Teodoro Ribeiro Júnior
MUSICA: por Elpídio Pereira

Clara estrela no céu maranhense,
Lira flôbil do meigo cantor,
Tua luz outra estrela não vence,
Nem a lira mais cheia de amor.
Vamos juntos no albor destes dias
Os louvores cantar de Caxias (bis)

És a virgem toucada de rosas,
Que te miras nas águas do rio,
De onde as ninfas sutis, invejosas,
Vêm beijar-te o perfil erradio.
Vamos juntos no albor destes dias
Os louvores cantar de Caxias (bis)

Broquelada na paz tu trabalhas,
E na paz confiada descansas,
Mas não temes o fragor de batalhas,
Quem já trouxe a vitória nas lanças.
Vamos juntos no albor destes dias
Os louvores cantar de Caxias (bis)

Não criaram teus seios escravos,
Bentos seios do alvor da camélia,
Que nós somos unidos e bravos.
Filhos gracos da nova cornélia.
Vamos juntos no albor destes dias
Os louvores cantar de Caxias (bis)

Glória! Glória! As façanhas proclamem,
Da princesa do adusto sertão,
Cuja fama e valor se derramam,
Pelas terras do audaz Maranhão.
Vamos juntos no albor destes dias
Os louvores cantar de Caxias (bis)

MUNICÍPIO DE Assinado de forma digital
CAXIAS:06082 por MUNICÍPIO DE
820000156 CAXIAS:06082820000156
Dados: 2025.01.07
19:12:31 -03'00'



Prefeitura Municipal de Caxias-MA, Praça Dias Carneiro, 600, Centro,
CEP: 65.604-090 <https://caxias.ma.gov.br/> (99) 3521-3025





PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

CCL 57
COMISSÃO CENTRAL
DE LICITAÇÃO

AUTUAÇÃO

Pelo presente instrumento, autuamos esse Processo Administrativo que deu origem ao processo licitatório nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo nº 00980/2026
- Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
- Requisitante: GABINETE DO PREFEITO

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Descrição: Constitui o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA TIPO QUENTINHA PARA ATENDER AO GABINETE DO PREFEITO**

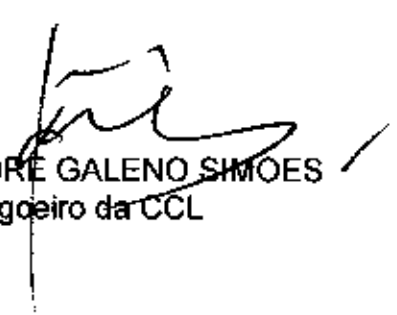
1.2 ESTIMATIVA DO VALOR

R\$ 2.824.720 (Dois milhões, oitocentos e vinte quatro mil e setecentos e vinte reais).

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Justifica-se a contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação pronta tipo quentinha, visando atender às necessidades do Gabinete do Prefeito durante o exercício de 2026. A contratação é necessária para garantir o suporte alimentar em ocasiões que demandem a permanência prolongada de servidores, colaboradores e equipes de apoio em atividades institucionais, reuniões, eventos oficiais, agendas administrativas e demais ações de interesse público promovidas ou acompanhadas pelo Gabinete.

Comissão Central de Licitação (CCL) da Prefeitura Municipal de Caxias, Estado do Maranhão, em 09 de junho de 2026.


LUCIO ANDRÉ GALENO SIMÕES
Pregoeiro da CCL

PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - ESTADO DO MARANHÃO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026	
MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026
LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP.	
BASE LEGAL	LEI Nº. 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, DA LEI Nº. 147/2014, DECRETO FEDERAL Nº. 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, E DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATAS.
OBJETO	Formação de Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação pronta, tipo: (Quentinha e à La carte), para atender ao gabinete do prefeito.
TIPO DA LICITAÇÃO	Menor Preço Unitário.
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada Por Preço Unitário.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	www.portaldecompraspublicas.com.br .
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - SESSÃO PÚBLICA:	
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	
FONTE RECURSO	
O instrumento convocatório está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br, https://caxias.ma.gov.br/ e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão de Contratação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias - MA, (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas). ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que poderá acarretar na aplicação das penalidades previstas no art. 156 da referida norma, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais..	

**EDITAL DE LICITAÇÃO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002025**

O MUNICÍPIO DE CAXIAS - MA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº. 147/2014, DECRETO Nº. 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Horário: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: ABERTO

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia XXXXXXXX/2025

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Formação de Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação pronta, tipo: (Quentinha e à La carte), para atender ao gabinete do prefeito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Órgão Gerenciador: COMISSAO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

2.2. Órgão Participante: GABINETE DO PREFEITO

2.3. Poderá utilizar-se da ata de registro de preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas legislações vigentes.

2.4. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

2.5.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

2.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

É vedada à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os itens com valores acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será estabelecido cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou equiparadas, sendo o restante dos itens destinados à ampla concorrência.

4.4. A divisão das cotas citadas acima constitui-se da seguinte forma:

4.4.1. **(COTA PRINCIPAL)**: qualquer interessado que atenda aos requisitos do edital.

4.4.2. **(COTA RESERVADA)**: Somente as empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas.

4.4.3. **(ITEM EXCLUSIVO)**: Os itens do grupo "III" são destinados exclusivamente para a participação das microempresas ou empresas de pequeno porte, sem prejuízo de sua participação na Cota Principal, em atendimento a Lei no 123/06, com as alterações introduzidas pela Lei no 147/2014 e ao Decreto Federal no 8.538/2015.

4.4.4. Os itens do grupo "III" foram destinados **100% (cem por cento)** para a participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte por ter valor abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.4.4.1. Na hipótese de item(ns)/lote(s) desertos ou fracassados para a cota reservada nos moldes acima descritos, será oportunizada a adjudicação ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Para os fins do disposto no subitem 4.4.2. e 4.4.3. deste Edital, considera-se como "equiparadas" o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.

4.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.7.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.7.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.7.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.7.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.8. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.9.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.9.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.9.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- 4.9.5. Que não empregue menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregue menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 4.9.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.9.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.9.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 4.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

ABERTURA DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ XXX (XXXXXXXX).
- 7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (VINTE) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três 03 (TRÊS) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo; e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e

procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (CINCO) dias úteis contados da solicitação.

8.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.7.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (TRINTA) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. **DA HABILITAÇÃO**

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante;

9.8.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, juntamente com as Certidões Específica e Simplificada atualizadas.

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.9.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação da:

9.9.6.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.9.6.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual

9.9.7. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação da:

9.9.7.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.9.7.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Municipal

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, juntamente com os termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma

da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.10.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.6. É obrigatório a apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos nas cláusulas acima.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante FORNECE ou FORNECEU bens compatíveis com o objeto deste Pregão. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ

e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

9.11.2. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

9.11.3. Verificado que não se trata de documento verdadeiro, a Comissão tomará as providências cabíveis no sentido de proceder à diligência mais apurada e, se for o caso, adotar outros procedimentos a fim de aplicar punições ou representar aos órgãos competentes para adotar as medidas necessárias.

9.11.4. É indispensável que o Atestado de Capacidade Técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentação com informações genéricas, tais como: ter executado os serviços a contento. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgamento da proposta possa aferir efetivamente a eficiência da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

9.11.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. ~~DETERMINAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA~~

10.13. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.13.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.13.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.14. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.14.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.15. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.15.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.16. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.17. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.18. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.13. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.14. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.16. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. APOSIÇÃO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.13. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.13.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.13.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.14. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.14.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.14.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO E CADASTRO DE PRESENTIA

13.13. Com base no artigo 71 da Lei nº 14.133/21, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

13.13.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

- 13.13.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;
- 13.13.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 13.13.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 13.13.5. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório quando o seu objeto possuir mais de um item ou lote.
- 13.14. Após a homologação os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 13.15. Constará na ata da sessão pública deste pregão a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.
- 13.16. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 13.17. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 13.18. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.
- 13.19. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E HABILIDADE DE CANCELAMENTO DO REGISTRO QUANDO NECESSÁRIO E PREÇOS REGISTRADOS

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de registro de Preços.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

15.5. As condições de habilitação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

15.6. Demais cláusulas referente à gestão da ata estão dispostas na minuta de Ata de Registro de Preços, anexo deste edital.

15.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

15.7.1. Os instrumentos de que trata a cláusula acima serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

15.7.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços seguirão as disposições da lei 14.133/2021.

15.8. Do Cancelamento do registro do fornecedor

15.8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

15.8.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

15.8.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.8.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

15.8.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art.156 da lei nº 14.133/2021.

15.9. Do Cancelamento dos preços registrados

15.9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.9.1.1. Por razão de interesse público;

15.9.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.9.1.3. Se não houver êxito nas negociações dos preços registrados;

CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

16.1. O índice de reajustamento é de 10% (dez por cento), as condições para reajustamento são as determinadas pela Lei 14.133/2021.

16.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

16.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.3. Da Negociação de preços registrados:

16.3.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.3.3. Na hipótese prevista acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

16.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.3.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

16.3.6. Para fins do disposto acima o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.3.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

16.3.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

17. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. PAGAMENTOS

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

21.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

21.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

21.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do município de Caxias - MA, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada,

conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. A prefeitura municipal de Caxias - MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Licitação, situado na Praça Gonçalves Dias, SN, Centro, Caxias - MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas), no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO.

Caxias – MA,XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente da Comissão Central de Licitação

TERMO DE REFERÊNCIA
1. OBJETO.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT	UNIT.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	UND	5.000	36,71	183.550,00
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	162,59	487.770,00
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	232,76	698.280,00
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos	UND	3.000	236,79	710.370,00

	gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel" , carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.				
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega" , carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	125,50	376.500,00
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco" , carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	122,75	368.250,00
VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA → R\$					2.824.720,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. Suprir a Chefia de Gabinete do Município de Caxias-MA, com o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, para possibilitar a manutenção de atividades administrativas decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas, conforme melhor especificado no Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.
- 2.4. Maiores detalhes da Fundamentação e Justificativa da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO

OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "c" da Lei 14.133/2021).

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.
- 3.2. A solução mais vantajosa para a Administração Pública no caso em questão é optar pela terceirização e contratar empresa fornecedora, pois o fornecimento a serem contratados se enquadram como atividades de materiais acessórios, instrumentais ou complementares à área de competência legal do licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. O fornecimento por ser esporádica não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta. Exatamente por serem serviços eventuais, o Município não tem em seus quadros permanentes pessoal para execução de tais funções.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea "d" da Lei 14.133/2021)

- 4.1. Os requisitos da Contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.
- 4.2. A empresa deverá estar habilitada legalmente, possuir todas as certidões e documentações necessárias, bem como manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do produto/serviço, por servidor especialmente designado, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto/serviço, fixando prazo para a sua correção.
- 5.4. Pagar à Contratada o valor resultante do produto/serviço, no prazo e condições estabelecidas.
- 5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(s) empregado(s) da Contratada, visando à boa execução da entrega dos produtos;

6.2. Fiscalizar a entrega do serviço, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;

6.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço, bem como, qualquer ocorrência relacionada à entrega do serviço;

6.4. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

6.5. A partir da assinatura do contrato, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

6.6. Os preços propostos serão considerados completos e deverá abranger todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital;

6.7. O não atendimento do prazo fixado poderá implicar na aplicação das sanções definidas na Lei 14.133/2021 e ainda:

6.7.1 Poderá implicar em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas neste Termo de Referência.

7. DO FORNECIMENTO

7.1. As providências mínimas abaixo sugeridas não são exaustivas e, portanto poderão ser alteradas, segundo o entendimento da Prefeitura Municipal de Caxias e as necessidades circunstanciais do evento, nas modalidades descritas neste Termo de Referência.

7.2. O fornecimento do item 01 deste termo (quentinhas) deverá estar disponível 24 Horas todos os dias da semana inclusive sábados, domingos e feriados. Para o recebimento das quentinhas, será designado servidor específico para verificação do produto objeto desta licitação.

7.3. O objeto deste ofício deverá ser fornecido sem ônus para a Prefeitura Municipal Caxias-MA

8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei 14.133/2021)

8.1. O acompanhamento e a Gestão/Fiscalização dos serviços, consistem na verificação da conformidade, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A verificação da adequação dos produtos/serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatada.

8.4. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento realizado.

8.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previsto nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado às sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diárias, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade do fornecimento.

8.8. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites da alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125 da Lei 14.133 de 2021.

8.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar na extinção do contrato, conforme disposto no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.11. A Gestor/Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Liquidação

9.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.2 Prazo do pagamento

9.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

9.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

9.2.3 A Chefia de Gabinete poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.3. O pagamento será efetuado no prazo citado acima, após assinatura do ateste que formalizar o aceite definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e dos seguintes documentos de regularidade fiscal:

9.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.3.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

9.3.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3.3.4. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.

9.3.4. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo responsável pelo aceite dos objetos licitados.

9.3.5. O pagamento será efetuado na Conta Corrente da CONTRATADA.

9.3.6. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.3.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste Contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

9.3.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao contratado ou inadimplência contratual.

9.3.9. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

10.2 Forma de fornecimento

10.2.1 O fornecimento do objeto do contrato será integral continuada.

10.3 Exigências de Habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do(s) responsável(ais) (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- d) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de

- Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
 - f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:
 - g.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e
 - g.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
 - h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:
 - h.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e
 - h.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
 - i) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3.1.3 Habilitação Econômico-Financeira.

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão ou caso não possua, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os demonstrativos contábeis limitar-se-ão ao último exercício.
- e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

- f) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- g) **É obrigatória a apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos nas cláusulas acima.**

10.3.1.4 Qualificação Técnica.

- a) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços ou entregou bens compatíveis com o objeto deste Pregão. **O(s) Atestado(s) de Capacidade** deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
- b) Caso o documento não seja apresentado conforme exige o item acima, a Comissão poderá abrir diligência para a verificação das informações dele constante.
- c) Verificado que não se trata de documento verdadeiro, a Comissão tomará as providências cabíveis no sentido de proceder à diligência mais apurada e, se for o caso, adotar outros procedimentos a fim de aplicar punições ou representar aos órgãos competentes para adotar as medidas necessárias.
- d) É indispensável que o Atestado de Capacidade Técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentação com informações genéricas, tais como: ter executado os serviços a contento. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgamento da proposta possa aferir efetivamente a eficiência da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.
- e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- f) Caso a Administração achar necessário, poderá solicitar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação ou cópia nota fiscal, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ESTIMATIVA E JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa e justificativa de preços encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

11.2. O custo estimado total da contratação é de de **R\$ 2.824.720,00** (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos em anexo.

12. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

13. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar anão prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

13.2. Para o serviço desejado, deverá ser observado, pela Contratada, o que estabelecem as normas e regulamentações da Contratante, condições e/ou exigências contidas no presente Termo de Referência e Lei nº 14.133/21.

13.3. Fica estabelecido o foro judiciário de Caxias-MA para a resolução de quaisquer conflitos de natureza jurídica.

14. DOS RECURSOS

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão a conta de recursos próprios.

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo abaixo assinado.

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL
DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Pregão ELETRÔNICA NXXX/2026 PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA
QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ
_____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE
QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À
QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE
EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A
IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20**.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

DECLARAÇÃO DE EMPREGAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Pregão ELETRÔNICA Nº
XXX/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
00980/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE
SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº, DECLARA, PARA FINS
DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA
MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO
EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE
APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
(MODELO)**

**Pregão ELETRÔNICA Nº
XXX/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
00980/2026**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO ÓRGÃO LICITANTE, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

..... DE DE 20**.

REPRESENTANTE LEGAL

DECLARAÇÃO DE VEDADAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão ELETRÔNICA Nº
XXX/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
00980/2026

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

Pregão ELETRÔNICA Nº
XXX/2026PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
00980/2026

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF
AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. _____, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº _____ E DO CPF Nº _____, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL:

_____ EM, ____ DE _____ DE 20__

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(MODELO)**

**Pregão ELETRÔNICA Nº
XXX/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
00980/2026**

A (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ
Nº....., LOCALIZADA À, DECLARA, EM
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA
HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO DE ÓRGÃO LICITANTE
- Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025

..... DE DE 20***.

REPRESENTANTE LEGAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

1. DAS PARTES

1.1. Do órgão gerenciador

O MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida _____, Nº _____, Bairro: _____ - Caxias - MA - CEP: _____, inscrito no CNPJ Nº _____, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE**, neste ato representado por ~~qualificar~~ portador do CPF Nº _____.

1.1.1. Dos órgãos participantes

~~listar órgãos participantes~~

1.2. Da detentora

A empresa ~~qualificar~~ sediada à ~~descrever~~, inscrita no CNPJ sob o N.º ~~descrever~~, neste ato representada legalmente por ~~qualificar~~, inscrito(a) no CPF sob o N.º ~~descrever~~.

2. DOS FUNDAMENTOS, REGÊNCIA LEGAL E VINCULAÇÃO.

2.1. A presente Ata de Registro de preços será regida pelos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 (e suas posteriores alterações), bem como o disposto no Decreto Municipal nº*** e demais normas legais aplicáveis à espécie.

2.2. Cumprirá a DETENTORA o contido na proposta vencedora, apresentada na licitação à qual esta se vincula, e fica a mesma fazendo parte integrante desta ATA como se nela estivesse transcrita, bem como, demais condições expressas no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos em especial no Termo Referência.

3. DO OBJETO E ITENS.

3.1. Constitui objeto da presente Ata ~~descrição do objeto~~.

3.2. O preço registrado e as quantidades máximas de cada item constam em tabela anexa a esta ATA, sendo a mesma parte obrigatória e integrante deste instrumento.

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3.4. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO

4.1. Poderá utilizar-se desta ata de registro de preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão

Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas legislações vigentes.

4.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

4.3.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

4.3.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.3.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.3.4. É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

5. DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.4. As condições de habilitação consignadas no Edital deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

5.5.1. Os instrumentos de que trata a cláusula acima serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços seguirão as disposições da lei 14.133/2021.

5.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Da Negociação de preços registrados:

6.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.3. Na hipótese prevista acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.6. Para fins do disposto acima o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

6.2.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Do Cancelamento do registro do fornecedor

7.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- 7.1.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- 7.1.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- 7.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da lei nº 14.133.

7.2. Do Cancelamento dos preços registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 7.2.1.1. Por razão de interesse público;
- 7.2.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.2.1.3. Se não houver êxito nas negociações dos preços registrados;

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos valores devidos pelo fornecimento dos itens objeto deste Pregão será efetuado pelo Município, até 16 (dezesesseis) dias, a partir da data da apresentação, pela detentora, da Nota Fiscal e após confirmação dos fornecimentos pelos responsáveis da Secretaria Solicitante, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.

8.2. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.3. Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora das responsabilidades estabelecidas, nem implicarão na aceitação dos itens.

8.4. Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

8.5. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária ou através de cheque nominal à detentora.

8.6. Nos termos do Art. 137, §2º, IV da Lei Nº 14.133/2021, a detentora deverá cumprir a ordem de fornecimento ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a mesma, até o prazo de 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

10.3. A celebração da presente ata não gera qualquer vínculo empregatício entre as partes, ou entre o Município e os empregados ou prepostos da detentora, não se aplicando à espécie qualquer norma decorrente da legislação trabalhista.

10.4. Fica eleito o foro da Comarca de Caxias, Estado do Maranhão, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Caxias-MA, *** de *** de ***.

MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA

ÓRGÃO GERENCIADOR

CPF: ***
DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1 _____ CPF: _____

2 _____ CPF: _____

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA.....

A Prefeitura Municipal..... por intermédio do(a) (órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de/Estado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo Sr., Sr., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 386 de 22 de dezembro de 2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de , conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
EMPRESA:	TEL: ()

ITE NS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice *** do mês anterior ao pagamento da parcela.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de *** dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de *** dias úteis.

8. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. DA FISCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Para fins de cumprimento do Art. 117, §1º, §2º e §3º da Lei nº. 14.133/2021, e do item 5. do Termo de Referência o CONTRATANTE, designa um servidor como fiscal de contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. ARTIGO DA LEI Nº 14.133/2021 - VEDAÇÕES

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. ARTIGO DA LEI Nº 14.133/2021 - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. ARTIGO DA LEI Nº 14.133/2021 - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. ARTIGO DA LEI Nº 14.133/2021 - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. ARTIGO DA LEI Nº 14.133/2021 - FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Caxias – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

..... DE DE 20**.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!



A
Assessoria Jurídica da Comissão Central de Licitação

Senhor Assessor,

Pelo presente, estamos encaminhando a V.Sa., para exame e aprovação, através de parecer, a minuta do edital de licitação e seus anexos, inclusive minuta de contrato, originada dos **Processos Administrativos nº. 00980/2026**, conforme a Lei nº 14133/2021.

Comissão Central de Licitação da Prefeitura Municipal de Caxias, Estado do Maranhão, em 09 de junho de 2026.


Lúcio André Galeno Simões
Agente de Contratação



1. RELATÓRIO

Trata o presente expediente de Processo Administrativo que tem por finalidade a Formação de Registro de Preços para futura aquisição de quentinhas, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito de Caxias/MA, conforme demanda, mediante licitação pública, na modalidade Pregão, Registro de Preços, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Constam dos autos os seguintes documentos:

- a) *Ofício nº 0980/2025 – GAB, datado de 02 de março de 2026, assinado pela Chefe de Gabinete, a Sra. Merandulina de Castro Bezerra;*
- b) *Documento de Formalização de Demanda (DFD) assinado pelo Sr. Francisco Robério Rodrigues Silva, Fiscal de Contrato, e pela Sra. Merandulina de Castro Bezerra, Chefe de Gabinete do Prefeito de Caxias - MA, datado de 02 de março de 2026;*
- c) *Estimativa de preços e orçamento estimativo, datados, respectivamente, de 06 e 10 de março de 2026, assinados pelo Coordenador do Setor de Compras, o Sr. Jackson da Silva Vale e pelo Sr. Antonio Rego Neto;*
- d) *Estudo Técnico Preliminar (ETP), datado de 10 de março de 2026 e assinado pela Chefe de Gabinete, a Sra. Merandulina de Castro Bezerra, e pelo Fiscal de Contratos, o Sr. Francisco Robério Rodrigues Silva;*
- e) *Ausente Portaria designando o Sr. Francisco Robério Rodrigues Silva como Fiscal de Contrato;*
- f) *Dotação Orçamentária assinada pelo Sr. Joaci Neres dos Santos, Contador da Prefeitura Municipal de Caxias - MA, datada de 10 de março de 2026;*
- g) *Termo de Referência assinado pela Chefe de Gabinete, a Sra. Merandulina de Castro Bezerra, e pelo Fiscal de Contratos, o Sr. Francisco Robério Rodrigues Silva, datado de 10 de março de 2026;*
- h) *Autorização Orçamentária assinada pelo Sr. Othon Luiz Machado Maranhão, Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária, datada de 10 de março de 2026;*
- i) *Autuação do processo, informando a modalidade de licitação, a saber, Pregão Eletrônico - SRP, assinada pelo Agente de Contratação, Sr. Lúcio André Galeno Simões, datado de 09 de junho de 2026;*



- j) Acompanham ainda, minutas do pregão eletrônico e do edital de licitação com seus anexos, com minuta da ata de registro de preços e contrato, e por fim, encaminhamento a esta Assessoria Jurídica, datado em 09 de junho de 2026 e assinado pelo Sr. Lúcio André Galeno Simões, Agente de Contratação.

Este é em síntese o relatório, pelo que se passa a opinar na forma abaixo:

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Registro de Preços (previsto no artigo 78, inciso IV da lei nº 14.133/2021) é uma modalidade de cotação em que existe a possibilidade de se gerar uma contratação posteriormente. Deste modo, ele é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e também de aquisição de bens, para contratações em editais abertos e em contratações futuras.

De acordo com o jurista Carlos Ari Sundfeld: *"o Registro de Preços é uma ferramenta importante para a administração pública, pois permite registrar preços de bens e serviços que poderão ser utilizados em contratações futuras"*.

Ainda mais: *"não é gerada obrigação de contratar, mas o Poder Público está vinculado pelos termos do resultado da licitação e deve respeitar as condições ali previstas e assume uma pluralidade de obrigações"*.

De forma a trazer mais agilidade para a contratação e evitar a formação de estoque, prática danosa para a administração pública, o SRP tem como objetivo tornar possíveis contratações simultâneas ou sucessivas, sem a necessidade da realização de procedimentos individuais para cada item. Isto é especialmente importante no caso de itens perecíveis e com prazos de validade curtos. Por isso mesmo, o SRP é de grande vantagem para micro e pequenas empresas. Isto porque o fornecimento não tem necessidade de ser imediato, podendo até mesmo ser parcelado, desde que respeitada a validade da ata do SRP.

De acordo com a Nova Lei nº 14.133/2021, foram implementadas importantes modificações no procedimento. Isto nos termos em que já eram utilizados na prática e pela adoção do entendimento jurisprudencial dos tribunais de contas. Assim, a Nova Lei visou clarificar o tema de maneira detalhada, aperfeiçoando as regras e disciplinando o procedimento sem perder sua finalidade.



As modalidades de licitação possíveis de se utilizar neste procedimento são a de Concorrência e a de Pregão. Com a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, existe a possibilidade do Sistema de Registro de Preços, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Logo, o Sistema de Registro de Preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, segundo o artigo 82 § 5º da Nova Lei.

Neste caso específico, deverão ser observadas as seguintes condições: realização prévia de ampla pesquisa de mercado; seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento; desenvolvimento obrigatório de rotina de controle; atualização periódica dos preços registrados; definição do período de validade do registro de preços; inclusão, em ata de registro de preços, dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

No que se refere ao prazo de vigência da ata de registro de preços, o novo dispositivo será possível que a ata inicialmente firmada de um ano seja prorrogada por igual período, desde que comprovado preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/21. Isto auxilia a Administração em casos concretos com a extensão da vigência de contratos firmados.

Ante a identificação constante no preâmbulo do Edital, os itens presentes em suas cláusulas e a instrução dos autos do processo para a fase preparatória, contendo todos os elementos exigidos, restando evidente que a minuta do Edital do Pregão Eletrônico atende as determinações expressas na Lei nº 14.133/21.

Deste modo, o sistema de contratação adotado para o certame, desde a sua origem é aquele previsto na Lei nº 14.133/21, assim, sob esta perspectiva, o Edital encontra-se em perfeita consonância com a Lei nº 14.133/2021.



O artigo 18 e incisos da Lei no 14.133/2021 estabelecem todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei."

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, se constata a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.



Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Ademais, registra-se a inexistência do Plano Anual de Contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da lei nº 14133/2021, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias."

Seguindo a análise, verifica-se que o Termo de Referência elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar, contem os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº. 14.133/2021, que assim determina:

"Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;**
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;**
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**
- d) requisitos da contratação;**
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;**
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;**
- g) critérios de medição e de pagamento;**
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;**

Guilherme



- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária."

Por sua vez, o Estudo Técnico Preliminar - ETP apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

"Art. 18. [...]

§ 1º. O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a ser contratado;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;



XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

Ademais, importante frisar que, a Nova Lei de Licitação em seu **artigo 187**, prevê expressamente que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução da Lei nº 14.133, de 2021.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

2.1 Da Minuta do Edital

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo anexos, dentre outros: o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Minuta do Contrato. Diante do apresentado, se afere que os itens da Minuta do Edital estão definidos no artigo 25 da Lei nº. 14.133/2021, que assim dispõe:

"Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento."

Ademais, o art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

2.2 Da Minuta do Contrato

De largada, por se tratar de fornecimento de material de consumo, a ser entregue de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em Contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto à obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei no 14.133/2021.



Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC estabelecem as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

"Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

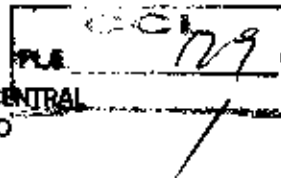
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção."



Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº. 14.133/2021 em especial por se tratar de material de consumo, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº. 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o "MENOR PREÇO UNITÁRIO", do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal no 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

2.3 Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº. 14.133, de 2021.

3- CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, esta Assessoria **OPINA**



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

COMISSÃO CENTRAL
DE LICITAÇÃO

CEL 430

pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados acima.

Em virtude da regularidade do presente, sem a necessidade, à princípio de recomendações a serem emitidas ao longo do parecer, bem como do seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº. 9.784, de 1999), resta possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº. 05, da AGU.

Este é o parecer **OPINATIVO**, salvo melhor juízo que fica submetido à apreciação e autorização superior.

Caxias (MA), 10 de junho de 2026.

Raimundo Vilanova Assunção Neto

Assessoria Jurídica da Comissão Central de Licitação
OAB/MA 19.743

PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS – ESTADO DO MARANHÃO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026	
MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP.	
BASE LEGAL	LEI Nº. 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, DA LEI Nº. 147/2014, DECRETO FEDERAL Nº. 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, E DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATAS.
OBJETO	Formação de Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação pronta, tipo: (Quentinha e à La carte), para atender ao gabinete do prefeito.
TIPO DA LICITAÇÃO	Menor Preço Unitário.
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada Por Preço Unitário.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	www.portaldecompraspublicas.com.br .
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	14/07/2026
	08h:00min (OITO HORAS)
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	Não sigiloso
FONTE RECURSO	SEM DOTAÇÃO
O instrumento convocatório está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br, https://caxias.ma.gov.br/ e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão de Contratação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias - MA, (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas). ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que poderá acarretar na aplicação das penalidades previstas no art. 156 da referida norma, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais..	

**EDITAL DE LICITAÇÃO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002628**

O MUNICÍPIO DE CAXIAS - MA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº. 147/2014, DECRETO Nº. 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 14/07/2026

Horário: 08h:00min (OITO HORAS)

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: ABERTO

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia 09/07/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Formação de Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação pronta, tipo: (Quentinha e à La carte), para atender ao gabinete do prefeito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do **ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Órgão Gerenciador: COMISSAO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

2.2. Órgão Participante: GABINETE DO PREFEITO

2.3. Poderá utilizar-se da ata de registro de preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas legislações vigentes.

2.4. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

2.5.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

2.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

É vedada à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os itens com valores acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será estabelecido cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou equiparadas, sendo o restante dos itens destinados à ampla concorrência.

4.4. A divisão das cotas citadas acima constitui-se da seguinte forma:

4.4.1. **(COTA PRINCIPAL)**: qualquer interessado que atenda aos requisitos do edital.

4.4.2. **(COTA RESERVADA)**: Somente as empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas.

4.4.3. **(ITEM EXCLUSIVO)**: Os itens do grupo "II" são destinados exclusivamente para a participação das microempresas ou empresas de pequeno porte, sem prejuízo de sua participação na Cota Principal, em atendimento a Lei no 123/06, com as alterações introduzidas pela Lei no 147/2014 e ao Decreto Federal no 8.538/2015.

4.4.4. Os itens do grupo "III" foram destinados **100% (cem por cento)** para a participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte por ter valor abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.4.4.1. Na hipótese de item(ns)/lote(s) desertos ou fracassados para a cota reservada nos moldes acima descritos, será oportunizada a adjudicação ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Para os fins do disposto no subitem 4.4.2. e 4.4.3. deste Edital, considera-se como "equiparadas" o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.7.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.7.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.7.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.7.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.8. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.9.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.9.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.9.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.9.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.9.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.9.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. ABERTURA DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (UM CENTAVOS)**

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (VINTE) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três 03 (TRÊS) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. **ENCERRAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e

procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (CINCO) dias úteis contados da solicitação.

8.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.7.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (TRINTA) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. ~~9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:~~

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante;

9.8.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, juntamente com as Certidões Específica e Simplificada atualizadas.

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.9.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação da:

9.9.6.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.9.6.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual

9.9.7. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação da:

9.9.7.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.9.7.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Municipal

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, juntamente com os termos de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma

da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.10.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.6. É obrigatório a apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos nas cláusulas acima.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante FORNECE ou FORNECEU bens compatíveis com o objeto deste Pregão. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ

e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

9.11.2. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

9.11.3. Verificado que não se trata de documento verdadeiro, a Comissão tomará as providências cabíveis no sentido de proceder à diligência mais apurada e, se for o caso, adotar outros procedimentos a fim de aplicar punições ou representar aos órgãos competentes para adotar as medidas necessárias.

9.11.4. É indispensável que o Atestado de Capacidade Técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentação com informações genéricas, tais como: ter executado os serviços a contento. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgamento da proposta possa aferir efetivamente a eficiência da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

9.11.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. ~~PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO~~

10.13. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.13.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.13.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.14. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.14.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.15. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.15.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.16. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.17. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.18. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.13. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.14. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.16. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.13. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.13.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.13.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.14. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.14.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.14.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13.13. Com base no artigo 71 da Lei nº 14.133/21, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

13.13.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.13.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

13.13.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.13.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.13.5. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório quando o seu objeto possuir mais de um item ou lote.

13.14. Após a homologação os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

13.15. Constará na ata da sessão pública deste pregão a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

13.16. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

13.17. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

13.18. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

13.19. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de registro de Preços.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

15.5. As condições de habilitação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

15.6. Demais cláusulas referente à gestão da ata estão dispostas na minuta de Ata de Registro de Preços, anexo deste edital.

15.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

15.7.1. Os instrumentos de que trata a cláusula acima serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

15.7.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços seguirão as disposições da lei 14.133/2021.

15.8. Do Cancelamento do registro do fornecedor

15.8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

15.8.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

15.8.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.8.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

15.8.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da lei nº 14.133/2021.

15.9. Do Cancelamento dos preços registrados

15.9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.9.1.1. Por razão de interesse público;

15.9.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.9.1.3. Se não houver êxito nas negociações dos preços registrados;

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

16.1. O índice de reajustamento é de 10% (dez por cento), as condições para reajustamento são as determinadas pela Lei 14.133/2021.

16.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

16.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.3. Da Negociação de preços registrados:

16.3.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.3.3. Na hipótese prevista acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

16.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.3.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

16.3.6. Para fins do disposto acima o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.3.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

16.3.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DO OBJETO E DE FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

21.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

21.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

21.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do município de Caxias - MA, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada,

conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. A prefeitura municipal de Caxias - MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Licitação, situado na Praça Gonçalves Dias, SN, Centro, Caxias - MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas), no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO.

Caxias – MA, 24 DE JUNHO DE 2026


Igor Mário Cutrim dos Santos
Presidente da Comissão Central de Licitação

1. OBJETO.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT	UNIT.	TOTAL
1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	UND	5.000	36,71	183.550,00
2	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	162,59	487.770,00
3	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	232,76	698.280,00
4	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos	UND	3.000	236,79	710.370,00

	gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel" , carne bovina "contra filete", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.				
5	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	125,50	376.500,00
6	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	UND	3.000	122,75	368.250,00
VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA → R\$					2.824.720,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. Suprir a Chefia de Gabinete do Município de Caxias-MA, com o Fornecimento de Alimentação Pronta Tipo: (Quentinha e À La Carte), para atender ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias, para possibilitar a manutenção de atividades administrativas decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas, conforme melhor especificado no Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.
- 2.4. Maiores detalhes da Fundamentação e Justificativa da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "c" da Lei 14.133/2021).

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.
- 3.2. A solução mais vantajosa para a Administração Pública no caso em questão é optar pela terceirização e contratar empresa fornecedora, pois o fornecimento a serem contratados se enquadram como atividades de materiais acessórios, instrumentais ou complementares à área de competência legal do licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. O fornecimento por ser esporádica não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Exatamente por serem serviços eventuais, o Município não tem em seus quadros permanentes pessoal para execução de tais funções.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea "d" da Lei 14.133/2021)

- 4.1. Os requisitos da Contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.
- 4.2. A empresa deverá estar habilitada legalmente, possuir todas as certidões e documentações necessárias, bem como manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do produto/serviço, por servidor especialmente designado, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto/serviço, fixando prazo para a sua correção.

5.4. Pagar à Contratada o valor resultante do produto/serviço, no prazo e condições estabelecidas.

5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(s) empregado(s) da Contratada, visando à boa execução da entrega dos produtos;

6.2. Fiscalizar a entrega do serviço, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;

6.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço, bem como, qualquer ocorrência relacionada à entrega do serviço;

6.4. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

6.5. A partir da assinatura do contrato, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

6.6. Os preços propostos serão considerados completos e deverá abranger todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital;

6.7. O não atendimento do prazo fixado poderá implicar na aplicação das sanções definidas na Lei 14.133/2021 e ainda:

6.7.1 Poderá implicar em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas neste Termo de Referência.

7. DO FORNECIMENTO

7.1. As providências mínimas abaixo sugeridas não são exaustivas e, portanto poderão ser alteradas, segundo o entendimento da Prefeitura Municipal de Caxias e as necessidades circunstanciais do evento, nas modalidades descritas neste Termo de Referência.

7.2. O fornecimento do item 01 deste termo (quentinhas) deverá estar disponível 24 Horas todos os dias da semana inclusive sábados, domingos e feriados. Para o recebimento das quentinhas, será designado servidor específico para verificação do produto objeto desta licitação.

7.3. O objeto deste ofício deverá ser fornecido sem ônus para a Prefeitura Municipal Caxias-MA

8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei 14.133/2021)

8.1. O acompanhamento e a Gestão/Fiscalização dos serviços, consistem na verificação da conformidade, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A verificação da adequação dos produtos/serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatada.

8.4. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento realizado.

8.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previsto nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado às sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diárias, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade do fornecimento.

8.8. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites da alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125 da Lei 14.133 de 2021.

8.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar na extinção do contrato, conforme disposto no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.11. A Gestor/Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Liquidação

9.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.2 Prazo do pagamento

9.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

9.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

9.2.3 A Chefia de Gabinete poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.3. O pagamento será efetuado no prazo citado acima, após assinatura do ateste que formalizar o aceite definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e dos seguintes documentos de regularidade fiscal:

9.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.3.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

9.3.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3.3.4. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.

9.3.4. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo responsável pelo aceite dos objetos licitados.

9.3.5. O pagamento será efetuado na Conta Corrente da CONTRATADA.

9.3.6. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.3.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste Contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

9.3.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao contratado ou inadimplência contratual.

9.3.9. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste

Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

10.2 Forma de fornecimento

10.2.1 O fornecimento do objeto do contrato será integral continuada.

10.3 Exigências de Habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:
 - g.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e
 - g.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:
 - h.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e
 - h.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- i) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3.1.3 Habilitação Econômico-Financeira.

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão ou caso não possua, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os demonstrativos contábeis limitar-se-ão ao último exercício.
- e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

- f) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices

de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

- g) **É obrigatória a apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos nas cláusulas acima.**

10.3.1.4 Qualificação Técnica.

- a) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços ou entregou bens compatíveis com o objeto deste Pregão. **O(s) Atestado(s) de Capacidade** deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
- b) Caso o documento não seja apresentado conforme exige o item acima, a Comissão poderá abrir diligência para a verificação das informações dele constante.
- c) Verificado que não se trata de documento verdadeiro, a Comissão tomará as providências cabíveis no sentido de proceder à diligência mais apurada e, se for o caso, adotar outros procedimentos a fim de aplicar punições ou representar aos órgãos competentes para adotar as medidas necessárias.
- d) É indispensável que o Atestado de Capacidade Técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentação com informações genéricas, tais como: ter executado os serviços a contento. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgamento da proposta possa aferir efetivamente a eficiência da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.
- e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- f) Caso a Administração achar necessário, poderá solicitar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação ou cópia nota fiscal, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ESTIMATIVA E JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa e justificativa de preços encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

11.2. O custo estimado total da contratação é de de **R\$ 2.824.720,00** (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos em anexo.

12. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

13. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

13.2. Para o serviço desejado, deverá ser observado, pela Contratada, o que estabelecem as normas e regulamentações da Contratante, condições e/ou exigências contidas no presente Termo de Referência e Lei nº14.133/21.

13.3. Fica estabelecido o foro judiciário de Caxias-MA para a resolução de quaisquer conflitos de natureza jurídica.

14. DOS RECURSOS

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão a conta de recursos próprios.

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo abaixo assinado.

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

SESSÃO PÚBLICA: ---/---/2026, ÀS ---H---MIN (---) HORAS.

LOCAL: : PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NAO ()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:	CIDADE:				
CEP:	E-MAIL:				
TELEFONE:	FAX:				
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:				
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCARIA DA LICITANTE:				
Nº DA AGÊNCIA:					
DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL
E ÀS DECISÕES SUPERVENIENTES IMPEDITIVAS DA HABILITAÇÃO

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA
QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ
_____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE
QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À
QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE
EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A
IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20____.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

CC 144
74

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGO DE MENOR DE DEZESSEIS ANOS

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº, DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE DE PROPOSTA
(MODELO)

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **Pregão ELETRÔNICA Nº XXX/2026** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO ÓRGÃO LICITANTE, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

..... DE DE 20**.

REPRESENTANTE LEGAL

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF
AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

✓ A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. _____, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº _____ E DO CPF Nº _____, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____ /UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20__

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO
MODELO

Pregão ELETRÔNICA Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00980/2026

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ
Nº....., LOCALIZADA À, DECLARA, EM
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA
HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO  ÓRGÃO LICITANTE
- Pregão ELETRÔNICA Nº 108/2025

....., DE DE 20**.

REPRESENTANTE LEGAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

1. DAS PARTES

1.1. Do órgão gerenciador

O MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida _____, Nº _____, Bairro: _____ - Caxias - MA - CEP: _____, inscrito no CNPJ Nº _____, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representado por _____ portador do CPF Nº _____.

1.1.1. Dos órgãos participantes

~~(Os órgãos participantes)~~

1.2. Da detentora

A empresa ~~(qualificar)~~ sediada à ~~(descrever)~~, inscrita no CNPJ sob o N.º ~~(descrever)~~, neste ato representada legalmente por ~~(qualificar)~~, inscrito(a) no CPF sob o N.º ~~(descrever)~~.

2. DOS FUNDAMENTOS, REGÊNCIA LEGAL E VINCULAÇÃO.

2.1. A presente Ata de Registro de preços será regida pelos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 (e suas posteriores alterações), bem como o disposto no Decreto Municipal nº _____ e demais normas legais aplicáveis à espécie.

2.2. Cumprirá a DETENTORA o contido na proposta vencedora, apresentada na licitação à qual esta se vincula, e fica a mesma fazendo parte integrante desta ATA como se nela estivesse transcrita, bem como, demais condições expressas no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos em especial no Termo Referência.

3. DO OBJETO E ITENS.

3.1. Constitui objeto da presente Ata ~~(descrição do objeto)~~.

3.2. O preço registrado e as quantidades máximas de cada item constam em tabela anexa a esta ATA, sendo a mesma parte obrigatória e integrante deste instrumento.

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3.4. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO

4.1. Poderá utilizar-se desta ata de registro de preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão

Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas nas legislações vigentes.

4.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

4.3.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

4.3.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.3.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.3.4. É vedada à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

5. DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.4. As condições de habilitação consignadas no Edital deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

5.5.1. Os instrumentos de que trata a cláusula acima serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços seguirão as disposições da lei 14.133/2021.

5.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Da Negociação de preços registrados:

6.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.3. Na hipótese prevista acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.6. Para fins do disposto acima o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

6.2.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Do Cancelamento do registro do fornecedor

7.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- 7.1.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- 7.1.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- 7.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da lei nº 14.133.

7.2. Do Cancelamento dos preços registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 7.2.1.1. Por razão de interesse público;
- 7.2.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.2.1.3. Se não houver êxito nas negociações dos preços registrados;

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos valores devidos pelo fornecimento dos itens objeto deste Pregão será efetuado pelo Município, até 16 (dezesesseis) dias, a partir da data da apresentação, pela detentora, da Nota Fiscal e após confirmação dos fornecimentos pelos responsáveis da Secretaria Solicitante, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.

8.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.3. Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora das responsabilidades estabelecidas, nem implicarão na aceitação dos itens.

8.4. Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

8.5. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária ou através de cheque nominal à detentora.

8.6. Nos termos do Art. 137, §2º, IV da Lei Nº 14.133/2021, a detentora deverá cumprir a ordem de fornecimento ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a mesma, até o prazo de 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

10.3. A celebração da presente ata não gera qualquer vínculo empregatício entre as partes, ou entre o Município e os empregados ou prepostos da detentora, não se aplicando à espécie qualquer norma decorrente da legislação trabalhista.

10.4. Fica eleito o foro da Comarca de Caxias, Estado do Maranhão, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Caxias-MA, *** de *** de ***.

MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA

ÓRGÃO GERENCIADOR

CPF: ***
DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1 _____ CPF: _____

2 _____ CPF: _____

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA**

A Prefeitura Municipal..... por intermédio do(a)
(órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de/Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo Sr., Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 386 de 22 de dezembro de 2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

[illegible]

- 1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de , conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3.** Discriminação do objeto:

ITE NS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁR IO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice *** do mês anterior ao pagamento da parcela.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de *** dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de *** dias úteis.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10.1. Para fins de cumprimento do Art. 117, §1º, §2º e §3º da Lei nº. 14.133/2021, e do item 5. do Termo de Referência o CONTRATANTE, designa um servidor como fiscal de contrato.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Caxias – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

..... DE DE 20***.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



PREFEITURA DE
CAXIAS
Caxias - Maranhão

COMISSÃO CENTRAL
DE LICITAÇÃO

CC 493

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

**(LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, RESERVA
DE COTA E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP)**

ORGÃO REALIZADOR: Comissão do Central de Licitação

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14,
Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações
correlatas.

TIPO: MENOR PREÇO.

OBJETO: Formação de Registro de Preços para Futura
Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de
Alimentação tipo Quentinha e à La Carte, para atender as
necessidades do Gabinete do Prefeito.

ORGÃO SOLICITANTE: Gabinete do Prefeito.

LOCAL/SITE: www.portaldecomprasptl.ma.gov.br,
www.praspublicas.com.br.

DATA: 14/07/2026.

HORÁRIO: 08h:00min (OITO HORAS).

EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços
eletrônicos: www.portaldecomprasptl.ma.gov.br,
www.gov.br/pasp/pt-br, portal.caxias.ma.gov.br e também

poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de
Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-
MA (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no
horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas).

Caxias - MA, 24 de junho de 2026.

Igor Mário Cutrim dos Santos

Presidente da Comissão Central de Licitação

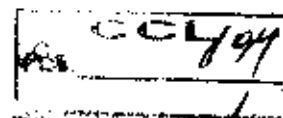
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

Praça Gonçalves Dias, s/nº, Centro, CEP: 65.600-000 - Caxias / MA

e-mail: ccl@caxias.ma.gov.br

Edital nº 050/2026

Última atualização 03/05/2026



Local: Ceará/MA Órgão: MUNICÍPIO DE CAXIAS

Unidade compradora: OS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021 Art. 26.1 Tipo: Edital

Modo de disputa: Acerto Registro de preço: Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 25/05/2026 Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 02/07/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 14/07/2026 05:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 04062690000156-1-000067/2026 Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

Portal de Compras Públicas - Formação de Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentos prontos para consumo (Quentina e à La carte), para atender ao governo do município.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 1.634.740,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO NA COMPRA

R\$ 0,00

Itens

Arquivos

Atas do Registro de Preço

Contratos/Empenhos

Histórico

Numero

Descrição

Quantidade

Valor unitário estimado

Valor total e



1	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio Dois Tipos de Carne - Bife, Peixe, Frango ou Linguíça - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (uma ou cozida) - Tábua de Queijo Com serviço de entrega.	3750	RS 36,71	
2	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio Dois Tipos de Carne Bife, Peixe, Frango ou Linguíça - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (uma ou cozida) - Tábua de Queijo Com serviço de entrega.	3750	RS 35,71	RS 45.887,54
3	Refeição com aproximadamente 1300g (um quilo e oitocentos gramas) com o seguinte cardápio: Arroz branco, carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça ou carne "moqueada", frango "peito", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes. Refeição servida na sede da empresa.	3750	RS 122,88	RS 385.097,1
4	Refeição com aproximadamente 1300g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz branco, carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça ou carne "moqueada", frango "peito", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes. Refeição servida na sede da empresa.	750	RS 162,30	RS 121.842,5
5	Refeição com aproximadamente 1300g (um quilo e oitocentos gramas) com o seguinte cardápio: Arroz branco, carne bovina, carne de sol, feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes. Refeição servida na sede da empresa.	2250	RS 232,76	RS 523.710,1

Outros:

Item 17.1.1.1

Item 17.1.1.2

>

< Voltar



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

ANO L. Nº 115 SÃO LUÍS, SEXTA - FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2026 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

SUMÁRIO

ATIVOS

Secretaria de Estado da Saúde e Outros 01 e 23

AVISOS

Secretaria de Estado da Educação 04 e 23

COMUNICAÇÕES

Equatorial Energia Maranhão e Outras 08 e 24

CONTRATOS

Secretaria de Estado do Turismo e Outros 11

CONVÊNIO

Secretaria de Estado da Cultura 24

CONVOCAÇÃO

Sindicato dos Administradores, Tecnólogos e Técnicos em Administração e dos Empregados em Estabelecimentos de Seleção, Locação e Capacitação em Mão de Obra, Consultoria Organizacional e de Tecnologia da Informação do Estado do Maranhão – SINADMA 12

EDITAL

Conselho Regional de Economia 15ª Região-CORECON/MA 12

ERRATA

Secretaria de Estado de Governo 13

PORTARIAS

IPAM - Instituto de Pensões e Aposentadorias do Município de Limbuas - MA 13

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano 13

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Secretaria de Estado da Segurança Pública 14

TERMO DE COMPROMISSO

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais 14

TERMO DE COOPERAÇÃO

Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATE/MA 14

TERMS DE FOMENTO

Secretaria de Estado da Cultura 17

ADITIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2021/SIS REF.: PROCESSO Nº 2026.110222.23455 – SES/MA – PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - CNPJ nº 02.973.240/0001-06, e a Empresa CLASI SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ sob o nº 06.019.070/0001-78; OBJETO: prorrogação em CARÁTER EXCEPCIONAL, do prazo de vigência, por um período de 12 (doze) meses, visando a continuidade dos serviços executados pela CONTRATADA; b) a repactuação contratual (acréscimo de valor) em razão da Convenção Coletiva de Trabalho que traz reajustes e atualização dos valores de remuneração e benefícios vinculados à mão de obra contratada a partir de 1º de janeiro de 2026; c) readaptação (acréscimo) de 12 (doze) postos de vigilância, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de postos; d) ao repasse da diferença salarial correspondente ao período compreendido de 01 de janeiro a 23 de junho de 2026; e) a renovação da Garantia Contratual prevista na Cláusula Décima Quarta do Contrato original, correspondente ao período do presente Termo Aditivo. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações; VALOR MEN-

SAL: R\$ 764.396,90 (setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa centavos); VALOR GLOBAL: R\$ 9.172.762,80 (nove milhões, cento e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos); VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 23/06/2026; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 039/2020-SARP/MA; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 21901; PROGRAMA - 0411; AÇÃO - 4457; SUBAÇÃO - 018529 (VIGILÂNCIA - UNIDADE DE SAÚDE E UNIDADES ADMINISTRATIVAS/CLASI SEGURANÇA PRIVADA); FONTE - 1.5.00; NATUREZA DESPESA - 33.90.37.05; conforme NOTAS DE EMPENHO Nº 2026NE007559 e 2026NE007564 emitidas em 23/06/2026; DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 23 de junho de 2026; SIGNATÁRIOS: HUGO LEONARDO ARAUJO FERRO, Secretário Adjunto de Administração e Engenharia, CI nº 14138482000-3 SSP/MA, CPF nº 013.724.843-10, pela Contratante; Sr. PEDRO RICARDO AQUINO DA SILVA, CI nº 46445695-9 SSP/MA, CPF nº 844.062.913-34, pela Contratada. São Luís (MA), 23 de junho de 2026 HUGO LEONARDO ARAUJO FERRO Secretário Adjunto de Administração e Engenharia.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 240/2022/SIS REF.: PROCESSO Nº 2026.110222.17932 – SES/MA – PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - CNPJ nº 02.973.240/0001-06, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE PEDREIRAS, CNPJ sob o nº 02.870.330/0001-63; OBJETO: prorrogação do prazo visando a continuidade dos serviços de assistência à saúde; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; VALOR: R\$ 202.986,96 (duzentos e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos); VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 07/07/2026 com término previsto para 07/07/2027; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de licitação; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 21901; PROGRAMA - 0629; AÇÃO - 4908; SUBAÇÃO - 20760 - (Serviços Ambulatoriais - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedreiras); FONTE - 1.5.00; NATUREZA DESPESA - 33.90.39.50; conforme NOTA DE EMPENHO Nº 2026NE007310, emitida em 19/06/2026; DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 23 de junho de 2026; SIGNATÁRIOS: KÁTIA CRISTINA DE CASTRO VEIGA TROVÃO, Secretária Adjunta de Assistência à Saúde, Cédula de Identidade nº 00065468796-0 SSP/MA e CPF nº 926.177.193-91, pela Contratante; Sr. LUAN MANASSEIS SALVIANO RIBEIRO, CPF nº 020.734.512-09, pela Contratada. São Luís (MA), 24 de junho de 2026 KÁTIA CRISTINA DE CASTRO VEIGA TROVÃO Secretária Adjunta de Assistência à Saúde.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 244/2022/SIS REF.: PROCESSO Nº 2026.110222.18037 – SES/MA – PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - CNPJ nº 02.973.240/0001-06, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESTREITO – APAE DE ESTREITO, CNPJ sob o nº 04.123.619/0001-44; OBJETO: prorrogação do prazo visando a continuidade dos serviços de assistência à saúde; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; VALOR: R\$ 202.986,96 (duzentos e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos); VIGÊNCIA: prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 11/07/2026 e com término previsto para 11/07/2027; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de licitação.



Bom Jardim/MA. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços serão exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitabomjardimense.com.br. O edital completo está à disposição dos interessados no site: www.bomjardim.ma.gov.br. No sistema do TCJ/ SINC (<https://apps.tce.ma.gov.br/sincsite/contrata>) e pncp.gov.br. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: prefeitura-bomjardimcpl@gmail.com. Bom Jardim/ MA, 24 de junho de 2026. **Jânio Gomes Souza**, Agente de Contratação. Portaria Nº 014/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA - MA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP E ITENS PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025 A Prefeitura Municipal de Alcântara/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, torna pública a Chamada Pública nº 003/2026, que tem por objeto Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinada ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações técnicas detalhadas, para atender a Rede Municipal de Educação de Alcântara/MA. Para tanto, os interessados em fornecer os gêneros alimentícios deverão apresentar a documentação para habilitação e o projeto de venda, impreritivelmente, durante os dias 26 de Junho de 2026 a 16 de Julho de 2026 (executando-se, sábado, domingo e feriados), nos horários das 08h:00min às 12h:00min, e das 14h:00min, às 17h:00min. A sessão da chamada pública será realizada às 09h:00min do dia 17 de Julho de 2026, na sala da Comissão Central de Licitações-CPL da Prefeitura Municipal de Alcântara/MA, situada na Praça da Matriz, nº 01, Centro, Cep 65.230-000, Alcântara - MA. O presente Edital poderá ser consultado e obtido GRATUITAMENTE na sala da CPL da Prefeitura Municipal Alcântara/MA, de segunda a sexta (exceto feriados), no horário das 08h:00min às 12h:00min, e das 14h:00min, às 17h:00min, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico (<https://transparencia.alcantara.ma.gov.br/licitações>) e e-mail: cplalcantara2022@gmail.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDU - MA

AVISO DE LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que realizará às 08:15 (oito horas e quinze minutos) do dia 13 de julho de 2026, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma do prédio do posto de saúde localizado no povoado Morro de Cima, no município de Cantanhede/MA. **EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br. Portal do PNCP <https://pncp.gov.br> plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplcantanhede.ma.gov.br bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000, Cantanhede/MA, 22 de junho de 2026. **Claudia Melo Coelho** - Secretária Municipal de Saúde de Cantanhede/MA.

AVISO DE LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público, que realizará às 14:15 (quatorze horas e quinze minutos) do dia 13 de julho de 2026, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma e ampliação do Jardim de Infância Francisco de Assis Ximenes, localizado no Centro do Município de Cantanhede/MA. **EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br. Portal do PNCP <https://pncp.gov.br>

pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplcantanhede.ma.gov.br bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000, Cantanhede/MA, 23 de junho de 2026. **Emerson Marques Costa** - Secretário Municipal de Educação de Cantanhede/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 **ORGÃO REALIZADOR:** Comissão de Central de Licitação **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações correlatas. **TIPO:** MENOR PREÇO. **OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças nos Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Caxias-MA. **ORGÃO SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Saúde. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **DATA:** 14/07/2026. **HORÁRIO:** 08h:00min (OITO HORAS). **EDITAL:** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://caxias.ma.gov.br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-Ma (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas). Caxias - MA, 24 de junho de 2026. **Igor Mário Coutin** dos Santos Presidente da Comissão Central de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 **ORGÃO REALIZADOR:** Comissão de Central de Licitação **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações correlatas. **TIPO:** MENOR PREÇO. **OBJETO:** Formação de Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho, em todos os empregados para atender as necessidades do SAAE. **ORGÃO SOLICITANTE:** SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **DATA:** 14/07/2026. **HORÁRIO:** 08h:00min (OITO HORAS). **EDITAL:** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://caxias.ma.gov.br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-Ma (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas). Caxias - MA, 24 de junho de 2026. **Igor Mário Coutin** dos Santos Presidente da Comissão Central de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026 (LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, RESERVA DE COTA E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP). **ORGÃO REALIZADOR:** Comissão de Central de Licitação. **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações correlatas. **TIPO:** MENOR PREÇO. **OBJETO:** Formação de Registro de Preços para Futura Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Alimentação tipo Quentinha e à La Carte, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito. **ORGÃO SOLICITANTE:** Gabinete do Prefeito. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **DATA:** 14.07.2026. **HORÁRIO:** 08h:00min (OITO HORAS). **EDITAL:** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://caxias.ma.gov.br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-Ma (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas). Caxias - MA, 24 de junho de 2026. **Igor Mário Coutin** dos Santos Presidente da Comissão Central de Licitação.



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Caxias - MA

Prefeito José Gentil Rosa Neto

Criado pela Lei Nº 2331/2017 Nº. 6475/2026 - Caxias - MA, 26/06/2026

EXPEDIENTE

Criado pela Lei Nº 2331/2017, é uma publicação exclusivamente eletrônica da Administração Pública deste Município.

ACERVO

Você pode acessar as edições do Diário Oficial de forma online através do seguinte endereço: <https://www.caxias.ma.gov.br/dom>. Para realizar pesquisas utilizando qualquer termo ou aplicar

filtros específicos, basta acessar a mesma página: <https://www.caxias.ma.gov.br/dom>. Importante ressaltar que todas as consultas, pesquisas e downloads são efetuados gratuitamente e não requerem nenhum tipo de cadastro prévio.

PERIODICIDADE

As edições são publicadas diariamente, exceto nos dias de sábado, domingo e feriados.

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Caxias - MA

CNPJ: 06.846.820/0001-56, Prefeito José Gentil Rosa Neto

Endereço: Praça Dias Carneiro, 600, Centro

Telefone: (94) 3222-9622, 3222-9623

E-mail: caxias.ma.gov.br

Site: <https://www.caxias.ma.gov.br>

SUMÁRIO

1 - GABINETE

- Decreto e Medida Provisória

2 - COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

- Atos de Licitação e Extratos de Contratos

DECRETO

DECRETO MUNICIPAL Nº 068, DE 26 DE JUNHO DE 2026

REGULAMENTA A AGENDA TRANSVERSAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, INTEGRANTE DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2026-2029 DO MUNICÍPIO DE CAXIAS - MA, ESTABELECE NORMAS DE GOVERNANÇA INTERSETORIAL, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.834, de 11 de dezembro de 2025, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, bem como o compromisso com as metas da Edição 2025-2028 do Selo UNICEF,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Agenda Transversal para Crianças e Ado-

lescentes do Município de Caxias - MA, para o período de 2026 a 2029, com o objetivo de assegurar a prioridade absoluta desse público nas políticas públicas municipais.

Art. 2º O desenvolvimento desta Agenda fundamenta-se na atuação conjunta e coordenada entre as secretarias e órgãos municipais, visando à defesa dos direitos fundamentais, a garantia dos direitos humanos, à redução das desigualdades e ao pleno desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes.

Art. 3º A execução desta Agenda observará as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) e as minutas técnicas da Edição 2025-2028 do Selo UNICEF.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO E GOVERNANÇA INTERSETORIAL

Art. 4º A coordenação da Agenda Transversal será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que atuará como órgão deliberativo e fiscalizador.

Art. 5º Compete às Secretarias Municipais de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa, de Educação, de Saúde, de Cultura, de Esporte e de Meio Ambiente prestar o apoio técnico necessário à implementação das ações transversais, garantindo a compatibilidade de seus planejamentos internos com as metas da Agenda.

Art. 6º Cada órgão municipal nomeará representantes técnicos para compor comitês intersecretoriais de trabalho, sempre que necessário, criados com a finalidade de discutir problemas práticos e aperfeiçoar a utilização dos dados e informações.

CAPÍTULO III

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 7º O monitoramento da Agenda Transversal ocorrerá de forma contínua, com a consolidação anual de indicadores sociais e orçamentários constantes no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 8º O Poder Executivo promoverá audiências públicas anuais para a prestação de contas e a avaliação das resultados alcançados, garantindo a transparência e o controle social por parte da comunidade e dos conselhos de direitos.

Art. 9º Os relatórios de monitoramento deverão conter a evolução dos indicadores do Selo UNICEF, permitindo ajustes estratégicos tempestivos para o cumprimento das metas internacionais assumidas pelo Município.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da Agenda Transversal correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada secretaria envolvida, conforme previsto nas leis orçamentárias anuais.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JUNHO DE 2026

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal de Caxias - MA



Documento assinado digitalmente e com certidão de autenticidade nº 2.200.12/2026 de 24/06/2026, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para constatar a veracidade da publicação acesse <http://caxias.ma.gov.br/dom>.

Volume 6, Nº 6475/2026



MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 01/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO COMPENSATÓRIO PARA VENDEDORES AMBULANTES, BARRAQUEIROS E ISOPOSEIROS DO MUNICÍPIO PARA O EVENTO DE SÃO JOÃO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, no exercício das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4.º, I, da Lei Orgânica do Município, art. 40, IV, da Constituição do Estado do Maranhão e art. 82, da Constituição Federal, edita, com força de lei, a seguinte:

MEDIDA PROVISÓRIA

Art. 1.º - Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal o Auxílio Financeiro em caráter compensatório, destinado a todos os vendedores ambulantes, barraqueiros e isoposeiros devidamente cadastrados no município. O auxílio visa reparar os prejuízos causados aos comerciantes em razão do inesperado cancelamento do show do cantor Luan Placido durante o evento de São João de 2026.

Art. 2.º - O auxílio financeiro destinado aos vendedores ambulantes, barraqueiros e isoposeiros será concedido em apenas uma (01) parcela, sem limite de cotas, contemplando todos os comerciantes devidamente cadastrados para a festividade, nos seguintes valores:

I - R\$ 300,00 (trezentos reais) para todos os barraqueiros cadastrados.

II - R\$ 200,00 (duzentos reais) para todos os isoposeiros cadastrados.

Parágrafo único. - O pagamento do valor referido no caput deste artigo deve ser feito, diretamente, na conta pessoal de cada beneficiário que estiver dentro da normativa organizacional dos vendedores ambulantes, barraqueiros e isoposeiros do município, regulamentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, conforme documentação apresentada e aprovada pela autoridade competente.

Art. 3.º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, e/ou suplementadas se necessário.

Art. 4.º - A presente Medida Provisória possui vigência de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 42, § 4.º, da Constituição do Estado do Maranhão.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JUNHO DE 2026.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

ORGÃO REALIZADOR: Comissão de Central de Licitação

BASE LEGAL: Lei nº 11.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações correlatas.

TIPO: MENOR PREÇO.

OBJETO: Formação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Equipamentos de Registro de Boas Práticas de Informação, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Caxias-MA.

ORGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br.

DATA: 14/07/2026.

HORÁRIO: 08h00min (OITO HORAS).

EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pnecp/pt-br>, <https://caxias.ma.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-MA (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 17h00min (sete horas).

Caxias - MA, 24 de junho de 2026.

Igor Mário Cutrim dos Santos

Presidente da Comissão Central de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

ORGÃO REALIZADOR: Comissão de Central de Licitação

BASE LEGAL: Lei nº 11.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações correlatas.

TIPO: MENOR PREÇO.

OBJETO: Formação de Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho, em todos os empregados para atender as necessidades do SAAL.

ORGÃO SOLICITANTE: SAAL - Serviço Antissocial de Água e Esgoto.

LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br.

DATA: 14/07/2026.

HORÁRIO: 08h00min (OITO HORAS).

EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pnecp/pt-br>, <https://caxias.ma.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-MA (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 17h00min (sete horas).

Caxias - MA, 24 de junho de 2026.

Igor Mário Cutrim dos Santos

Presidente da Comissão Central de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

(LICITAÇÃO COM AMPLO CONCORRÊNCIA, RESERVA DE COTA E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP)

ORGÃO REALIZADOR: Comissão de Central de Licitação

BASE LEGAL: Lei nº 11.133/21, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e demais legislações correlatas.

TIPO: MENOR PREÇO.

OBJETO: Formação de Registro de Preços para Futura Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Alimentação tipo Quilômetro e Lácteos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito.

ORGÃO SOLICITANTE: Gabinete do Prefeito.

LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br.

DATA: 14/07/2026.

HORÁRIO: 08h00min (OITO HORAS).

EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pnecp/pt-br>, <https://caxias.ma.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão Central de Licitação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-MA (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 17h00min (sete horas).

Caxias - MA, 24 de junho de 2026.

Igor Mário Cutrim dos Santos

Presidente da Comissão Central de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE: 1.º TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 001 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04348/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE CAXIAS, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAXIAS - ESTADO DO MARANHÃO, INSCRITA NO CNPJ Nº 06.082.022/0001-50, SITUADA NA PRAÇA DIAS GABRIEL Nº 600 - CENTRO, CAXIAS - MA, E A EMPRESA R.N. NEVES PINHEIRO EIRELI, CNPJ nº 03.127.486/0001-11.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 11.133/2021.

OBJETO:

ADITIVO TEM POR OBJETO AUMENTO DE 27% (Vinte e Sete por cento) NO QUANTITATIVO DOS ITENS CONTRATADOS NO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001, REFERENTE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA EVENTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CAXIAS - MA.

VALOR: R\$ 360.912,81 (Trezentos e sessenta mil, novecentos e doze reais e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.21.01.13.302.0010.2025.0000 - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SIGNATÁRIOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.



Adenilson Dias de Souza

Secretário de Educação, Cultura e Turismo

Aderbal Malheiros França Neto

Secretário de Meio Ambiente, Meio Aquático, Atividades e Proteção Ambiental

Gardênia Maria Alves Santos Pereira

Secretária de Proteção Social, Urbanismo, Infraestrutura e Serviços Urbanos

Ângela Maria Pereira Machado Matias

Secretaria Especializada de Juventude

Ana Lúcia Soares Ximenes

Secretaria de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres

Artur Quirino da Silva Neto

Secretário de Saúde

Breno Silveira Lealão

Presidente Caixa PREV

Constantino Ferreira de Castro Neto

Secretário de Defesa Social, Defesa do Consumidor e Defesa Civil

Evimar Jean Costa Barbosa

Diretor Geral de SAAB

Fausto Flor de Simão Júnior

Secretário de Turismo

Francisco de Assis Abreu Junior

Diretor Geral de Manutenção

Francisco José Castro de Cerqueira Antunes

Secretário de Habitação

Glauco Dias de Sá Júnior

Secretário de Saúde

Igor Mário Coutinho dos Santos

Presidente do Conselho de Administração do Município

Isaías José da Silva Neto

Diretor Geral de Manutenção

Jamerson Levi Alves Barros

Secretário de Regulação da Função Pública

James Lobo de Oliveira Lima

Diretor Geral de Manutenção

Jerônimo Ferreira Cavalcante Filho

Secretário de Defesa Civil, Defesa Social, Defesa Civil

Jose Acureio de Sousa Queiroz Neto

Secretário Municipal de Esportes

José Edilval de Souza Costa

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural

Josandry de Souza Braga

Secretária de Meio Ambiente, Cultura e Defesa Civil

Jordano Pinheiro Almeida Jordino

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Público

Leilibe Gedeon Simão Neto

Secretário de Turismo

Laeliana Andrea da Costa Soares

Secretária de Defesa Social, Defesa do Consumidor e Defesa Civil

Laeliana Paula Lemos da Silva

Secretária Municipal de Turismo

Maíel Meirelles Ramos

Secretária de Defesa Social, Defesa do Consumidor e Defesa Civil

Marcela Ramos Oliveira

Secretária de Comunicação

Mirandolina Bezerra de Castro

Chefe de Gabinete

Moisés Holanda dos Santos

Secretário de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana

Othon Luiz Machado Maranhão

Secretário de Meio Ambiente, Meio Aquático, Planejamento e Gestão Fiscal

William Lopes de Sousa Carvalho

Coordenador da Guarda Municipal

Hino Caxiense

LETRA: Tereza Leôncio Júnior

MUSICA: por Edilson Pereira

Clara estrela no céu maranhense,

Luz flebil do meigo amor,

Tua luz outra estrela não vence,

Nem a lira mais cheia de amor.

Vamos juntos no albor destes dias

Os louvores cantar de Caxias (bis)

Es a virgem tenenda de rosas,

Que te miras nas águas do rio,

De onde as ninfas sutis, invejosas,

Vêm beijar-te o perfil eradio.

Vamos juntos no albor destes dias

Os louvores cantar de Caxias (bis)

Broquelada na paz tu trabalhas,

E na paz coitada descansas,

Mas não temes o dia de batalhas,

Quem já trouxe a vitória nas lanças.

Vamos juntos no albor destes dias

Os louvores cantar de Caxias (bis)

Não creamos tens seios escravos,

Bergas seios do alvor da manhã,

Que nós somos unidos e bravos.

Gloria graças da nova cornéla,

Vamos juntos no albor destes dias

Os louvores cantar de Caxias (bis)

Glória! Glória! As faixas proclamam,

Da princesa do adasto sertão,

Cuja fama e valor se derramam,

Pelas terras do adeste Maranhão.

Vamos juntos no albor destes dias

Os louvores cantar de Caxias (bis)

**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE CAXIAS**

Assinado de forma
digital por PREFEITURA
MUNICIPAL DE CAXIAS
Dados: 2026.06.26
17:55:51 -03'00'



**PREFEITURA DE
CAXIAS**
Município do Estado do Maranhão





ing to value is an important element of any fully integrated system.

[illegible]

A maior vantagem imediata de se instalar a L&L reside no fato de que a empresa do Rio Grande do Sul não precisará enfrentar a concorrência das empresas em outros Estados, já que não há nenhuma possibilidade, durante os próximos 10 anos, de se instalar uma fábrica no Rio Grande do Sul. Também não há possibilidade de se instalar uma fábrica em outros Estados, já que a L&L não possui a tecnologia necessária para produzir em outros Estados.

For example, in a 2003 study in a community in southern Brazil, 60% of the 100 pregnant women had a history of long-term sexual abuse, almost all of these women had a partner who had been violent to her during pregnancy, and 13% had been sexually abused during pregnancy.

Evocações de uma infância feliz

GEORGE HENRIQUE MIRANDA

E-743NUG

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176

W. A. RYAN, JR. : 113 : 1011 : 1033

1000

[illegible]

apresenta o seguinte problema: a diferenciação no preço de venda é uma iniciativa que ocorre espontaneamente, sem qualquer intervenção, e por conseguinte, não é controlada.

**CAMPAÑA DE
SELINHOS - DROGASIL
(NORDESTE)**

Como funciona a cada 45
minutos, os alunos
discutem o conteúdo lido, de
passagem.

Período:
14/02/2025 a 13/03/2025.
destacando o período de
abandono de residência por parte da(s)
exclamada(s).
14/03/2025 a 13/04/2025
os meses de:

Enfin, les analyses de Chiapera et al. (1990) et de Kelly et al. (1991) ont permis de constater que les personnes qui ont une dépression ont tendance à avoir une mauvaise estime de soi, ce qui les rend vulnérables à la dépression.

em, para a total de cinco horas e 30 minutos, no espaço delimitado, com o auxílio de um sistema de projeção, o participante vivenciou a combinação de elementos e experiências de um cenário de trabalho.

[illegible]

REPRODUCED



Vista da cidade tomada do porto, Niterói, 1959. Arquivo

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMASÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007202
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA RESERVA DE COTAS PARA
EXCLUSIVOS PARA ME.EPP

ESAO REALIZADOR - Associação Educacional do Estado de São Paulo
ESAO LEAL - Lda nº 4733261-9 nº 12003 Lei nº 4714 Decreto Federal nº 58705 e anexos e o regulamento de cada uma delas.
FOMENQ FROCA

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo avaliar a influência da temperatura ambiente sobre a taxa de crescimento e a sobrevivência de larvas de *Aedes albopictus* sob condições de campo. Para isso, foram coletadas 1000 larvas de *A. albopictus* em locais de criação natural, com temperaturas variando entre 18°C e 28°C. As larvas foram criadas em laboratório sob condições de campo, com temperaturas variando entre 18°C e 28°C. Os resultados mostraram que a taxa de crescimento e a sobrevivência das larvas de *A. albopictus* são influenciadas pela temperatura ambiente. A taxa de crescimento foi maior em temperaturas entre 24°C e 28°C, enquanto a sobrevivência foi maior em temperaturas entre 18°C e 24°C.

[illegible]

Copyright © 2005 by John Wiley & Sons, Inc.

tyger Maria Currius dos Santos

Presidente d. Comissão Central de Licitação

PROFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DO CA

CONFERÊNCIA FIB-CAV 2022

WILEY-VCH

ATA DE PROPOSTAS

Prefeitura Municipal de Caxias
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Registro de Preços Eletrônico - 050/2026

Declarações obrigatórias

Título	Descrição
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para ressaltado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 18 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para ressaltado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	3,750	R\$36,71	R\$ 137.662,50	Sim
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	10/07/2026 - 15:54:17	quentinha	propria	3,750	R\$34,40	R\$ 129.000,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:02:53	PROPRIA	PROPRIA	3,750	R\$36,70	R\$ 137.625,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:55:06	proprio	proprio	3,750	R\$36,70	R\$ 137.625,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:41	QUENTINHA COMPLETA	FABRICAÇÃO PROPRIA	3,750	R\$36,71	R\$ 137.662,50	Sim

0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	1,250	R\$36,71	R\$ 45.887,50	Sim
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	10/07/2026 - 15:54:16	quentinha	propria	1,250	R\$34,40	R\$ 43.000,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:10:24	PROPRIA	PROPRIA	1,250	R\$36,70	R\$ 46.675,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:55:13	proprio	proprio	1,250	R\$36,70	R\$ 45.875,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:55:56	QUENTINHA COMPLETA	FABRICAÇÃO PROPRIA	1,250	R\$36,71	R\$ 45.887,50	Sim

0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
------------	----------	------	--------	-------------------	------------	-------	-------------	-------------



A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.878.667/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$162,58	R\$ 365.827,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:11:00	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$162,58	R\$ 365.805,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	13/07/2026 - 22:55:39	proprio	proprio	2.250	R\$162,50	R\$ 365.625,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 07:56:54	REFEÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	2.250	R\$162,58	R\$ 365.827,50	Sim

0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.878.667/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$162,58	R\$ 121.942,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:11:34	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$162,58	R\$ 121.935,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	13/07/2026 - 22:55:53	proprio	proprio	750	R\$162,50	R\$ 121.875,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 07:57:04	REFEÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	750	R\$162,58	R\$ 121.942,50	Sim

0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.878.667/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$232,76	R\$ 523.710,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:12:22	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$232,75	R\$ 523.687,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	13/07/2026 - 22:56:19	proprio	proprio	2.250	R\$232,70	R\$ 523.675,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 07:59:02	REFEÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	2.250	R\$232,76	R\$ 523.710,00	Sim

0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.878.667/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$232,76	R\$ 174.570,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:12:58	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$232,75	R\$ 174.582,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	13/07/2026 - 22:57:11	proprio	proprio	750	R\$232,70	R\$ 174.525,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 08:00:04	REFEÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	750	R\$232,76	R\$ 174.570,00	Sim

0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.878.667/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$238,79	R\$ 532.777,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:04	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$238,78	R\$ 532.765,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	13/07/2026 - 22:57:44	proprio	proprio	2.250	R\$238,00	R\$ 531.000,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 08:00:06	REFEÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	2.250	R\$238,79	R\$ 532.777,50	Sim

0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel",



carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2008
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$236,79	R\$ 177.592,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:34	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$236,78	R\$ 177.585,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:58:24	proprio	proprio	750	R\$236,00	R\$ 177.000,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:24	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	750	R\$236,79	R\$ 177.582,50	Sim

0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2008
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$125,50	R\$ 282.375,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:06	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$125,49	R\$ 282.362,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:58:25	proprio	proprio	2.250	R\$125,00	R\$ 281.250,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:42	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	2.250	R\$125,50	R\$ 282.375,00	Sim

0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2008
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$125,50	R\$ 94.125,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:34	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$125,49	R\$ 94.117,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 23:01:03	proprio	proprio	750	R\$125,00	R\$ 93.750,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:34	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	750	R\$125,50	R\$ 94.125,00	Sim

0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2008
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$122,75	R\$ 276.167,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:25	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$122,74	R\$ 276.165,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 23:02:04	proprio	proprio	2.250	R\$122,00	R\$ 274.500,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:59:34	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	2.250	R\$122,75	R\$ 276.167,50	Sim

0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2008
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$122,75	R\$ 92.062,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:20:07	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$122,74	R\$ 92.055,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 23:02:31	proprio	proprio	750	R\$122,00	R\$ 91.500,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:59:26	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	750	R\$122,75	R\$ 92.062,50	Sim

Crerios de desempate do processo

54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que esta se localiza.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que esta se localiza.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

B GEORGIA S BRITO LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que esta se localiza.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que esta se localiza.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que esta se localiza.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

* Proposta rejeitada

Handwritten signature

Validade das Propostas



Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.328/0001-44	60 dias
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	120 dias
A DOS R. LOBAO FILHO COMERCIO	04.678.557/0001-33	90 dias
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.408.442/0001-25	90 dias
B GEORGIA B BRITO LTDA	58.082.339/0001-00	60 dias

Fornecedores divulgados.


 Lucio André Galeno Simões
 Pregoeiro


 CLÁUDIO RIBEIRO OLIVEIRA
 Apoio



RANKING DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Caxias
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Registro de Preços Eletrônico - 050/2026

0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) – Farofa. Obs: Com serviço de entrega. | R\$ 36,71

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 20,99	3.750	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	R\$ 21,00	3.750	quentinha	propria	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 36,70	3.750	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) – Farofa. Obs: Com serviço de entrega. | R\$ 36,71

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 20,99	1.250	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	R\$ 21,00	1.250	quentinha	propria	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 36,70	1.250	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa. | R\$ 162,59

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 162,55	2.250	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 162,58	2.250	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa. | R\$ 162,59

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 162,55	750	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 162,58	750	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com couxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa. | R\$ 232,76

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 232,74	2.250	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 232,75	2.250	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com couxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa. | R\$ 232,76

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 232,74	750	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 232,75	750	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—



0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa. | R\$ 236,79

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 236,77	2.250	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 236,78	2.250	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa. | R\$ 236,79

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 236,77	750	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 236,78	750	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa. | R\$ 125,50

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 125,48	2.250	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 125,49	2.250	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa. | R\$ 125,50

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 125,48	750	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 125,49	750	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa. | R\$ 122,75

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 122,73	2.250	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 122,74	2.250	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa. | R\$ 122,75

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006	Local/ Regional
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	R\$ 122,73	750	PROPRIO	PROPRIO	ME	Sim	—
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	R\$ 122,74	750	PROPRIA	PROPRIA	EPP/SS	Sim	—

Handwritten signature



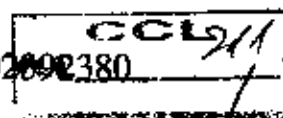
QR-CODE



As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

I-BRA032187205944<<<<<<<<<<
6A03133H300B269BRA44<<<<<<<6
ADRIANO<D05<BEIS<LOBAO&ETIHO<

ALTERAÇÃO CONTRATUAL 02 DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO****CNPJ Nº 04.676.567/0001-33 - NIRE Nº 21102392380**

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO, brasileiro, casado sob comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 15/03/1964, natural de Caxias/MA, CNH nº 03248720594 exp. Detran/MA, CPF 282.172.763-15, domiciliado na Rua Colinas nº 20, Quadra D, Bairro Dinir Silva em Caxias/MA Cep. 65.605-345. **A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO**, inscrito no CNPJ Nº 04.676.567/0001-33 e NIRE 21102392380, situada á Rua Colinas nº 20, Quadra D, Bairro Dinir Silva em Caxias/MA Cep. 65.605-345, resolve alterar e consolidar seu contrato nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - O Objeto social passa a ser: 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 46.19-2-00 Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Representação de Gêneros alimentícios, Materiais de Limpeza e Material de Expediente), 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis, 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos, 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho, 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas, 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 47.42-3-00 Comércio Varejista de Material Elétrico, 47.89-0-99 - Comercio Varejista de Outros Produtos Não Especificados Anteriormente (Artigos Funerários), 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, 56.11-2-01 - Restaurantes e Similares, 8592-9-99 Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Cursos de Capacitação de artesanatos), 4773-3-00 Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato com a seguinte redação.

Consolidação

1ª. A empresa gira sob o nome empresarial: A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

2ª - O endereço da sede é: Rua Colinas nº 20, Quadra D, Bairro Dinir Silva em Caxias/MA Cep. 65.605-345 (art. 997, II, CC/2002)

3ª. O capital social é R\$ 100.000, totalmente integralizado em moeda corrente do país

4ª. A empresa tem por objeto social : 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 46.19-2-00 Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Representação de Gêneros alimentícios, Materiais de Limpeza e Material de Expediente), 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática , 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis , 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos, 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho , 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas, 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 47.42-3-00 Comércio Varejista de Material Elétrico, 47.89-0-99 - Comercio Varejista de Outros Produtos Não Especificados Anteriormente (Artigos Funerários), 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, 56.11-2-01 – Restaurantes e Similares, 8592-9/99 Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Cursos de Capacitação de artesanatos), 4773-3-00 Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos

5ª A Empresa iniciou suas atividades em 01/10/2001

6ª - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País. (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994)

7ª. Eleito o foro de Caxias - MA., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justo e contratado assina o presente instrumento

Caxias - MA., 11 de Fevereiro de 2025

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO
titular





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
28217276315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/02/2025 15:37 SOB N° 20250196930.
PROTOCOLO: 250196930 DE 11/02/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12502585090. CNPJ DA SEDE: 04676567000133.
NIRE: 21102392380. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/02/2025.
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informados para tal fim.

Estado do
Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Sistema Integrado de Consulta do Estado do
Maranhão

Sua senha de acesso

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 04.676.567/0001-33 Inscrição Estadual: 12.893600-2

Razão Social: A DOS R LOBÃO FILHO COMERCIO

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA COLINAS

Número: 20 Complemento: QUADRAD

Bairro: DINIR SILVA

Município: CAXIAS UF: MA

CEP: 65605345 DDD: Telefone: 88093629

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE 4751201 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E
Principal: SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4773300	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS
4789099	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
5611201	RESTAURANTES E SIMILARES
4619200	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO
4754701	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
4712100	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS
4742300	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
4744001	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
8592999	ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE
4755502	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
4751003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4763602	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 02/04/2025

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de 01/04/2010 - (4619200), 02/04/2025 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada das operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 06/07/2026

Número da Consulta:

Nova Consulta Imprimir

00415

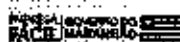
Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantiles - SINREM

Nome Emprego: A DOS R LOBÃO COMÉRCIO		Protocolo: MAC2500480200	
NIRE : 21102382380			
Natureza Jurídica: Empresário (Individual)			
NIRE (Sede) 21102382380	CNPJ 04.876.567/0001-33	Arquivamento do Ato de Inscrição 22/07/2021	Início de Atividade 01/10/2021
Endereço Completo Rua COLINAS, Nº 26, QUADRAD, DINIZ SILVA-Corliss-AAA- CEP85805-345			
Código: 4619-22-00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, 4619-2-00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIALIZADO (REPRESENTACAO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE), 47.51-2-01 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, 47.54-7-01 - COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS , 47.63-6-02 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, 47.55-5-02 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO , 47.44-0-01 - COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, 47.44-0-99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL, 47.42-3-00 COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, 47.89-0-99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (ARTIGOS FUNERARIOS), 47.12-1-00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS, 56.11-2-01 - RESTAURANTES E SIMILARES, 85.92-9-99 - ENSINO DE ARTE E CULTURA NAO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE (CURSOS DE CAPACITACAO E ARTESANATOS), 47.73-3-00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS			
Capital R\$ 100.000,00 (cem mil reais)		Porte ME (Microempresa)	
Último Arquivamento		Situação ATIVA	
Data 09/04/2026	Número 20260402133	Atalhes 223/223 - BALANÇO	Status SEM STATUS
Nome do Empresário: ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO			
Identidade: 03248720694		CPF: 282.172.753-15	
Estado civil: CASADO(a)		Regime de bens: NÃO INFORMADO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/07/2026, às 12:13:29 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresaspctm.gov.br>, com o código GK5HTU5T.

Marcio Julliani Araújo Bezerra
Secretário(a) Geral

[Handwritten signature]



Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são válidas na data da sua expedição.

Certificamos que A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:		Protocolo: MAC2600490240		
NIRE 21102392380 CNPJ 04.676.567/0001-33		Situação ATIVA Status		
Endereço Completo Rua COLINAS, Nº 20, QUADRAD, DIMIR SILVA - Caxias/MA - CEP 55606-345				
Arquivamentos Posteriores				
Ato	Número	Data	Descrição	Desarquivado
223	20260402133	09/04/2026	BALANÇO	NÃO
002	20250196930	12/02/2025	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20250196930	12/02/2025	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
223	20250143259	03/02/2025	BALANÇO	NÃO
223	20250038889	29/01/2025	BALANÇO	NÃO
002	20211338540	08/11/2021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
002	20211338540	08/11/2021	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	21102392380	22/07/2021	INSERÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF	NÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/07/2024, às 12:15:35 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.sempre-facil.ma.gov.br>, com o código 5HV2GBD8.



MAC2600490240





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 04.676.567/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/09/2001
---	---	--------------------------------

TIPO EMPRESARIAL A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) XXXXXXXXXX	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.55-6-02 - Comércio varejista de artigos de amarrinho 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 58.11-2-01 - Restaurantes e similares 88.92-8-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO R COLINAS	NÚMERO 20	COMPLEMENTO QUADRAD
-------------------------	--------------	------------------------

CEP 65.605-345	BAIRRO/DISTRITO DINIR SILVA	MUNICÍPIO CAXIAS	UF MA
-------------------	--------------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FERNANDOMENDES.M.FM@GMAIL.COM	TELEFONE (99) 8114-2465
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) XXXXXX

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/05/2019 ✓
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

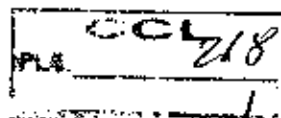
SITUAÇÃO ESPECIAL XXXXXXXXXX	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL XXXXXXXXXX
---------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/07/2026 às 10:21:44 (data e hora de Brasília).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO
CNPJ: 04.676.567/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:33:28 do dia 10/07/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/01/2027.

Código de controle da certidão: 52D3.F912.CC4F.0757

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 04.676.567/0001-33
Razão social: A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO
Endereço: R COLINAS 20 QUADRAD/ DINIR SILVA / CAXIAS / MA / 65605-345

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

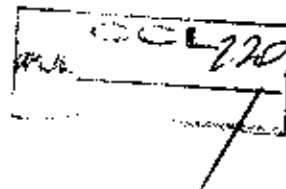
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/07/2026 a 31/07/2026

Certificação Número: 2026070205471120961242

Informação obtida em 06/07/2026 10:08:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 164514/26

Data da

01/07/2026 16:32:35

Inscrição Estadual: 128936002

CPF/CNPJ: 04676567000133

Razão Social: A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO

Endereço: RUA COLINAS, 20 QUADRAD CEP: 65605345 - DINIR SILVA

Telefone: (99)88093629

Município: CAXIAS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

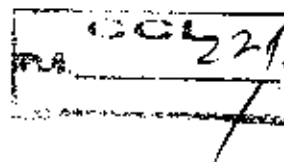
Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 29/09/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 06/07/2026 10:14:13



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 065768/26

Data da

01/07/2026 16:33:24

Inscrição Estadual: 128936002

CPF/CNPJ: 04676567000133

Razão Social: A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO

Endereço: RUA COLINAS, 20 QUADRAD CEP: 65605345 - DINIR SILVA

Telefone: (99)88093629

Município: CAXIAS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 29/09/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 06/07/2026 10:14:54

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS**
GOVERNO DE CAXIAS**CERTIDÃO NEGATIVA****Nº: 0005533****Informações do Contribuinte**

CÓDIGO	NOME DO CONTRIBUINTE	CPF / CNPJ
1750147	A DOS R LOBÃO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33
ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA COLINAS	20	QUADRA:D
NÚMERO CEP	MUNICÍPIO - UF	BARRIO
65606345	CAXIAS - MA	DINIR SILVA
	APTO / SALA	NOME EDIFÍCIO

Informações do Requerente

Nº DE DOCUMENTO	NOME DO REQUERENTE	FINALIDADE
28217276316	A. DOS R. LOBÃO FILHO COMÉRCIO	
	OBSERVAÇÕES	

Data de Emissão: 06/07/2026 Hora de Emissão:
10:31:20**Validade: 04/10/2026**

A prefeitura do Município de Caxias - MA, por intermédio da Secretaria Adjunta de Gestão Fazendária, **CERTIFICA** que o contribuinte acima qualificado, encontra-se em situação regular perante a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL** não constataando débitos referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa até a presente data, com validade da presente certidão em (90) dias, Conforme Código Tributário Municipal, fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar eventuais débitos que vierem a ser apurados, mesmo referente a período anterior a emissão da presente certidão.

NADA MAIS havendo, o referido e verdade do que dou fé.

A respectiva Certidão de Débitos poderá ser **VALIDADA** no site <http://www.prefeituramoderna.com.br>

Escolha o município- IPTU- Documentos Emitidos - Validação da Certidão

Já nas certidões de empresas:

A respectiva Certidão de Débitos poderá ser **VALIDADA** no site <http://www.prefeituramoderna.com.br>

Escolha o município- ISS - Suporte - Validação de Certidão.

CAXIAS (MA), 06 de Julho de 2026





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

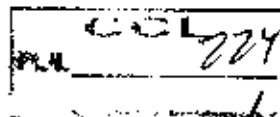
Nome: A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.676.567/0001-33
Certidão nº: 59669952/2026
Expedição: 06/07/2026, às 10:09:36
Validade: 02/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.676.567/0001-33, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 06/07/2026

Nº da certidão: 12602902985

Data de validade: 06/09/2026

Código de Validação: d2f02e4a64

NOME: A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO

CNPJ: 04.676.567/0001-33

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 04, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO, município Caxias, CNPJ nº 34.676.567/0001-33, Número de Registro (NIRE) 21102392380.

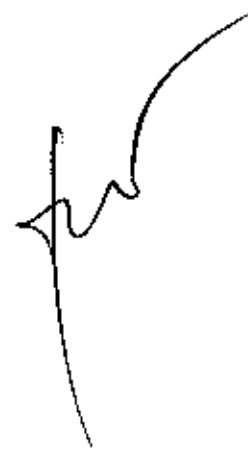
Data do arquivamento dos atos constitutivos: 22/07/2021

Ato constitutivo: 21102392380

Caxias, 01/01/2024

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 007423

ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
Empresário
CPF 282.172.763-15



A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO
RUA COLINAS Nº 20, QUADRA D DINIR SILVA
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33 NIRE 21102392380
CAXIAS - MARANHÃO

BALANÇO PATRIMONIAL PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

SEM MOVIMENTO

ATIVO

**CIRCULANTE
DISPONÍVEL**

Caixa	100.000,00	<u>100.000,00</u>
-------	------------	-------------------

TOTAL DO ATIVO		100.000,00
-----------------------	--	-------------------

PASSIVO

**PATRIMONIO LÍQUIDO
NÃO EXIGÍVEL**

Capital Social	100.000,00	<u>100.000,00</u>
----------------	------------	-------------------

TOTAL DO PASSIVO		100.000,00
-------------------------	--	-------------------

CAXIAS - MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO



A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO
RUA COLINAS Nº 20, QUADRA D DINIR SILVA
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33 NIRE 21102392380
CAXIAS - MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

SEM MOVIMENTO

CAXIAS - MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO



Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

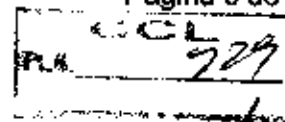
O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 04, e serviu para escrituração no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO.

Caxias, 31/12/2024

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 007423

ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
Empresário
CPF 282.172.763-15





ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
27903206320	FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
28217276315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 31/01/2025 09:58 SOB Nº 20250143224,
PROTOCOLO: 250143224 DE 30/01/2025, NIRE: 21102392380,
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 31/01/2025

A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO
RUA COLINAS Nº 20, QUADRA D DINIR SILVA
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33 NIRE 21102392380
CAXIAS - MARANHÃO

BALANÇO PATRIMONIAL PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

SEM MOVIMENTO

ATIVO**CIRCULANTE
DISPONÍVEL**

Caixa

100.000,00

100.000,00**TOTAL DO ATIVO**

100.000,00

PASSIVO**PATRIMONIO LÍQUIDO
NÃO EXIGÍVEL**

Capital Social

100.000,00

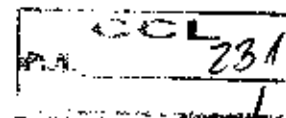
100.000,00**TOTAL DO PASSIVO**

100.000,00

CAXIAS - MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO

Fernando Luís Sampaio Mendes
CRC/MA 007423



A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO
RUA COLINAS Nº 20, QUADRA D DINIR SILVA
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33 NIRE 21102392380
CAXIAS - MARANHÃO

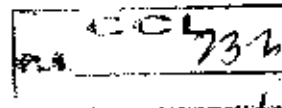
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

SEM MOVIMENTO

CAXIAS - MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO

Fernando Luis Sampaio Mendes
CRC/MA 007423

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
27903206320	FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
28217276315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/02/2025 08:17 SOB N° 20250143259.
PROTOCOLO: 250143259 DE 31/01/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12501851675. CNPJ DA SEDE: 04676567000133.
NIRE: 21102392380. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/02/2025.
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafamilia.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12501760130 em 31/01/2025, protocolo 250143224. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Nome Empresarial:	A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO
Número de Registro:	21102392380
CNPJ:	04676567000133
Município:	Caxias

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

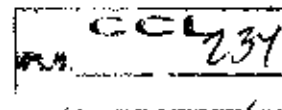
27903206320	FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES	MA007423
28217276315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO	

JUCEMA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 31/01/2025 09:38 SOB Nº 20250143224.
PROTOCOLO: 250143224 DE 30/01/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12501760130. NIRE: 21102392380.
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
São Luís, 31/01/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, em impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informados para autenticação.



Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 12, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO, município Caxias, CNPJ nº 34.676.567/0001-33, Número de Registro (NIRE) 21102392380.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 22/07/2021

Ato constitutivo: 21102392380

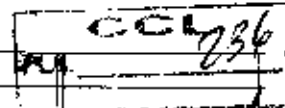
Caxias, 01/01/2025

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 007423

ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
Empresário
CPF 282.172.763-15

CC 237

Caxias-MA, 31 de Janeiro de 2025.			
Operações realizadas neste mês.			
	Caixa		
a	Mercadorias	R\$	-
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês		0,00
		x	0,00
a	Caixa	R\$	-
			0,00
Caxias-MA, 28 de Fevereiro de 2025.			
Operações realizadas neste mês.			
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês	R\$	-
		x	-
	Diversos		
a	Caixa	R\$	-
Caxias-MA, 31 de Março de 2025.			
Operações realizadas neste mês.			
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês	R\$	-
		x	0,00
#	Diversos		
a	Caixa	R\$	-
Caxias-MA, 30 de Abril de 2025.			
Operações realizadas neste mês.			
	25 Rec. Pelas Vendas n/mês	R\$	-
		x	0,00
	Diversos		
a	Caixa	R\$	-
Caxias-MA, 30 de Junho de 2025.			
Operações realizadas neste mês.			
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês	R\$	-
		x	0,00
Caxias-MA, 31 de Julho de 2025			
Operações realizadas neste mês.			
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês	R\$	142.547,39
		x	142.547,39
	Continua		142.547,39



	Continuação				
	Diversos				
a	Caixa				
		R\$	72.919,78		
	MERCADORIAS				
	05 pg Nota fiscal nº 312451 de: Matheus Supermercado		45.200,00	45.200,00	
	ENERGIA ELETRICA				
	15 Pg conta de luz-CEMAR			255,20	
	PRÓ-LABORE A PAGAR				
	30 Pg pro-labore neste mês			1.518,00	
	CONTA - SAAE				
	30 Pg. Conta de água n/Mês			79,60	
	MATERIAL DE EXPEDIENTE				
	12 pg . Material de uso n/Mês			25.100,00	
	I N S S				
	20 pg Inss ref/ mês de Junho/2025			166,98	
	ALUGUEL				
	30 Pg. aluguel n/Mês			0,00	
	SIMPLES NACIONAL				
	20 Pg simples neste mês			0,00	
	ASSISTENCIA CONTABIL A PAGAR				
	30 Pg Serviços Contábeis deste mês.			600,00	72.547,39
	Caxias-MA, 31 de Agosto de 2025				
	Operações realizadas neste mês.				
	Caixa				
a	Mercadorias				
		R\$	14.800,00		
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês			14.800,00	14.800,00
		x			
	Diversos				
a	Caixa				
		R\$	14.572,82		
	MERCADORIAS				
	12 pg Nota fiscal nº 5231 de: Neves Distribuidora		5.000,00	5.000,00	
	ENERGIA ELETRICA				
	15 Pg conta de luz-CEMAR			256,35	
	PRÓ-LABORE A PAGAR				
	30 Pg pro-labore neste mês			1.518,00	
	CONTA - SAAE				
	30 Pg. Conta de água n/Mês			79,60	
	MATERIAL DE EXPEDIENTE				
	12 pg . Material de uso n/Mês			1.250,00	
	I N S S				
	20 pg inss ref/ mês de Junho/2016			166,98	
	ALUGUEL				
	30 Pg. aluguel n/Mês			0,00	
	SIMPLES NACIONAL				
	20 Pg simples neste mês			5.701,89	
	ASSISTENCIA CONTABIL A PAGAR				
	30 Pg Serviços Contábeis deste mês.			600,00	14.572,82
	Caxias-MA, 30 de Setembro de 2025.				
	Operações realizadas neste mês.				
	Caixa				
a	Mercadorias				
		R\$	45.850,00		
	13 Rec. Pelas Vendas n/mês			45.850,00	45.850,00
	Continua				

25.282,28

CC 238

Continuação					
Caxias-MA, 30 de Novembro de 2025					
Operações realizadas neste mês.					
Caixa					
a	Mercadorias	R\$	254.200,00		
	05 Rec. Pelas Vendas n/mês			254.200,00	254.200,00
		x			
Diversos					
a	Caixa	R\$	99.901,29		
	MERCADORIAS				
	04 pg Nota Fiscal 13526,11388,11387 de : Comercial Carvalho		82.100,00	82.100,00	
	ENERGIA ELETRICA				
	15 Pg conta de luz-EQUATORIAL			260,21	
	PRÓ-LABORE A PAGAR				
	30 Pg pro-labore neste mês			1.518,00	
	CONTA - SAAE				
	30 Pg. Conta de água n/Mês			79,60	
	FOLHA DE PAGAMENTO				
	30 pg . Funcionarios n/Mês			0,00	
	I N S S				
	20 pg Inss ref/ mês de Outubro/2025			166,98	
	SIMPLES NACIONAL				
	20 Pg simples neste mês			2.608,00	
	MATERIAL DE EXPEDIENTE				
	15 Pg. Material de Uso n/Mês			12.568,50	
	ASSISTENCIA CONTABIL A PAGAR				
	30 Pg Serviços Contábeis deste mês.			600,00	99.901,29
		x			
Caxias-MA, 31 de Dezembro de 2025					
Operações realizadas neste mês.					
Caixa					
a	Mercadorias	R\$	285.132,26		
	14 Rec. Pelas Vendas n/mês			285.132,26	285.132,26
		x			
Diversos					
a	Caixa	R\$	116.013,58		
	MERCADORIAS				
	12 pg Nota Fiscal nº 12568 de : Neves Dist.		87.520,40	87.520,40	
	ENERGIA ELETRICA				
	15 Pg conta de luz-EQUATORIAL			275,60	
	PRÓ-LABORE A PAGAR				
	30 Pg pro-labore neste mês			1.518,00	
	CONTA - SAAE				
	30 Pg. Conta de água n/Mês			79,60	
	I N S S				
	20 pg Inss ref/ mês de Novembro/2025			166,98	
	SIMPLES NACIONAL				
	20 Pg simples neste mês			10.168,00	
	MATERIAL DE EXPEDIENTE				
	02 Pg. Material de Uso n/Mês			15.685,00	
	ASSISTENCIA CONTABIL A PAGAR				
	30 Pg Serviços Contábeis deste mês.			600,00	8.575,71

A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA
RUA COLINAS Nº 20 - QUADRA D
BAIRRO DINIR SILVA - CEP. 65.606-345
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
NIRE 21102392380
CAXIAS - MA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVO

CIRCULANTE

DISPONÍVEL

Caixa	R\$ 21.540,00	
Bancos c/ movimento	R\$ 434.721,22	

R\$ 456.261,22

NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

Móveis e Utensílios	R\$ 26.500,00	
Equipamentos	R\$ 32.650,00	
(-) Depreciação	R\$ 5.915,00	

R\$ 53.235,00

TOTAL DO ATIVO

R\$ 509.496,22

PASSIVO

CIRCULANTE

EXIGÍVEL

Obrigações Sociais	R\$ 3.658,50	
Outras Despesas	R\$ 9.856,40	

R\$ 13.514,90

PATRIMONIO LÍQUIDO

NÃO EXIGÍVEL

Capital Social	R\$ 100.000,00	
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 395.981,32	

R\$ 495.981,32

TOTAL DO PASSIVO

R\$ 509.496,22

CAXIAS-MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO
 Soc. Adm

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
 CRC/MA 007423

A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA
RUA COLINAS Nº 20 - QUADRA D
BAIRRO DINIR SILVA - CEP. 65.606-345
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
NIRE 21102392380
CAXIAS - MA

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2025

Receita de Vendas e Serviço	R\$	807.729,65	
(-) ICMS	R\$	2.562,00	
(-) ISS	R\$	27.500,00	
Receita Operacional Líquida	R\$	777.667,65	
(-) Custo dos Serviços	R\$	281.538,30	
Lucro Operacional Líquido	R\$	496.129,35	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			
Pró-labore	R\$	9.108,00	
Consumo Água - SAAE	R\$	477,60	
Conta de Energia - Equatorial	R\$	1.568,16	
Serviços Contábeis	R\$	3.600,00	
Inss	R\$	1.001,88	
Aluguel	R\$		
Material de Uso	R\$	63.488,50	
Simples Nacional	R\$	20.903,89	R\$ 100.148,03
Lucro Líquido do Exercício	R\$		R\$ 395.981,32

CAXIAS - MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO
Soc. Adm

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
CRC/MA 007423



FLUXO DE CAIXA 2025

	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	
Saldo Anterior	0,00												0,00	
vendas	0,00			0,00			142.547,39	14.800,00	45.856,00	65.200,00	254.200,00	285.132,26	807.729,65	
Outros recebimentos														
compras							45.200,00	5.000,00	15.000,00	16.500,00	82.100,00	87.520,40	251.320,40	
Gps							166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	1.001,88	
Equatorial							255,20	256,35	262,10	258,70	260,21	275,60	1.568,16	
Consumo Água							79,60	79,60	79,60	79,60	79,60	79,60	477,60	
Retiradas sócios							1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	9.108,00	
simples nacional								5.701,89	592,00	1.894,00	2.608,00	10.168,00	20.903,89	
													0,00	
Material de Expediente							25.100,00	1.250,00	3.560,00	5.925,00	12.568,50	15.685,00	63.488,50	
Serviços Contábeis							600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	3.600,00	
Aluguel														

for

A DOS R LOBÃO FILHO COMERCIO LTDA
 RUA COLINAS Nº 20 – QUADRA D – DINIR SILVA
 CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
 NIRE 21102392380
 CAXIAS - MA

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO =	EXIGÍVEL TOTAL	13.514,90
	ATIVO TOTAL	<u>509.496,22</u>
TOTAL		0,02
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE =	ATIVO CIRCULANTE =	456.261,22
	PASSIVO CIRCULANTE	<u>13.514,90</u>
TOTAL		33,75
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL =	AC+RLP =	<u>456.261,22</u>
	PC+ELP	<u>13.514,90</u>
TOTAL		33,75

CAXIAS / MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2025

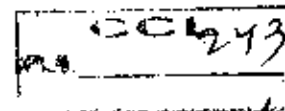
Fernando Luis Sampalo Mendes
 CRC/MA 007423

Adriano dos Reis Lobão Filho

CPF Nº 282.172.763-15
 Soc Adm



A DOS R LOBÃO FILHO COMERCIO LTDA
 RUA COLINAS Nº 20 – QUADRA D – DINIR SILVA
 CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
 NIRE 21102382380
 CAXIAS - MA



QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

ILG =	<u>ATIVO CIRCULANTE + REAL. A L PRAZO</u>	=	456.261,22
	Passivo Circulante + Exig. a Longo Prazo		<u>13.514,90</u>
	TOTAL		33,75

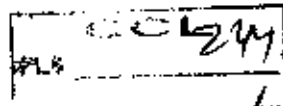
ISG =	<u>ATIVO TOTAL</u>	=	509.496,22
	Passivo Circulante + Exig. a Longo Prazo		13.514,90
	TOTAL		37,69

ILC =	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	=	456.261,22
	Passivo Circulante		13.514,90
	TOTAL		33,75

CAXIAS / MA 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Adriano dos Reis Lobão Filho
 CPF Nº 282.172.763-15
 Só Adm

Fernando Luis Sampaio Mendes
 CPF Nº 279.032.063-20
 CRC/MA 007423



NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2025

Nota explicativa 01 – Declaração de conformidade

A empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.676.567/0001-33, eis e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nota explicativa 02 – Descrições resumidas das operações

A empresa dedica-se as atividades: 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 46.19-2-00 Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Representação de Gêneros alimentícios, Materiais de Limpeza e Material de Expediente), 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis, 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos, 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário, 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas, 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 47.42-3-00 Comércio Varejista de Material Elétrica, 47.89-0-99 - Comércio Varejista de Outros Produtos Não Especificados Anteriormente (Artigos Funerários), 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, 56.11-2-01 - Restaurantes e Similares, 8592-9-99 Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Cursos de Capacitação de artesãos), 4773-3-00 Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos e está em plena atividade desde de 01/10/2001.

Nota explicativa 03 – Descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela empresa O capital social foi integralizado totalmente, constituindo o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas integralizadas em moeda corrente.

Nota explicativa 04 – Descrições resumidas de contingências passivas

A empresa não tem ações trabalhistas em andamento movidas por ex-funcionários.

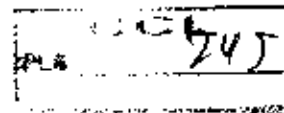
Nota explicativa 05 – Qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da referida empresa, mesmo que elaborada de forma simplificada, considera as especialidades e natureza das operações realizadas, bem como contemplou as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais para melhor compreensão do público interessado.

Caxias -MA, 31 de Dezembro de 2025

Adriano dos Reis Lobão Filho
CPF Nº 282.172.763-15
Só Adm

Fernando Luis Sampaio Mendes
CRC/MA 007423



Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

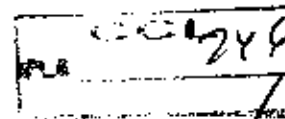
Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 12, e serviu para escrituração no período de 01/01/2025 a 31/12/2025, da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO.

Caxias, 31/12/2025

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 007423

ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
Empresário
CPF 282.172.763-15

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
28217276315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
27903206320	FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/03/2026 11:01 SOB Nº 20260316830.
PROTOCOLO: 260316830 DE 10/03/2026. NIRE: 21102392380.
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
São Luís, 20/03/2026

A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA
RUA COLINAS Nº 20 - QUADRA D
BAIRRO DINIR SILVA - CEP. 65.606-345
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
NIRE 21102392380
CAXIAS - MA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVO

**CIRCULANTE
DISPONÍVEL**

Caixa	R\$ 21.540,00	
Bancos c/ movimento	R\$ 434.721,22	R\$ 456.261,22

**NÃO CIRCULANTE
IMOBILIZADO**

Móveis e Utensílios	R\$ 26.500,00	
Equipamentos	R\$ 32.650,00	
(-) Depreciação	R\$ 5.915,00	R\$ 53.235,00
TOTAL DO ATIVO		R\$ 509.496,22

PASSIVO

**CIRCULANTE
EXIGÍVEL**

Obrigações Sociais	R\$ 3.658,50	
Outras Despesas	R\$ 9.856,40	R\$ 13.514,90

**PATRIMONIO LÍQUIDO
NÃO EXIGÍVEL**

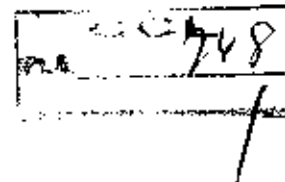
Capital Social	R\$ 100.000,00	
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 395.981,32	R\$ 495.981,32
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 509.496,22

CAXIAS-MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO
Soc. Adm

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
CRC/MA 007423

A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA
 RUA COLINAS Nº 20 - QUADRA D
 BAIRRO DINIR SILVA - CEP. 65.606-345
 CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
 NIRE 21102392380
 CAXIAS - MA



DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2025

Receita de Vendas e Serviço	R\$	807.729,65
(-) ICMS	R\$	2.562,00
(-) ISS	R\$	27.500,00
Receita Operacional Líquida	R\$	777.667,65
(-) Custo dos Serviços	R\$	281.538,30
Lucro Operacional Líquido	R\$	496.129,35

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

Pró-labore	R\$	9.108,00
Consumo Água - SAAE	R\$	477,60
Conta de Energia - Equatorial	R\$	1.568,16
Serviços Contábeis	R\$	3.600,00
Inss	R\$	1.001,88
Aluguel	R\$	-
Material de Uso	R\$	63.488,50
Simples Nacional	R\$	20.903,89
	R\$	100.148,03
Lucro Líquido do Exercício	R\$	395.981,32

CAXIAS - MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ADRIANO DOS REIS LOBÃO FILHO
 Soc. Adm

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
 CRC/MA 007423

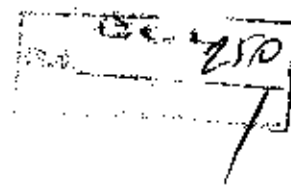
CC 249

FLUXO DE CAIXA 2025

	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Saldo Anterior	0,00												0,00
vendas	0,00			0,00			142.547,39	14.800,00	45.850,00	65.200,00	254.200,00	285.132,26	807.729,65
Outros recebimentos													
compras							45.200,00	5.000,00	15.000,00	16.500,00	82.100,00	87.520,40	251.320,40
Gas							166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	1.001,88
Equatorial							255,20	256,35	252,10	256,70	250,21	275,60	1.568,16
Consumo Água							79,60	79,60	79,60	79,60	79,60	79,60	477,60
Retiradas adios							1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	9.108,00
simples nacional								5.701,89	592,00	1.894,00	2.608,00	10.168,00	20.903,89
													0,00
Material de Expediente							25.100,00	1.250,00	3.560,00	5.825,00	12.560,50	15.685,00	63.485,50
Serviços Contábeis							600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	3.600,00
Aluguel													

for

A DOS R LOBÃO FILHO COMERCIO LTDA
 RUA COLINAS Nº 20 – QUADRA D – DINIR SILVA
 CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
 NIRE 21102392380
 CAXIAS - MA



QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO =	EXIGÍVEL TOTAL	13.514,90
	ATIVO TOTAL	<u>509.496,22</u>
TOTAL		0,02

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE =	ATIVO CIRCULANTE =	456.261,22
	PASSIVO CIRCULANTE	<u>13.514,90</u>
TOTAL		33,75

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL =	<u>AC+RLP</u> =	<u>456.261,22</u>
	PC+ELP	<u>13.514,90</u>
TOTAL		33,75

CAXIAS / MA., 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Fernando Luis Sampalo Mendes
 CRC/MA 007423

Adriano dos Reis Lobão Filho

CPF Nº 282.172.763-15
 Soc Adm

A DOS R LOBÃO FILHO COMERCIO LTDA
RUA COLINAS Nº 20 – QUADRA D – DINIR SILVA
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
NIRE 21102392380
CAXIAS - MA

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

ILG =	<u>ATIVO CIRCULANTE + REAL A L PRAZO</u>	=	456.261,22
	Passivo Circulante + Exig. a Longo Prazo		<u>13.514,90</u>
	TOTAL		33,75

ISG =	<u>ATIVO TOTAL</u>	=	509.496,22
	Passivo Circulante + Exig. a Longo Prazo		13.514,90
	TOTAL		37,69

ILC =	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	=	456.261,22
	Passivo Circulante		13.514,90
	TOTAL		33,75

CAXIAS / MA 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Adriano dos Reis Lobão Filho
CPF Nº 282.172.763-15
Só Adm

Fernando Luis Sampaio Mendes
CPF Nº 279.032.063-20
CRC/MA 007423



A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA
RUA COLINAS Nº 20 - QUADRA D - DINIR SILVA
CNPJ Nº 04.676.567/0001-33
NIRE 21102392380
CAXIAS - MA

Página 6 de 8
202

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2025

Nota explicativa 01 – Declaração de conformidade

A empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.676.567/0001-33, ela e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nota explicativa 02 – Descrições resumidas das operações

A empresa dedica-se as atividades: 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 46.19-2-00 Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Representação de Gêneros alimentícios, Materiais de Limpeza e Material de Expediente), 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis, 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos, 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário, 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas, 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 47.42-3-00 Comércio Varejista de Material Elétrico, 47.89-0-99 - Comércio Varejista de Outros Produtos Não Especificados Anteriormente (Artigos Funerários), 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, 56.11-2-01 - Restaurantes e Similares, 8592-9/99 Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Cursos de Capacitação de artesãos), 4773-3-00 Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos e está em plena atividade desde da 01/10/2001.

Nota explicativa 03 – Descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela empresa O capital social foi integralizado totalmente, constituindo o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas integralizadas em moeda corrente.

Nota explicativa 04 – Descrições resumidas de contingências passivas

A empresa não tem ações trabalhistas em andamento movidas por ex-funcionários.

Nota explicativa 05 – Qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da referida empresa, mesmo que elaborada de forma simplificada, considera as especialidades e natureza das operações realizadas, bem como contemplou as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais para melhor compreensão do público interessado.

Caxias –MA, 31 de Dezembro de 2025

Adriano dos Reis Lobão Filho
CPF Nº 282.172.763-15
Só Adm

Fernando Luis Sampaio Mendes
CRC/MA 007423



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Secretaria Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 7 de 8
239

**DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE
(APÓS APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR E AUTENTICAÇÃO DO LIVRO)**

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

– ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO, BRASILEIRA, CASADO(A), Administrador, inscrito(a) no CPF sob o nº 282.172.763-15, representante legal da sociedade A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.676.567/0001-33 com sede em RUA COLINAS, nº 20, QUADRAD - DINIR SILVA - Caxias/MA - CEP 65805-345, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou estatuto social;

1. FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES, BRASILEIRA, CASADO(A), contador(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 279.032.063-20, CRC sob o nº 007423, responsável pela escrituração e elaboração das demonstrações contábeis da companhia;

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico aprovado em ata de reunião/assembleia arquivada sob nº 01/01/31/12, referente ao exercício de 2025, ressaltando-se que o respectivo livro contábil encontra-se autenticado nessa Junta Comercial sob nº 20260316830; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do MA;
2. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;
3. O conteúdo refletido do balanço ora apresentado a registro foi aprovado pelo titular/administrador.

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta Declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil**, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001**, do **Decreto nº 10.543/2020**, da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

Caxias-MA, 26/03/2026

FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CPF 279.032.063-20
CRC 007423

ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
Empresário
CPF 282.172.763-15



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 6 de 7

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
28217278315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
27903206320	FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 09/04/2026 08:58 SOB Nº 20260402133.
PROTOCOLO: 260402133 DE 09/04/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12606745750. CMEV DA SEDE: 04676567000133.
NIRE: 21102392380, COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/04/2026.
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação da sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



**MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12605603765 em 20/03/2026, protocolo 260316830. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Nome Empresarial:	A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO
Número de Registro:	21102392380
CNPJ:	04676567000133
Município:	Caxias

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	3
Período de Escrituração:	01/01/2025 - 31/12/2025

27903206320	FERNANDO LUIS SAMPAIO MENDES	MA007423
28217276315	ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/03/2026 11:01 SOB Nº 20260316830.
PROTOCOLO: 260316830 DE 10/03/2026. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12605603765. NIRE: 21102392380.
A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO

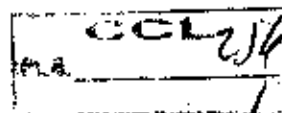
JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
São Luís, 20/03/2026
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando para consulta:



J A V CHAVES FILHO
CNPJ: 11.440.991/0001-40
Travessa Duque de Caxias, 2364, Nova Caxias

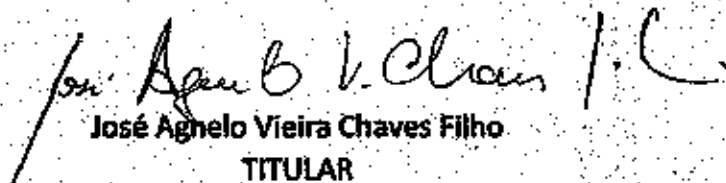


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais e a quem interessar, a CAPACIDADE TÉCNICA, da empresa A DOS R. LOBÃO FILHO COMÉRCIO, portadora do CNPJ nº 04.676.567/0001-33, com endereço à Rua Colinas nº 20, Quadra D – Dinir Silva, Caxias – Maranhão, no FORNECIMENTO DE QUENTINHAS, no período da reforma dessa Instituição, de fevereiro de 2024 a dezembro/2025.

Registramos ainda que as entregas dos produtos acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data

Caxias – MA, 29 de maio de 2026


José Agnelo Vieira Chaves Filho
TITULAR
CPF: 022.027.023-69



Academia Caxiense de Letras - ACL
Casa de Coelho Neto - Fundada em 15 de agosto de 1997
2026 – Ano Laura Rosa

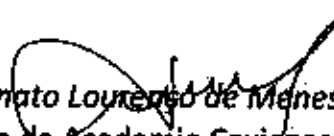


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais e a quem interessar, a **CAPACIDADE TÉCNICA**, da empresa **A. DOS R. LOBÃO FILHO COMÉRCIO**, portadora do CNPJ nº **04.676.567/0001-33**, com endereço à Rua Colinas nº 20, Quadra D – DINIR SILVA, Caxias – Maranhão no **FORNECIMENTO DE QUENTINHAS**, no período da reforma dessa instituição, de **fevereiro de 2024 a dezembro/2025**.

Registramos ainda que as entregas dos produtos acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Caxias(MA), 21 de maio de 2026


Renato Lourenço de Menezes
Tesoureiro da Academia Caxiense de Letras
CPF nº 144.081.713-87

258

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Caxias
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Registro de Preços Eletrônico - 050/2026

Datas Relevantes

Publicação	Início da Proposta	Limite de Impugnação	Fim da Proposta	Início da Sessão
25/06/2026 09:38	02/07/2026 08:00	09/07/2026 23:59	14/07/2026 08:00	14/07/2026 08:01

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtd	Unidade	Situação
0001	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOL, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA) - ARROZ - FEIJÃO - MACARRÃO - SALADA (CRUA OU COZIDA) - FAROFA. OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	R\$ 36,71	3.750	UN	Aceito
0002	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOL, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA) - ARROZ - FEIJÃO - MACARRÃO - SALADA (CRUA OU COZIDA) - FAROFA. OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	R\$ 36,71	1.250	UN	Aceito
0003	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 182,59	2.250	UND	Aceito
0004	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 182,59	750	UND	Aceito
0005	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DE SOL", FEIJÃO MULATA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 232,76	2.250	UND	Aceito
0006	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DE SOL", FEIJÃO MULATA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 232,76	750	UND	Aceito
0007	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA E LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 236,79	2.250	UN	Aceito
0008	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA E LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 236,79	750	UN	Aceito
0009	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "À GREGA", CARNE SUÍNA "LONDO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 125,50	2.250	UND	Aceito

hsk



0010	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, "A GREGA", CARNE SUINA "LONBO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 125,60	750 UND	Acelto
0011	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 122,75	2.250 UND	Acelto
0012	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	R\$ 122,75	750 UND	Acelto

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
25/06/2026 - 09:18	PE 059-2026 QUENTINHAS.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frases
16/07/2026 - 08:48:52	Negociação aberta para o processo	Você recebeu um novo pedido de negociação nos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
16/07/2026 - 13:14:20	Documentos solicitados para o processo	Foram solicitadas diligências nos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
16/07/2026 - 13:46:38		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 050/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
16/07/2026 - 16:23:08	Documentos solicitados para o processo	Foram solicitadas diligências nos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
17/07/2026 - 10:28:46		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 050/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marcas/ Fabricante	Valor Ofertado	Quantidade	Valor Total
0001	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	20,99	3.750	78.712,50
0002	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguça) - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	20,99	1.250	26.237,50
0003	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "coletado", linguça bovina "coletada" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	162,55	2.250	365.737,50



CC 760

0004	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "branco", miolo (carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	162,85	760	121.912,50
0005	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com curá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	232,74	2.250	523.865,00
0006	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com curá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	232,74	760	174.555,00
0007	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	238,77	2.250	532.732,50
0008	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	236,77	760	177.577,50
0009	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	125,46	2.250	282.330,00
0010	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	125,46	760	94.110,00
0011	Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete; refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	122,73	2.250	276.142,50

[Handwritten signature]



0012	Refeição, com aproximadamente 1600g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ovo "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPRIO	PROPRIO	122,73	760	92.047,50
------	--	------------------------------	---------	---------	--------	-----	-----------

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração da reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para restituido da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 18 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 6º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para restituido da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, diante da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.675.867/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	3,750	R\$36,71	R\$ 137.682,50	Sim
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	10/07/2026 - 15:54:17	quentinha	propria	3,750	R\$34,40	R\$ 129.000,00	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:02:53	PROPRIA	PROPRIA	3,750	R\$36,70	R\$ 137.625,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:55:05	proprio	proprio	3,750	R\$36,70	R\$ 137.625,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.336/0001-00	14/07/2026 - 07:58:41	QUENTINHA COMPLETA	FABRICAÇÃO PROPRIA	3,750	R\$36,71	R\$ 137.682,50	Sim

0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz - Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.675.867/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	1,250	R\$36,71	R\$ 45.887,50	Sim
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	10/07/2026 - 15:54:45	quentinha	propria	1,250	R\$34,40	R\$ 43.000,00	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:10:24	PROPRIA	PROPRIA	1,250	R\$36,70	R\$ 45.875,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:55:13	proprio	proprio	1,250	R\$36,70	R\$ 45.875,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.336/0001-00	14/07/2026 - 07:55:56	QUENTINHA COMPLETA	FABRICAÇÃO PROPRIA	1,250	R\$36,71	R\$ 45.887,50	Sim

0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "patito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006



004762

A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$162,58	R\$ 365.827,50	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:11:00	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$162,58	R\$ 365.805,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:55:38	proprio	proprio	2.250	R\$162,50	R\$ 365.825,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 07:56:54	REFEIÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PROPRIA	2.250	R\$162,58	R\$ 365.827,50	Sim

0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$162,58	R\$ 121.842,50	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:11:34	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$162,58	R\$ 121.935,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:55:53	proprio	proprio	750	R\$162,50	R\$ 121.875,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 07:57:04	REFEIÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PROPRIA	750	R\$162,58	R\$ 121.842,50	Sim

0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com curá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$232,76	R\$ 523.710,00	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:12:22	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$232,75	R\$ 523.687,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:56:19	proprio	proprio	2.250	R\$232,70	R\$ 523.675,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 07:59:02	REFEIÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PROPRIA	2.250	R\$232,76	R\$ 523.710,00	Sim

0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com curá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$232,76	R\$ 174.670,00	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:12:56	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$232,75	R\$ 174.582,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:57:11	proprio	proprio	750	R\$232,70	R\$ 174.625,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 08:00:04	REFEIÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PROPRIA	750	R\$232,76	R\$ 174.670,00	Sim

0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$238,79	R\$ 532.777,50	Sim
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:15:04	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$238,78	R\$ 532.755,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:57:44	proprio	proprio	2.250	R\$238,00	R\$ 531.000,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.062.338/0001-00	14/07/2026 - 08:00:08	REFEIÇÃO 1800G	FABRICAÇÃO PROPRIA	2.250	R\$238,79	R\$ 532.777,50	Sim

0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel"

carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$236,78	R\$ 177.582,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:34	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$236,78	R\$ 177.582,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:58:24	proprio	proprio	750	R\$236,00	R\$ 177.000,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:24	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	750	R\$236,79	R\$ 177.582,50	Sim

0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$125,50	R\$ 282.375,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:08	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$125,49	R\$ 282.352,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 22:58:25	proprio	proprio	2.250	R\$125,00	R\$ 281.250,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:42	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	2.250	R\$125,50	R\$ 282.375,00	Sim

0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$125,50	R\$ 94.125,00	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:16:34	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$125,49	R\$ 94.117,50	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 23:01:03	proprio	proprio	750	R\$125,00	R\$ 93.750,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:54	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	750	R\$125,50	R\$ 94.125,00	Sim

0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	2.250	R\$122,75	R\$ 276.187,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:19:25	PROPRIA	PROPRIA	2.250	R\$122,74	R\$ 276.165,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 23:02:04	proprio	proprio	2.250	R\$122,00	R\$ 274.500,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:34	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	2.250	R\$122,75	R\$ 276.187,50	Sim

0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	07/07/2026 - 10:12:34	PROPRIO	PROPRIO	750	R\$122,75	R\$ 92.062,50	Sim
ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	12/07/2026 - 11:20:07	PROPRIA	PROPRIA	750	R\$122,74	R\$ 92.055,00	Sim
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI*	24.413.336/0001-44	13/07/2026 - 23:02:31	proprio	proprio	750	R\$122,00	R\$ 91.500,00	Sim
B GEORGIA S BRITO LTDA*	58.082.338/0001-00	14/07/2026 - 07:58:26	REFEICAO 1800G	FABRICACAO PROPRIA	750	R\$122,75	R\$ 92.062,50	Sim



001267

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	60 dias
54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.175.384/0001-02	120 dias
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	90 dias
ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	90 dias
B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	60 dias

Lances Enviados

0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	36,71 (proposta)	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
10/07/2026 - 15:54:17	34,40 (proposta)	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
12/07/2026 - 11:02:53	36,70 (proposta)	58.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:55:06	36,70 (proposta)	24.413.338/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:58:41	36,71 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:02:15	34,39	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:09:14	34,30	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:08:23	34,29	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:09:43	32,40	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:09:57	32,39	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:10:21	29,00	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:10:33	28,99	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:10:54	28,00	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:11:04	25,99	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:11:32	21,00	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:11:50	20,99	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	36,71 (proposta)	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
10/07/2026 - 15:54:45	34,40 (proposta)	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
12/07/2026 - 11:10:24	36,70 (proposta)	58.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:55:13	36,70 (proposta)	24.413.338/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:55:58	36,71 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:02:22	34,39	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:09:18	34,30	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:09:27	34,29	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:09:53	32,40	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:10:02	32,39	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

[Assinatura]



16/07/2026 - 08:10:25	29,00	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:10:36	26,99	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:10:58	26,00	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:11:07	26,99	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
16/07/2026 - 08:11:36	21,00	54.175.384/0001-02 - 54.175.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	Válido
16/07/2026 - 08:11:54	20,99	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	162,59 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:11:00	162,58 (proposta)	59.408.442/0001-85 - ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:55:39	162,50 (proposta)	24.413.338/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:58:54	162,58 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:02:29	162,55	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	162,59 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:11:34	162,58 (proposta)	59.408.442/0001-85 - ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:55:53	162,50 (proposta)	24.413.338/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:57:04	162,58 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:02:34	162,55	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	232,76 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:12:22	232,75 (proposta)	59.408.442/0001-85 - ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:56:19	232,70 (proposta)	24.413.338/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:59:02	232,76 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:02:43	232,74	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	232,76 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:12:56	232,75 (proposta)	59.408.442/0001-85 - ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:57:11	232,70 (proposta)	24.413.338/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 08:00:04	232,76 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO



16/07/2026 - 08:02:48

232,74 04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO Válido

0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	236,78 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:16:04	236,78 (proposta)	59.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:57:44	236,00 (proposta)	24.413.336/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 08:00:06	236,79 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:02:53	236,77	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	236,79 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:16:34	236,78 (proposta)	59.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:58:24	236,00 (proposta)	24.413.336/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:58:24	236,79 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:03:06	236,77	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	125,50 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:18:08	125,48 (proposta)	59.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 22:59:25	125,00 (proposta)	24.413.336/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:58:42	125,50 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:03:12	125,48	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	125,50 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:18:34	125,48 (proposta)	59.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 23:01:03	125,00 (proposta)	24.413.336/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:58:54	125,50 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 08:03:22	125,48	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	122,75 (proposta)	04.876.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:19:25	122,74 (proposta)	59.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido



13/07/2026 - 23:02:04	122,00 (proposta)	24.413.336/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:59:34	122,75 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 06:03:33	122,73	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.

Data	Valor	CNPJ	Situação
07/07/2026 - 10:12:34	122,75 (proposta)	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido
12/07/2026 - 11:20:07	122,74 (proposta)	58.406.442/0001-85 - ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	Válido
13/07/2026 - 23:02:31	122,00 (proposta)	24.413.336/0001-44 - SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 07:59:28	122,75 (proposta)	58.062.339/0001-00 - B GEORGIA S BRITO LTDA	Cancelado - A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
16/07/2026 - 06:03:39	122,73	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Válido

Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	16/07/2026 - 13:46:38	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	Habilitação A DOS R LOBAO.rtf
0001	17/07/2026 - 10:28:46	04.676.567/0001-33 - A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	PROPOSTA ASSINADA LOBAO#771.0.pdf

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
16/07/2026 - 15:58	--	--

Classificação Parcial

0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arematante	28.237,50
2º	54.176.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.176.384/0001-02	Arematante	28.250,00
3º	ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	Arematante	45.875,00
4º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	45.875,00
5º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	45.887,50

¹ Arematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arematante	78.712,50
2º	54.176.384 AURIZAN DE SOUZA FERREIRA	54.176.384/0001-02	Arematante	78.760,00
3º	ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	Arematante	137.625,00
4º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	137.625,00
5º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	137.682,50

¹ Arematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos grammas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa.



001 768

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	81.500,00
2º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arrematante	92.047,50
3º	ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	Arrematante	92.065,00
4º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	92.062,50

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	83.760,00
2º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arrematante	94.110,00
3º	ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	Arrematante	94.117,50
4º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	94.125,00

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	121.875,00
2º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arrematante	121.812,50
3º	ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	Arrematante	121.935,00
4º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	121.942,60

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	174.625,00
2º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arrematante	174.555,00
3º	ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	Arrematante	174.562,50
4º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	174.570,00

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	177.000,00
2º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arrematante	177.577,50
3º	ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	Arrematante	177.585,00
4º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	177.582,50

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagreta); refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1º	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.336/0001-44	Rejeitado	274.500,00
2º	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.676.567/0001-33	Arrematante	276.142,50
3º	ZL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	59.406.442/0001-85	Arrematante	276.165,00
4º	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	276.167,50

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.



001769

0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1ª	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	Rejeitado	281.250,00
2ª	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.876.587/0001-33	Arrematante	282.330,00
3ª	ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	Arrematante	282.362,50
4ª	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	282.375,00

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeletas", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1ª	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	Rejeitado	385.625,00
2ª	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.876.587/0001-33	Arrematante	385.737,50
3ª	ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	Arrematante	385.806,00
4ª	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	385.827,50

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com curá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1ª	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	Rejeitado	523.575,00
2ª	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.876.587/0001-33	Arrematante	523.885,00
3ª	ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	Arrematante	523.887,50
4ª	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	523.710,00

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa.

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação *	Valor Global
1ª	SANDRA MOMO DOS SANTOS DE MENEZES EIRELI	24.413.338/0001-44	Rejeitado	531.000,00
2ª	A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	04.876.587/0001-33	Arrematante	532.732,50
3ª	ZL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	58.406.442/0001-85	Arrematante	532.755,00
4ª	B GEORGIA S BRITO LTDA	58.062.339/0001-00	Rejeitado	532.777,50

* Arrematante; Desclassificado; Inabilitado; Classificado e Rejeitado.

Chat

Data	Apelido	Mensagem
14/07/2026 - 08:03:12	Pregoeiro	BOM DIA A TODOS
14/07/2026 - 08:39:28	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
14/07/2026 - 09:44:44	Sistema	O item 0001 teve uma proposta de R\$ 36,71 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:44:44	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:45:02	Sistema	O item 0001 teve uma proposta de R\$ 36,70 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:45:02	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:45:19	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de R\$ 36,71 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:45:19	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:45:28	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de R\$ 36,70 cancelada pelo Pregoeiro.

Handwritten signature



1525828

14/07/2026 - 09:45:28	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:46:41	Sistema	O item 0003 teve uma proposta de R\$ 182,58 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:46:41	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:45:53	Sistema	O item 0003 teve uma proposta de R\$ 182,50 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:45:53	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:46:04	Sistema	O item 0004 teve uma proposta de R\$ 182,59 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:46:04	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:46:14	Sistema	O item 0004 teve uma proposta de R\$ 182,50 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:46:14	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:46:25	Sistema	O item 0005 teve uma proposta de R\$ 232,76 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:46:25	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:46:43	Sistema	O item 0005 teve uma proposta de R\$ 232,70 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:46:43	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:46:58	Sistema	O item 0006 teve uma proposta de R\$ 232,78 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:46:58	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:47:06	Sistema	O item 0006 teve uma proposta de R\$ 232,70 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:47:06	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:47:18	Sistema	O item 0007 teve uma proposta de R\$ 236,79 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:47:19	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:47:30	Sistema	O item 0007 teve uma proposta de R\$ 236,00 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:47:30	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:47:53	Sistema	O item 0008 teve uma proposta de R\$ 236,79 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:47:53	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:48:10	Sistema	O item 0008 teve uma proposta de R\$ 236,00 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:48:10	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:48:28	Sistema	O item 0009 teve uma proposta de R\$ 125,50 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:48:28	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:48:40	Sistema	O item 0009 teve uma proposta de R\$ 125,00 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:48:40	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:48:48	Sistema	O item 0010 teve uma proposta de R\$ 125,50 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:48:48	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:49:03	Sistema	O item 0010 teve uma proposta de R\$ 125,00 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:49:03	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:49:16	Sistema	O item 0011 teve uma proposta de R\$ 122,75 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:49:16	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:49:27	Sistema	O item 0011 teve uma proposta de R\$ 122,00 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:49:27	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:49:41	Sistema	O item 0012 teve uma proposta de R\$ 122,75 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:49:41	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 09:49:50	Sistema	O item 0012 teve uma proposta de R\$ 122,00 cancelada pelo Pregoeiro.
14/07/2026 - 09:49:50	Sistema	Motivo: A VALIDADE DA PROPOSTA ESTÁ INFERIOR À SOLICITADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
14/07/2026 - 13:15:27	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
14/07/2026 - 13:15:27	Sistema	Conforme a LC nº 147/2014 Art. 48 e Dec nº 8.539/2015, Art. 8º inciso III, caso o fornecedor vença a cota reservada e a cota principal, será considerado o menor valor para ambas.
14/07/2026 - 13:15:28	Sistema	No modo de disputa aberta a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

[Handwritten signature]



211

14/07/2026 - 13:15:20	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R\$ 0,01. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
14/07/2026 - 13:15:26	Sistema	Conforme o artigo 2º da Instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
14/07/2026 - 15:30:07	Pregoeiro	ATENÇÃO SRS. LICITANTES
14/07/2026 - 15:30:17	Pregoeiro	A SESSÃO SERÁ SUSPensa E DAREMOS CONTINUIDADE AO CERTAME NO DIA 16/07/2026 ÀS 08:00HS.
16/07/2026 - 08:01:04	Pregoeiro	BOM DIA A TODOS
16/07/2026 - 08:01:41	Sistema	O Item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:41	Sistema	O Item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
16/07/2026 - 08:01:43	Sistema	O Item 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:45	Sistema	O Item 0003 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:45	Sistema	O Item 0003 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
16/07/2026 - 08:01:48	Sistema	O Item 0004 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:48	Sistema	O Item 0005 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:48	Sistema	O Item 0006 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
16/07/2026 - 08:01:48	Sistema	O Item 0006 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:52	Sistema	O Item 0007 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:52	Sistema	O Item 0007 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
16/07/2026 - 08:01:54	Sistema	O Item 0008 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:58	Sistema	O Item 0009 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:58	Sistema	O Item 0009 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
16/07/2026 - 08:01:58	Sistema	O Item 0010 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:58	Sistema	O Item 0011 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:01:58	Sistema	O Item 0011 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
16/07/2026 - 08:02:00	Sistema	O Item 0012 foi aberto pelo pregoeiro.
16/07/2026 - 08:11:45	Sistema	O Item 0003 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:48	Sistema	O Item 0004 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:48	Sistema	O Item 0005 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:48	Sistema	O Item 0006 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:54	Sistema	O Item 0007 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:54	Sistema	O Item 0008 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:57	Sistema	O Item 0009 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:11:57	Sistema	O Item 0010 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:12:00	Sistema	O Item 0011 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:12:00	Sistema	O Item 0012 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:12:07	Sistema	Foi solicitado o cancelamento do lance de R\$ 21,00 para o Item 0001 pelo fornecedor responsável pelo seu registro.
16/07/2026 - 08:12:12	Sistema	Foi solicitado o cancelamento do lance de R\$ 21,00 para o Item 0002 pelo fornecedor responsável pelo seu registro.
16/07/2026 - 08:13:51	Sistema	O Item 0001 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:13:54	Sistema	O Item 0002 foi encerrado.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0001 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 20,99.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0002 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 20,99.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0003 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 162,55.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0004 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 162,55.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0005 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 232,74.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0006 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 232,74.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0007 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 236,77.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0008 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 236,77.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0009 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 125,48.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0010 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 125,48.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0011 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 122,73.
16/07/2026 - 08:43:13	Sistema	O Item 0012 teve como arrematante A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO - ME com lance de R\$ 122,73.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o Item 0001. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o Item 0002. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o Item 0003. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o Item 0004. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o Item 0005. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.

[Assinatura]

00422

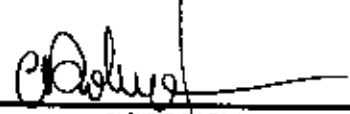
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0006. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0007. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0008. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0009. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0010. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0011. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 08:48:52	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0012. O prazo é até às 10:50 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:01:17	Sistema	O fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO teve suas propostas aceitas no processo.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0004 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0005 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0006 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0007 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0008 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0009 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0010 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0011 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:01:38	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0012 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 13:11.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0002. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0003. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0004. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0005. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0006. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0007. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0008. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0009. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0010. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0011. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:14:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0012. O prazo de envio é até às 15:15 do dia 16/07/2026.
16/07/2026 - 13:48:38	Sistema	Motivo: SOLICITO PARA LICITANTE CLASSIFICADA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATUALIZADAS, CONFORME PRAZO ESTABELECIDO NO CHAT.
16/07/2026 - 13:47:26	F. A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Documentação item 0001: Boa tarde Sr. pregoeiro, segue documentos conforme solicitado.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0002 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0003 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0004 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0005 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0006 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0007 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0008 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0009 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0010 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0011 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:14	Sistema	Para o item 0012 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0004 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0005 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.



1213

16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0006 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0007 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0008 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0009 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0010 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0011 foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 15:28:34	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0012 na cota reservada foi definida pelo pregoeiro para 16/07/2026 às 15:58.
16/07/2026 - 16:21:40	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0002. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0003. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0004. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0005. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0006. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0007. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0008. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0009. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0010. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0011. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0012. O prazo de envio é até às 18:00 do dia 17/07/2026.
16/07/2026 - 16:23:07	Sistema	Motivo: SOLICITO PARA A LICITANTE VENCEDORA, PROPOSTA READEQUADA, CONFORME PRAZO ESTABELECIDO NO CHAT.
17/07/2026 - 10:28:46	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.


 Lucio André Galvão Simões
 Pregoeiro


 CLAUDIO RIBEIRO OLIVEIRA
 Apoio



VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Caxias
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Registro de Preços Eletrônico - 050/2026

A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 04.676.567/0001-33 -
Endereço: Rua Colinas - CEP: 65605345 - UF: MA - Município: Caxias - Telefone: (99) 98809-3628

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
0001	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA) - ARROZ - FEIJÃO - MACARRÃO - SALADA (CRUA OU COZIDA) - FAROFA, OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	PROPRIO	PROPRIO	3.750 UN	R\$ 20,89	R\$ 78.712,50
0002	REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OU LINGUIÇA) - ARROZ - FEIJÃO - MACARRÃO - SALADA (CRUA OU COZIDA) - FAROFA, OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	PROPRIO	PROPRIO	1.260 UN	R\$ 20,89	R\$ 26.237,50
0003	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	2.250 UND	R\$ 182,66	R\$ 365.737,50
0004	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	750 UND	R\$ 162,55	R\$ 121.912,50
0005	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DE SOL", FEIJÃO MULATA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	2.250 UND	R\$ 232,74	R\$ 523.665,00
0006	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DE SOL", FEIJÃO MULATA GORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	750 UND	R\$ 232,74	R\$ 174.555,00
0007	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA E LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	2.250 UN	R\$ 236,77	R\$ 532.732,50
0008	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRA FILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA E LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	750 UN	R\$ 236,77	R\$ 177.577,50
0009	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, "À GREGA", CARNE SUÍNA "LONBO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	2.250 UND	R\$ 125,48	R\$ 282.330,00
0010	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, "À GREGA", CARNE SUÍNA "LONBO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	750 UND	R\$ 125,48	R\$ 94.110,00

[Assinatura]



12 C475

0011	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	2.250 UND	R\$ 122,73	R\$ 276.142,50
0012	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	PROPRIO	PROPRIO	750 UND	R\$ 122,73	R\$ 92.047,50

TOTAL DO VENCEDOR R\$ 2.745.760,00

Valor Total: R\$ 2.745.760,00

[Handwritten signature]



CL 276

A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO
RUA COLINAS nº 20 – QDA D, DINIR SILVA
Fone (99)3521-8536 / 98809-3629
C.N.P.J. Nº 04.676.567/0001.33
CAXIAS – MA

ILMO. SR.
 PREGOEIRO
 COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00860/2028
 REFERENTE: PREGÃO ELETRONICO Nº 050/2028

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA, TIPO: (QUENTINHA E À LA CARTE), PARA ATENDER AO GABINETE DO PREFEITO.

PREZADO SENHOR,

PELA PRESENTE, A EMPRESA A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO, CNPJ: 04.676.567/0001-33, SEDIADA NA RUA COLINAS, Nº 20, QDA D, DINIR SILVA, NA CIDADE DE CAXIAS-MA, POR INTERMÉDIO DE SEU PROPRIETÁRIO SR. ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO, PORTADOR DO RG – 0428877328114 SSPMA; CPF – 282.172.783-15, SUBMETE À APRECIACÃO DE VOSSA SENHORIA, PROPOSTA DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS ABaixo, ASSUMINDO INTEIRA RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER ERROS OU OMISSÕES QUE VENHAM A SER VERIFICADOS NA PREPARAÇÃO DA MESMA:

PROPOSTA READEQUADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	MARCAS
1	REFEIÇÃO – TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OULINGUIÇA)-ARROZ-FEIJO-MACARRÃO SALADA(CRUQUICOZIDA)-FAROFÁ OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	UND	3750	20,99	78.712,50	PRÓPRIO
2	REFEIÇÃO – TIPO QUENTINHA CARDÁPIO: DOIS TIPOS DE CARNE (BOI, PORCO, FRANGO OULINGUIÇA)-ARROZ-FEIJO-MACARRÃO SALADA(CRUQUICOZIDA)-FAROFÁ OBS: COM SERVIÇO DE ENTREGA.	UND	1250	20,99	26.237,50	PRÓPRIO
3	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFÁ E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	2250	162,55	365.737,50	PRÓPRIO
4	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", MISTO (CARNE BOVINA, CARNE SUÍNA "COSTELETA", LINGUIÇA BOVINA "CALABRESA" E FRANGO "PEITO"), FEIJO CARIOCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFÁ E SALADA DE LEGUMES); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	750	162,55	121.912,50	PRÓPRIO
5	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DESOL", FEIJO MOUTAGORDA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFÁ E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	2250	232,74	523.665,00	PRÓPRIO
6	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "COM CUXÁ", CARNE BOVINA "CARNE DESOL", FEIJO MOUTAGORDA, MACARRÃO TIPO	UND	750	232,74	174.555,00	PRÓPRIO

CL 274

A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO
RUA COLINAS nº 20 – QDA D, DINIR SILVA
Fone (99)3521-8536 / 98809-3629
C.N.P.J. Nº 04.676.567/0001.33
CAXIAS – MA

	ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE HORTALIÇAS; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.					
7	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRAFILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	2250	236,77	532.732,50	PRÓPRIO
8	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "MARIA ISABEL", CARNE BOVINA "CONTRAFILET", FEIJÃO PRETO, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	750	236,77	177.577,50	PRÓPRIO
9	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "ÁGREGA", CARNESUÍNA "LOMBO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	2250	125,48	282.330,00	PRÓPRIO
10	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ "ÁGREGA", CARNESUÍNA "LOMBO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E SALADA DE LEGUMES; REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	750	125,48	94.110,00	PRÓPRIO
11	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	2250	122,73	276.142,50	PRÓPRIO
12	REFEIÇÃO, COM APROXIMADAMENTE 1800G (UM QUILO E OITOCENTOS GRAMAS), COMO SEGUINTE CARDÁPIO: (ARROZ "BRANCO", CARNE DE AVE "FRANGO", FEIJÃO CARIÓCA, MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, FAROFA E VINAGRETE); REFEIÇÃO SERVIDA NA SEDE DA EMPRESA.	UND	750	122,73	92.047,50	PRÓPRIO
TOTAL GERAL R\$					R\$ 2.745.780,00	

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS
PRAZO DE ENTREGA: CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA
LOCAL PARA ENTREGA: CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME EDITAL

INFORMAMOS, POR OPORTUNO, QUE ESTÃO INCLUSOS NOS PREÇOS TODAS AS
DESPESAS E CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DO OBJETO, INCLUSIVE
AQUELAS DECORRENTES DE IMPOSTOS, SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS.

CAXIAS-MA, 17 DE JULHO DE 2026.

CL 718
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO
RUA COLINAS nº 20 - QDA D, DINIR SILVA
Fone (99)3521-8536 / 98809-3629
C.N.P.J. Nº 04.676.567/0001.33
CAXIAS - MA



SR. ADRIANO DOS REIS LOBAO FILHO
RG - 0426877320114 SSPMA
CPF - 282.172.763-15
TITULAR

001279

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Caxias
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Registro de Preços Eletrônico - 050/2026

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega. - Valor Referência: R\$ 36,71

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	3.750	78.712,50

Item: 0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguiça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega. - Valor Referência: R\$ 36,71

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	1.250	28.237,50

Item: 0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 162,59

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	2.250	365.737,50

Item: 0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 162,59

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	760	121.812,50

Item: 0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 232,76

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	2.250	523.665,00

Item: 0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 232,76

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	750	174.555,00

Item: 0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra file", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 236,79

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.876.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Otton Luiz Machado Maranhão	PRÓPRIO	PRÓPRIO	2.250	532.732,50

Item: 0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria



Isabel, carne bovina "contra filar", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 236,78

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.676.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Othon Luiz Machado Maranhão	PROPRIO	PROPRIO	750	177.577,80

Item: 0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 126,60

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.676.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Othon Luiz Machado Maranhão	PROPRIO	PROPRIO	2.250	282.330,00

Item: 0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 125,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.676.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Othon Luiz Machado Maranhão	PROPRIO	PROPRIO	750	94.110,00

Item: 0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 122,75

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.676.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Othon Luiz Machado Maranhão	PROPRIO	PROPRIO	2.250	276.142,80

Item: 0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa. - Valor Referência: R\$ 122,75

Fornecedor	Situação	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO (04.676.567/0001-33)	Adjudicado em: 20/07/2026 - 10:53:05 - Por: Othon Luiz Machado Maranhão	PROPRIO	PROPRIO	750	92.047,60

Othon Luiz Machado Maranhão
Autoridade Competente





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAXIAS
MARANHÃO



CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO FINAL DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

Relatório nº 77/2026

Processo nº 0980/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 050/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação prontas tipo quentinhas e à la carte, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito.

Ementa

Relatório Final de Controle Interno. Pregão Eletrônico nº 050/2026 Contratação de empresa especializadas no fornecimento de alimentação pronta tipo quentinhas e à la carte, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito. Análise do cumprimento das disposições legais da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 10.024/2019. Parecer conclusivo emitido pela Controladoria Interna do Município sobre a legalidade do processo licitatório.

1. Introdução

Este Relatório de Controle Interno tem como objetivo verificar a regularidade do Pregão Eletrônico nº 050/2026 promovido pela Administração Pública Municipal, através do Gabinete do Prefeito, para a contratação de empresas especializada no fornecimento de alimentação pronta tipo quentinhas e à la carte, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito.

O controle interno exerce um papel fundamental na avaliação dos procedimentos de registro de preços, conforme competência fixada no art. 6º, VI, da Lei Municipal nº 1.749/2008. A atuação eficiente do controle interno assegura a conformidade com as normas vigentes, a transparência e a observância dos princípios da Administração Pública, como a legalidade, eficiência e publicidade.

2. Fundamentação Legal

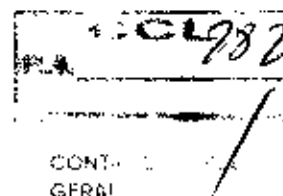
A análise do processo de Pregão Eletrônico fundamentada em uma série de normas que regulam as aquisições públicas:

Principais dispositivos legais aplicáveis:

- **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):**
 - **Art. 1º a 23:** Normas gerais de licitação, abrangendo a formalização de demanda, estudo técnico preliminar, e orçamento estimado.



PREFECTURA MUNICIPAL
CAXIAS
Nossa gente, não dorme!



- **Decreto Federal nº 10.024/2019:**
 - **Art. 1º a 23:** Regulamenta o uso do Pregão Eletrônico, estabelecendo os procedimentos para publicidade, credenciamento, sessão pública e adjudicação
- **Constituição Federal, Art. 37:** Estabelece os princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- **Normas locais e instruções normativas municipais aplicáveis.**

3. Análise dos Documentos Principais

3.1. Formalização de Demanda

A **Formalização de Demanda** é o documento inicial que justifica a necessidade do objeto a ser licitado. Ele deve conter a descrição detalhada do problema ou necessidade identificada pela unidade requisitante e o alinhamento do objeto com as metas institucionais do órgão. O documento é essencial para fundamentar o início do processo licitatório, demonstrando a necessidade e urgência da contratação. Destaca-se que o referido documento é compatível e consta no Plano de Contratações Anual, regulamentado no inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, e devidamente publicado no portal da transparência municipal.

Fundamentação Legal:

- **Lei nº 14.133/2021, art. 18** – Necessidade de formalização de demanda na contratação pública.

3.2. Estudo Técnico Preliminar (ETP)

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** visa analisar a viabilidade técnica e econômica da contratação. Ele deve descrever as possíveis soluções existentes, o estudo de mercado, as justificativas para a escolha da solução, além de prever os impactos financeiros e as alternativas que foram descartadas. O ETP é crucial para assegurar que a contratação atenda ao princípio da eficiência e seja vantajosa para a Administração.

Fundamentação Legal:

- **Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º** – Exigência de estudo técnico preliminar.

3.3. Orçamento Estimado

O **Orçamento Estimado** estabelece o valor previsto para a contratação com base em cotações de preços de mercado. Esse documento deve ser elaborado de forma detalhada, considerando as cotações feitas junto a fornecedores ou com base em sistemas de referência de preços oficiais. O orçamento estimado pelo setor competente, para a referida contratação, corresponde a R\$ 2.824.720,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte reais).

Fundamentação Legal:

- **Lei nº 14.133/2021, art. 23** – estabelece que o orçamento estimado é sigiloso até a fase final do certame, salvo exceções.



PREFEITURA DE
CAXIAS
viver aqui é bom demais.

ECI 983

GERAL

4. Check-list de Documentos Essenciais

Documento	Descrição	Fundamentação Legal
Formalização de Demanda	Documento que justifica a necessidade do objeto a ser contratado.	Lei nº 14.133/2021, art. 18
Estudo Técnico Preliminar (ETP)	Análise técnica e econômica da contratação, justificando a adoção do Sistema de Registro de Preços.	Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º
Orçamento Estimado	Valor estimado da contratação, baseado em cotações de mercado ou sistemas de referência de preços.	Lei nº 14.133/2021, art. 23
Autorização da Autoridade Competente	Aprovação formal da autoridade competente para iniciar o processo licitatório.	Lei nº 14.133/2021, art. 8º
Autuação do Processo	Registro formal de abertura do processo licitatório no sistema administrativo.	Lei nº 14.133/2021, art. 7º
Minuta do Edital	Documento inicial que regulamenta a licitação, contendo todas as regras e condições de participação.	Lei nº 14.133/2021, art. 40
Parecer Jurídico sobre a Minuta	Parecer da assessoria jurídica sobre a conformidade do edital com a legislação vigente.	Lei nº 14.133/2021, art. 53
Edital e Anexos	Publicação oficial do edital contendo todas as condições de participação e anexos complementares.	Decreto nº 10.024/2019, art. 17
Publicação do Edital	Comprovação da divulgação do edital no Diário Oficial e plataformas eletrônicas.	Decreto nº 10.024/2019, art. 12
Impugnações e Respostas (se houver)	Registros de impugnações ao edital e suas respectivas respostas pela Comissão de Licitação.	Lei nº 14.133/2021, art. 165

CONTROLADORIA GERAL

Praça Gonçalves Dias, s/n – Centro. CEP: 65.604-010
E-mail: controladoria@caxias.ma.gov.br



Documento	Descrição	Fundamentação Legal
Atas de Sessão Pública do Pregão	Registro formal das sessões públicas, contendo as propostas, lances e demais atos do certame.	Decreto nº 10.024/2019, art. 20
Propostas e Documentos de Habilitação	Propostas comerciais e documentos de habilitação apresentados pelos licitantes.	Lei nº 14.133/2021, art. 62
Recursos e Contrarrazões (se houver)	Interposição de recursos pelos licitantes e as contrarrazões apresentadas pela parte vencedora.	Lei nº 14.133/2021, art. 165
Adjudicação e Homologação	Adjudicação do objeto ao vencedor e homologação pela autoridade competente.	Lei nº 14.133/2021, art. 49
Ata de Registro de Preços	Documento que formaliza o registro dos preços para contratações futuras, conforme os termos do edital.	Decreto nº 11.462/2023, art. 7º
Contrato Administrativo	Documento formal que oficializa a contratação e define as obrigações entre as partes.	Lei nº 14.133/2021, art. 92
Extrato do Contrato	Resumo publicado do contrato firmado, conforme exigência legal.	Lei nº 14.133/2021, art. 94

5. Análise do Processo e Conformidade

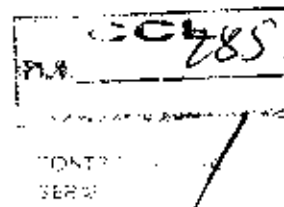
O referido processo de Pregão Eletrônico foi conduzido de acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023. Todas as fases procedimentais foram cumpridas, assegurando a competitividade e a economicidade da contratação, que resultou na adjudicação da empresa A DOS R LOBÃO FILHO COMÉRCIO, com o valor de R\$ 2.745.760 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais).

6. Conclusão e Parecer Final

Com base na documentação analisada e na conformidade com a legislação aplicável, conclui-se que o Pregão Eletrônico nº 050/2026, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação pronta tipo quentinhas e à la carte, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, foi conduzido de maneira regular e está em plena conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024/2019. O Controle Interno Municipal,



ASSIDUO
CAXIAS
Município do Estado do Maranhão



portanto, **opina pela regularidade do processo licitatório**, recomendando sua homologação, assim como a execução dos contratos correspondentes.

Ato contínuo, retornando-se os autos desta Controladoria, tem-se pelas seguintes orientações:

- Anexar o termo de homologação
- Anexar a ata de registro de preços
- Anexar o termo de contrato ou instrumento equivalente
- Anexar o comprovante da publicação do extrato do contrato

É o relatório, salvo melhor juízo.

Caxias/MA, 31 de julho de 2026.

FLÁVIA DAIANA LIMA DA COSTA
Assessora Jurídica
OAB-MA 24872

ISAÍAS JOSÉ DA SILVA NETO
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 13/2025

00404

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Prefeitura Municipal de Caxias SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO Registro de Preços Eletrônico - 050/2026

Resultado da Homologação

0001 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguíça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 36,71

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	20,98	73 712,50	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0002 - REFEIÇÃO - TIPO QUENTINHA Cardápio: Dois tipos de Carne (Boi, Porco, Frango ou Linguíça) - Arroz- Feijão - Macarrão - Salada (crua ou cozida) - Farofa. Obs: Com serviço de entrega. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 36,71

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	20,99	26 237,50	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0003 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 162,59

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	162,55	365.737,50	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0004 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", misto (carne bovina, carne suína "costeleta", linguiça bovina "calabresa" e frango "peito"), feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes); refeição servida na sede da empresa. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 162,59

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	162,55	121 912,50	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0005 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 232,76

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	232,74	523.000,00	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0006 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "com cuxá", carne bovina "carne de sol", feijão mulata gorda, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de hortaliças; refeição servida na sede da empresa. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 232,76

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	232,74	174.556,00	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0007 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 236,79

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	236,77	592.712,50	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0008 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz "Maria Isabel", carne bovina "contra filet", feijão preto, macarrão tipo espaguete, farofa e salada e legumes; refeição servida na sede da empresa. - PRÓPRIO - Valor Referência: R\$ 236,79

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMERCIO	236,77	77.577,50	Homologado em 05/08/2026 12:42:44 Por: Othon Luiz Machado Maranhão

0009 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa. - **PRÓPRIO** - Valor Referência: R\$ 125,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMÉRCIO	125,45	252 930,00	Homologado em 05/03/2026 12:42:44 Por: Otton Luiz Machado Maranhão

0010 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: Arroz, "à grega", carne suína "lombo", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e salada de legumes; refeição servida na sede da empresa. - **PRÓPRIO** - Valor Referência: R\$ 125,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMÉRCIO	125,45	94 410,00	Homologado em 05/03/2026 12:42:44 Por: Otton Luiz Machado Maranhão

0011 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa. - **PRÓPRIO** - Valor Referência: R\$ 122,75

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMÉRCIO	122,73	278 142,50	Homologado em 05/03/2026 12:42:44 Por: Otton Luiz Machado Maranhão

0012 - Refeição, com aproximadamente 1800g (um quilo e oitocentos gramas), com o seguinte cardápio: (Arroz "branco", carne de ave "frango", feijão carioca, macarrão tipo espaguete, farofa e vinagrete); refeição servida na sede da empresa. - **PRÓPRIO** - Valor Referência: R\$ 122,75

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
A DOS R LOBAO FILHO COMÉRCIO	122,73	92 367,50	Homologado em 05/03/2026 12:42:44 Por: Otton Luiz Machado Maranhão

Otton Luiz Machado Maranhão
Autoridade Competente